

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA/DF
2018

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017, e da Portaria TCU nº 65/2018.

BRASÍLIA, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Presidente
Abilio Baeta Neves

Diretor de Gestão
Anderson Lozi da Rocha

Diretor de Programas e Bolsas no País
Geraldo Nunes Sobrinho

Diretora de Avaliação
Rita de Cássia Barradas Barata

Diretora de Relações Internacionais
Concepta Margaret Mcmanus Pimentel

Diretor de Formação de Professores da Educação Básica - Substituto
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor de Educação à Distância
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Diretor de Tecnologia da Informação
Sandro de Oliveira Araújo

Auditor-Chefe
Marcos Mendonça da Silva

Procuradora-Chefe
Rafaela Mateus Duarte

Lista de siglas e abreviações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF – Ciência sem Fronteiras
DAV – Diretoria de Avaliação
DEB – Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica
DED – Diretoria de Educação a Distância
DGES – Diretoria de Gestão
DPB – Diretoria de Programas e Bolsas no País
DRI – Diretoria de Relações Internacionais
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
FAP – Fundação de Amparo à Pesquisa
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES – Instituição de Educação Superior
MEC – Ministério da Educação
SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos matriculados por nível em 2017

Tabela 2 - Número de alunos titulados por nível em 2017

Tabela 3 - Número de programas de pós-graduação em funcionamento, por nível, em 2017

Tabela 4 - Síntese dos acúmulos indevidos apontados pela CGU

Tabela 5 - Polos UAB por Região

Tabela 6 - Novos Editais

Tabela 7 - Plataforma Sucupira/Titulação

Tabela 8 – Relação de riscos identificados e o nível de risco apurado

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas/Subunidades estratégicas da CAPES

Quadro 2 – Projeção de vagas deferidas - UAB

Quadro 3 – Vagas do Edital 75/2014 projetadas por região - UAB

Quadro 4 – Projetos financiados por meio do edital 03/2015 - UAB

Quadro 5 – Execução do orçamento e metas dos anos 2016 e 2017 - UAB

Quadro 6 – Fluxo do alunado 2006-2016 - UAB

Quadro 7 – Fluxo do alunado 2006-2017 - UAB

Quadro 8 – Proporcionalidade entre professores, tutores, alunado e cursos - UAB

Quadro 9 – Alunos matriculados – mestrados profissionais

Quadro 10 – Ações relacionadas a programas temáticos do PPA de responsabilidade da unidade - OFSS

Quadro 11 – Ações não previstas na LOA de 2017 – Restos a pagar - OFSS

Quadro 12 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 13 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro 14 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 15 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 16 – Instrumentos cadastrados no SIAFI

Quadro 17 – Despesas por modalidade de contratação

Quadro 18 – Despesas por grupo de elemento de despesa

Quadro 19 – Força de trabalho da UPC

Quadro 20 – Distribuição da lotação efetiva

Quadro 21 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 22 – Despesas do pessoal

Quadro 23 – Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 24 – Medidas para apuração de responsabilidade de dano ao Erário

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distorções da relação de bolsa – ajuste ao longo do tempo - SGB

Gráfico 2 - Uso da rede Wi-Fi

Gráfico 3 - Suporte de infraestrutura de informática

Gráfico 4 - Pesquisa de satisfação - TI

Gráfico 5 - Total de atendimentos sala SIC Presencial e Telefônico

Gráfico 6 - Manifestações e-OUV por tipo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da CAPES

Figura 2 - Sistema de Avaliação conduzido pela Diretoria de Avaliação/Capes

Figura 3 - Estrutura da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

Figura 4 - Metodologia de monitoramento dos polos UAB

Figura 5 - Cronograma projeto acolhimento CAPES

Figura 6 - eduCAPES

Figura 7 - eduCAPES

Figura 8 - Fluxo geral de análise de dados de egressos - sistema UAB e PROEBS

Figura 9 - Mapa estratégico da CAPES

Figura 10 - Demandas da Central de Atendimento ao Cidadão

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Macroprocessos finalísticos – Diretoria de Avaliação

Anexo II – Macroprocessos finalísticos – Diretoria de Programas e Bolsas no País

Anexo III – Nota Técnica nº 2/2018/CGS/DTI

Anexo IV – Balanço Financeiro

Anexo V – Balanço Orçamentário

Anexo VI – Balanço Patrimonial

Anexo VII – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Anexo VIII – Demonstrações das Variações Patrimoniais

SUMÁRIO

- 2. Apresentação
- 3.1 Finalidade e competências
- 3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 3.3 Breve histórico do órgão ou entidade
- 3.4 Ambiente de atuação
- 3.5 Organograma
- 3.6 Macroprocessos Finalísticos
- 5.1 Descrição das Estruturas de Governança
- 5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 5.4 Gestão de Riscos e Controle Interno
- 5.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada
- 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade
- 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal
- 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal
- 6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
- 6.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
- Outras informações
- 6.2.1 Gestão da frota de veículos
- 6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso
- 6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União
- 6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas
- 6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros
- 6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim
- 6.3.1 Principais sistemas de informações
- 7.1 Canais de acesso do cidadão
- 7.2 Serviços
- 7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 7.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- 7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações
- 8.1 Desempenho financeiro no exercício
- 8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

2. APRESENTAÇÃO

Em 2017, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES deu continuidade às suas ações de fomento com vistas a promover a formação de pessoal qualificado para o fortalecimento e crescimento da pós-graduação e para a melhoria da educação básica brasileira, por meio da manutenção das bolsas de estudo e pesquisa e do fomento à pós-graduação e à formação de professores da educação básica.

Foram concedidas 101.367 bolsas de estudo no país, sendo 47.546 de mestrado, 44.312 de doutorado, 7.165 de pós-doutorado, 162 de professor visitante sênior, 11 de supervisão, 1.748 de iniciação científica e 423 de formação em idiomas (Programa Idioma sem Fronteiras), totalizando um investimento de mais de R\$ 2 bilhões que beneficiaram discentes e docentes de 3,6 mil PPGs (Programas de Pós-Graduação) *stricto sensu* recomendados pela CAPES.

Foram também investidos cerca de R\$ 300 milhões para custear as atividades dos PPGs e dos projetos de pesquisa aprovados pela CAPES, bem como para apoiar a realização de 1,4 mil eventos científicos e tecnológicos de curta duração no País. Em 2017, merece destaque a concessão adicional de R\$ 35,3 milhões em recursos de custeio destinados à manutenção de equipamentos de instituições de ensino superior e pesquisa que tenham PPGs apoiados pela CAPES, por meio do Pró-Manutenção.

Além da manutenção das principais ações voltadas para o SNPG, foram lançados novos editais e firmadas novas parceiras/acordos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País por meio dos Programas Estratégicos da CAPES, com destaque para o início da implementação das bolsas de estudo e pesquisa concedidas por meio da Chamada INCT-MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, que tem como objetivo promover a consolidação dos institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCT).

Os Programas Emergenciais, executados no âmbito dos Programas Estratégicos, são ações priorizadas pelo Governo Federal para atender necessidades iminentes da sociedade brasileira. Neste sentido, em 2017 foram apoiados projetos aprovados no edital de Prevenção e Combate ao vírus Zika e no edital de Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce.

Por sua vez, a política da CAPES de estabelecimento de parcerias com outros órgãos continuou em 2017, tendo firmado acordo com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC, com a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Ainda no âmbito das parceiras, merece destaque as iniciativas da CAPES em conjunto com as FAPs (Fundações de Amparo à Pesquisa), implementadas por meio do Programa CAPES/FAP, as quais tem como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, com vistas a reduzir as assimetrias regionais, fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas Unidades da Federação (UF) parceiras. Por meio dessas parcerias foram concedidas bolsas de estudo e recursos de custeio, buscando atender as necessidades de cada UF.

Além dos diversos programas de fomento à formação, a CAPES desenvolve ações específicas para formação de docentes das Instituições de Ensino Superior públicas, tais como o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), beneficiando 324 docentes em 2017, o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), beneficiando com bolsas de doutorado 312 docentes de Instituições de Ensino Superior, além das bolsas destinadas para essa mesma finalidade concedidas no âmbito dos acordos de cooperação com as FAPs.

Complementando as ações de fomento ao desenvolvimento da pós-graduação, a CAPES vem promovendo a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. Em 2017, a CAPES disponibilizou aos seus usuários o acesso às informações localizadas em um acervo de mais de 40 mil títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de *e-books* e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais. Em 2017, o investimento para a manutenção e o desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de R\$ 402,9 milhões, beneficiando 430 instituições de ensino superior e pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. Entre janeiro e novembro de 2017 foram registrados 121,4 milhões de acessos ao conteúdo do Portal

Em 2017, as ações da Diretoria de Relações Internacionais foram voltadas para a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia com foco no aprimoramento das relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, na fixação de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil para a formação de redes de colaboração sólidas e permanentes, no incremento do intercâmbio de pesquisadores de excelência entre o Brasil e outros países e na abertura de canais de comunicação entre áreas de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

A internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia gerou impacto nos conhecimentos, habilidades e atitudes dos egressos que realizaram sua formação no exterior, com consequências no aprimoramento de processos e resultados com os quais estejam envolvidos. Destaca-se, ainda, que a internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia tem sido essencial para o diálogo do Brasil com o mundo e a sua inserção econômica, cultural, científica e tecnológica internacional.

Ao todo, foram beneficiados 10.927 estudantes, pesquisadores e professores, 9.564 com destino ao exterior e 1.363 estrangeiros que vieram ao Brasil desenvolver seus estudos e pesquisas. Entre os desafios enfrentados, destacam-se as flutuações cambiais ocorridas ao longo do ano de 2017, que representaram um desafio à gestão orçamentária da CAPES.

Como resultado de discussões estratégicas com os setores acadêmico, governamental e privado, foi lançado, em 2017, o Edital nº 41/2017 do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt). O Programa CAPES-PrInt é um passo em direção a um projeto mais amplo que prevê a criação de uma estratégia de excelência com três iniciativas: a construção de estratégias institucionais de internacionalização; a criação de *hotspots* (pontos de excelência) vinculados a demandas do setor produtivo e o fomento à criação de *clusters* de excelência em pesquisa básica e aplicada formados por pesquisadores de uma mesma instituição ou por um grupo de

cientistas de instituições geograficamente próximas para desenvolver projetos de pesquisa em domínios de competitividade internacional.

Outra grande missão da CAPES é a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. A avaliação da CAPES consolidou-se como atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

No papel de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais, os resultados da avaliação são base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

As atividades avaliativas realizadas ao longo do ano de 2017 tiveram como principal objetivo a avaliação periódica dos programas de pós-graduação: os primeiros meses do ano foram dedicados a cerca de 140 reuniões preparatórias, com participação de aproximadamente 1.100 consultores *ad hoc*. No total das referidas atividades, contabilizou-se 80 reuniões para classificação de produção científica e 60 reuniões de glosa de dados e preparação de informações para a Avaliação Quadrienal.

A partir desse trabalho, em julho e agosto de 2017, foi realizada a parte mais intensa da Avaliação Quadrienal, quando foram reunidos na CAPES aproximadamente 1.600 consultores *ad hoc* distribuídos em 77 comissões para avaliar 4.175 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no País. Na avaliação periódica anterior, realizada em 2013, participaram 1.193 consultores para avaliar 3.337 programas de pós-graduação.

Por fim, no âmbito da formação de profissionais de magistério para a educação básica, no ano de 2017 a CAPES atuou na formação inicial e continuada de Professores da Educação Básica fomentando o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Por meio do Parfor, no ano de 2017, 9.236 professores da educação Básica se graduaram em licenciatura e 22.605 seguem cursando. No Pibid, no ano de 2017, 72.720 bolsas foram destinadas para projetos de iniciação à docência, que visaram à aproximação entre 279 instituições formadoras e 5.578 escolas de educação básica. Os projetos contemplaram 36 áreas de licenciatura e estiveram distribuídos em todas as unidades federativas.

No segmento à distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa do Governo Federal cujo objetivo é subsidiar e promover a capacitação na modalidade à distância, continuou sendo apoiado pela CAPES, com atingimento de 96,05% da meta de execução orçamentária da LOA para o ano de 2017.

Informações detalhadas acerca da execução das iniciativas supramencionadas e as outras que ainda não foram citadas, mas que também foram executadas pela Fundação em 2017, serão apresentadas nos próximos capítulos do documento.

3 VISÃO GERAL

3.1 Finalidade e competências

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação pública vinculada ao Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação do sistema de pós-graduação nacional *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e este, por sua vez, na formação de quadro qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. A partir de 2007, passou também a atuar na formação de profissionais da educação básica. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Incentivo e viabilização do acesso à produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de profissionais da educação básica nos formatos presencial e a distância.

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

O quadro a seguir traz as áreas/subunidades estratégicas da CAPES, suas competências e respectivos titulares.

Quadro 1. Áreas/Subunidades estratégicas da CAPES.

Áreas/Subunidades estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Representar a CAPES na qualidade de dirigente.	Abilio Afonso Baeta Neves	Presidente	De 10/06/2016 até o presente momento.
Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Geraldo Nunes Sobrinho	Diretor	De 17/06/2016 até o presente momento.
Diretoria de Relações Internacionais – DRI	Conceder bolsas de estudos para o exterior e fomentar projetos em cooperação com outros países.	Concepta Margaret McManus Pimentel	Diretora	De 22/04/2016 até o presente momento.
Diretoria de Avaliação – DAV	Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.	Rita de Cássia Barradas Barata	Diretora	De 08/08/2016 até o presente momento.
Diretoria de	Fomentar a Educação a	Carlos Cezar	Diretor	De 01/09/2016

Educação à Distância – DED	Distância e conceder bolsas para mestrados profissionais.	Modernel Lenuzza		até o presente momento.
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB	Formar profissionais da Educação Básica.	Marcelo Câmara dos Santos	Diretor	De 16/01/2017 até 02/11/2017.
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB	Formar profissionais da Educação Básica.	Carlos Cezar Modernel Lenuzza	Diretor (Substituto)	De 03/11/2017 até o presente momento.
Diretoria de Gestão – DGES	Gerir administrativamente a CAPES.	Anderson Lozi da Rocha	Diretor	De 08/08/2016 até o presente momento.
Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI	Gerir a tecnologia de informação da CAPES.	Sandro de Oliveira Araújo	Diretor	De 08/08/2016 até o presente momento.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741. Durante 10 anos, a entidade funcionou como uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq, criado em 15 de janeiro de 1951, como autarquia vinculada à Presidência da República), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio.

No ano de 1961, a CAPES passou a ser um órgão subordinado diretamente à Presidência da República (Decreto nº 50.737/61) e continuou assessorado por representantes de outros entes governamentais. Cerca de três anos depois, foi sancionado o Decreto nº 53.932/64, o qual definia a unificação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e do Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Cultura.

Em 1970, por meio de uma nova norma, foi atribuída à CAPES autonomia administrativa e financeira (Decreto nº 66.662/70), o que lhe facultou maior independência na definição e execução das políticas públicas de sua competência. Finalizando a primeira etapa do ciclo de maturação institucional, a soberania do órgão foi consolidada em 1974, quando a estrutura organizacional foi amplamente discutida e propostos pela primeira vez o regimento interno, o organograma e o quantitativo de cargos comissionados da Instituição (Decreto nº 74.299/74).

Durante as décadas seguintes, a CAPES vivenciou um período de estabilidade em sua estrutura administrativa. Somente em 1981, mudanças expressivas voltaram a acontecer. Por meio do Decreto nº 86.791, a instituição tornou-se agência executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Nesse período, destacou-se o fortalecimento de sua contribuição na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação e a responsabilização pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No governo Collor, a Medida Provisória nº 150, de 15 março de 1990, extinguiu a CAPES, ato que desencadeou intensa mobilização da população, em especial da comunidade acadêmico-científica. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizam protestos e, com o apoio do Ministério da Educação, conseguiram reverter a medida (que ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional). Em 12 de abril do mesmo ano, a CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028. Após dois anos, a Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, autorizou o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública, o que conferiu novo vigor à Instituição.

O Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei nº 11.502/2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e altera as Leis nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição foi consolidada pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Em 2012, a CAPES passou por uma nova reformulação administrativa, na qual a principal inovação foi a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação (Decreto nº 7.692/2012). Em 31 de janeiro de 2017, houve a publicação do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da CAPES, revogando o Decreto nº 7.692/2012. Por fim, em 26 de maio de 2017 houve a publicação da Portaria nº 105, do Ministério da Educação, aprovando o Regimento Interno da CAPES.

3.3 Breve histórico do órgão ou entidade

A criação da CAPES ocorreu num contexto histórico em que a Ciência e Tecnologia tornavam-se condições essenciais para a manutenção do crescimento do Brasil. No final da década de 40 e início da década de 50, durante o início do segundo governo Vargas, a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Foi nesse ambiente que a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi concebida, com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país” (Decreto nº 29.741/1951). Até o ano de 1964, o professor Anísio Spínola Teixeira foi designado o dirigente máximo da Comissão.

Em 1953, sob a gestão de Teixeira, foi implantado o Programa Universitário, principal linha de ação da CAPES à época. O Programa orientou as primeiras ações institucionais – que desde seus primórdios previu a atuação em colaboração com as universidades e institutos de ensino superior – na contratação de professores visitantes estrangeiros, no estímulo às atividades de intercâmbio, na cooperação interinstitucional, na concessão de bolsas de estudos e no apoio a eventos de natureza científica. Destaca-se ainda, as virtuosas ações voltadas para a implantação e a expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados.

A partir de 1966, o governo federal começou a apresentar planos de desenvolvimento. No plano educacional, distinguiu-se a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental e a consolidação do regulamento da pós-graduação (Parecer do Conselho Federal de Educação nº 977, de 1965, também conhecido como Parecer Sucupira). No processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para a política de ensino superior e a de ciência e tecnologia, a CAPES ganhou novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras.

Em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação. Em julho de 1974, o novo Regimento Interno da CAPES incentivou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação. A tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da CAPES. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

Em 2007, a CAPES assume a atribuição de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério e programas de estudos e pesquisas em educação. Para cumprir com essas atribuições, foram criadas duas novas diretorias, a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB), a Diretoria de Educação a Distância (DED) e o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica.

Para cumprir com suas novas atribuições, a CAPES implementou um conjunto de ações, entre as quais o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), destinado a apoiar a ampliação do acesso dos professores à formação inicial gratuita e de qualidade, por meio da oferta de cursos na modalidade presencial e a distância, e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes de cursos de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

Em 2011, um esforço conjunto entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da CAPES, e do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), deu origem ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa concedeu bolsas para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação fizessem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, buscou atrair pesquisadores do exterior que quisessem se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebessem treinamento especializado no exterior.

No final de 2017, o Ministério da Educação criou o Programa de Residência Pedagógica que, assim como o PIBID, é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura. O Programa de Residência Pedagógica será executado e acompanhado pela CAPES a partir de 2018.

3.4 Ambiente de atuação

A CAPES tem o papel de expandir e consolidar a pós-graduação brasileira, promover a cooperação acadêmica internacional e a formação de profissionais da educação básica. Para atingir seus objetivos, a instituição trabalha em parceria com universidades, centros universitários, institutos de pesquisa, docentes, discentes e pesquisadores.

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parceira com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira, competência esta atribuída pelo Decreto nº 8.977/2017, Anexo I, Art. 2, §1º: “No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos deste nível, nas modalidades presencial e a distância (...”).

Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Nesse caso, a CAPES fomenta a pós-graduação através da concessão de bolsas, fomento a editais estratégicos, consoante com o Decreto nº 8.977/2017, Anexo I, Art. 2, §1º: “(...) e estimular, mediante a concessão de bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento à demanda dos setores público e privado (...”).

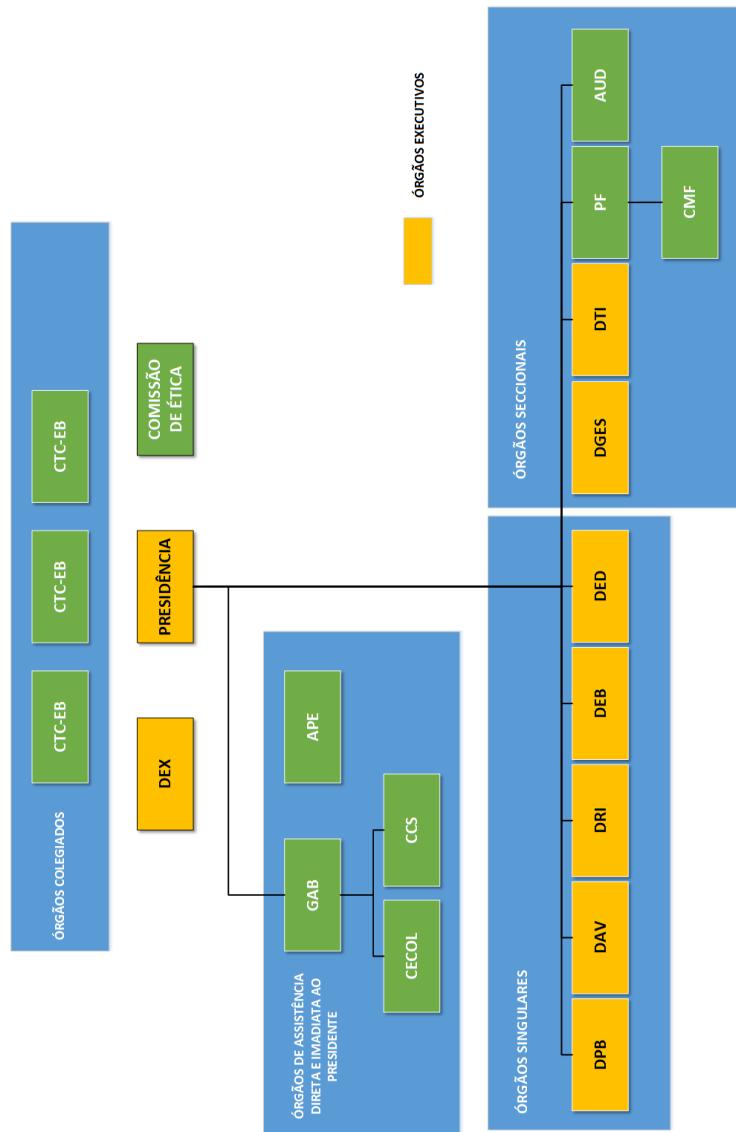
Ainda no mercado nacional, a CAPES busca induzir e fomentar, diretamente e em regime de colaboração com Estados e Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica (Decreto nº 8.977/2017, Anexo I, Art. 2, §2º).

Já no âmbito internacional, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo desta parceria é a troca de experiência entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras. Para isso, a CAPES concede bolsas para docentes estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e *workshops*, assim como concede bolsas para discente da pós-graduação e da graduação estudarem no exterior.

Os serviços e produtos entregues à sociedade pela CAPES podem ser agrupados em três grandes categorias: regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, fomento a projetos e oferta de bolsas e auxílios a pessoas físicas. As bolsas e auxílios são concedidos para discentes e docentes da pós-graduação, da graduação e profissionais da educação básica. O fomento financia a aquisição de material de custeio e consumo para projetos de pesquisa nacionais ou em colaboração internacional. Já a regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* é feita por meio de criteriosa avaliação das propostas de cursos novos e de cursos existentes de pós-graduação *stricto sensu*. Tais políticas, sempre vinculadas à mecanismos autorregulados de mérito e julgamento por pares, promovem e sustentam o Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Universidade Aberta do Brasil e corroboram para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação no Brasil.

3.5 Organograma

Figura 1. Organograma da CAPES.



3.6 Macroprocessos Finalísticos

Diretoria de Avaliação - DAV

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação constitui-se em dois macroprocessos finalísticos que abrangem a entrada e a permanência de cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG (Figura 2).

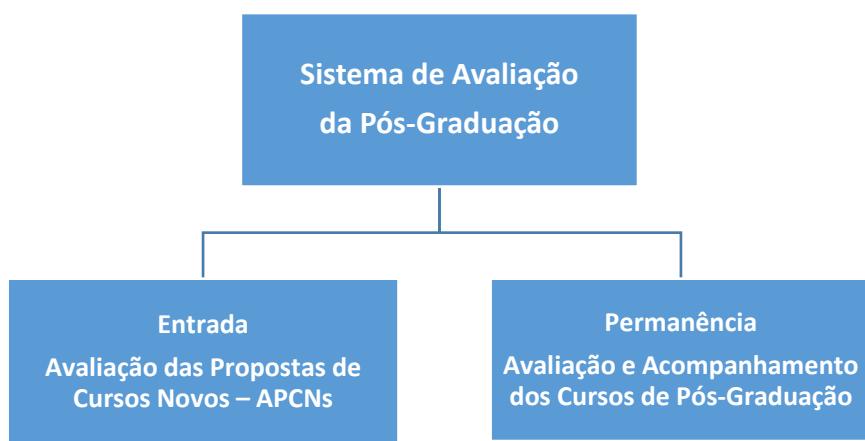


Figura 2 - Sistema de Avaliação conduzido pela Diretoria de Avaliação/Capes

Ambos os macroprocessos, entrada e permanência, são conduzidos com base nos seguintes fundamentos:

- Reconhecimento e Confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela prática da *análise por pares*;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação no Portal da CAPES das ações, decisões e resultados.

O conjunto de ações desenvolvido em atendimento ao Sistema de Avaliação, na forma como implantado e gerido pela CAPES, tem como objetivo assegurar o crescimento quantitativo e a distribuição equilibrada dos mestrados e doutorados no país sem, contudo, colocar em risco o nível de qualidade já alcançado.

Os principais indicadores disponíveis na data de elaboração deste relatório, referentes aos programas de pós-graduação em funcionamento, são mostrados nas tabelas abaixo.

Tabela 1. Número de alunos matriculados por nível em 2017. (*)

Nível	Discentes matriculados
Doutorado	115.319
Mestrado	138.399
Mestrado Profissional	39.681
Total	293.399

Tabela 2. Número de alunos titulados por nível em 2017. (*)

Nível	Discentes titulados
Doutorado	17.814
Mestrado	40.672
Mestrado Profissional	7.444
Total	65.930

Tabela 3. Número programas de pós-graduação em funcionamento, por nível, em 2017.

Categoria	Programas
Mestrado/Doutorado	2.145
Mestrado	1.393
Doutorado	84
Mestrado Profissional	789
Total	4.411

(*) Os dados de 2017 ainda se encontram em consolidação.

Em consonância com a sistemática de trabalho estabelecida pela DAV, as instituições têm o prazo até o dia 13 de abril de 2018 para inserirem as informações sobre seus programas de pós-graduação referentes ao ano-base 2017 na Plataforma Sucupira. Sendo assim, a consolidação dos indicadores relativos àquele ano só poderá ser realizada em data posterior.

Os macroprocessos finalísticos da DAV estão summarizados no **ANEXO I**.

É a qualidade, em última análise, que se encontra no foco dos resultados produzidos pela avaliação do SNPG, cujos clientes e beneficiários incluem:

Clientes externos:

- 1) Candidatos a vagas em programas de pós-graduação: a Capes disponibiliza em seu portal a relação dos cursos recomendados e reconhecidos para guiá-los na escolha de cursos;
- 2) Sociedade brasileira: beneficiários, em última análise, dos produtos de pesquisa gerados pelos programas de pós-graduação mantidos no SNPG por critério de qualidade;
- 3) Instituições de ensino e de pesquisa: encontram nos resultados do processo de avaliação os parâmetros e critérios necessários para a submissão de propostas de cursos novos;
- 4) Programas de pós-graduação: conhecem os parâmetros e critérios utilizados na avaliação dos programas de sua área, numa perspectiva comparativa.

Clientes internos:

- 1) Diretoria de Programas e Bolsas – DPB, Diretoria de Relações Internacionais – DRI, Diretoria de Educação à Distância – DED e Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB: guiam-se pelos resultados da avaliação para a distribuição de recursos de fomento (bolsas, auxílios etc).

No âmbito do Sistema de Avaliação, cada ciclo gera produtos expressos na forma de:

- 1) Documentos de área elaborados no âmbito de cada coordenação de área contendo os critérios a serem adotados na avaliação dos programas de pós-graduação em funcionamento no SNPG. Trata-se de elemento de referência para a condução dos processos avaliativos, a partir do qual as bases da avaliação em cada uma das 49 áreas são levadas ao conhecimento de todos os interessados;
- 2) Critérios para apresentação de propostas de cursos novos (APCN): cada coordenação de área divulga os requisitos que norteiam a elaboração das propostas de cursos novos;
- 3) Fichas de avaliação preenchidas para cada programa de pós-graduação durante as reuniões presenciais das comissões de avaliação; estas fichas apresentam os quesitos e itens determinados em comum acordo por todas as áreas de avaliação, acompanhados dos pesos, indicadores e métricas

utilizados na aferição dos conceitos correspondentes, assim como a nota final atribuída a cada programa de uma mesma área pelas comissões de avaliação;

- 4) Relatórios da avaliação elaborados pelas comissões de área ao final do período de reuniões presenciais e que seguem um modelo padrão aprovado pelo CTC-ES e trazem considerações gerais a respeito da Avaliação, critérios para classificação da produção intelectual, critérios utilizados em cada quesito e item da Ficha de Avaliação, indicadores considerados para atribuição de notas 6 e 7 e a síntese da avaliação, comparando-a com os períodos avaliativos anteriores;
- 5) Planilhas de resultados da Avaliação, expressos em notas que variam de 1 a 7, e que subsidiam as decisões do Conselho Nacional de Educação - CNE quanto à renovação de reconhecimento ou ao descredenciamento dos cursos avaliados;
- 6) Painéis de Indicadores: painéis que apresentam dados da avaliação dos programas de pós-graduação na forma de gráficos e tabelas;
- 7) Relação atualizada, disponível no Portal da CAPES, dos cursos recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo CNE, a partir da análise de novas propostas de cursos e dos dados relativos aos cursos em funcionamento. Esta informação é de fundamental importância para a sociedade, uma vez que somente diplomas emitidos por cursos reconhecidos têm validade no território nacional;
- 8) Listas com os resultados da classificação de periódicos (Qualis) nos quais docentes e discentes dos programas de pós-graduação divulgam sua produção intelectual num determinado período avaliativo.

Principais parceiros externos:

A Diretoria de Avaliação (DAV) é o setor da CAPES responsável pelos dois macroprocessos finalísticos inerentes ao sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. A DAV conta com o suporte técnico-logístico de seu quadro de servidores efetivos direcionado à condução do trabalho avaliativo realizado por consultores ad hoc provindos da comunidade acadêmico-científica.

Em conjunto com a Diretoria de Avaliação, estes consultores desenvolvem as atividades de análise de mérito, de acompanhamento e de recomendação dos programas de pós-graduação, além de contribuir com deliberações a respeito de políticas da avaliação e da pós-graduação. Todas essas atividades são coordenadas por 147 docentes e pesquisadores de várias instituições do país, que figuram como coordenadores de área de avaliação durante o período de seu mandato.

A participação desses consultores ad hoc se estende, igualmente, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), responsável pela elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, ao sistema nacional de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. No que tange ao sistema de avaliação, o CTC-ES estabelece a sistemática e o conjunto de quesitos básicos a serem adotados pelas comissões de área na realização da avaliação e delibera sobre o mérito das propostas de cursos novos e dos cursos em funcionamento. Enquanto parceiros externos à CAPES, incidem sobre as atividades desses consultores custos relativos à consultoria, tecnologia da informação (TI), diária, hospedagem, passagem, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.

Outro parceiro externo é o Fórum Nacional de Pró-Reitores (FOPROP), que consolida e apresenta à CAPES, por meio do seu representante no CTC-ES, as demandas das instituições expressas por seus Pró-Reitores. Em 2017, a CAPES participou do Encontro Nacional de Pró-Reitores (ENPROP), prestando esclarecimentos a respeito do processo de avaliação e de fomento, além de discutir e avaliar a possibilidade de atendimento às demandas trazidas pela comunidade acadêmica.

O Conselho Nacional de Educação/MEC é o parceiro externo à CAPES responsável por analisar e homologar os pareceres e as notas recomendadas às propostas de cursos novos e aos programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES para fins de reconhecimento, renovação de reconhecimento ou descredenciamento de programas de pós-graduação.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB

O organograma da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) é apresentado abaixo. A diretoria é composta por duas coordenações-gerais — Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério (CGV) e Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica (CGDOC) — e pela Assessoria Técnica.

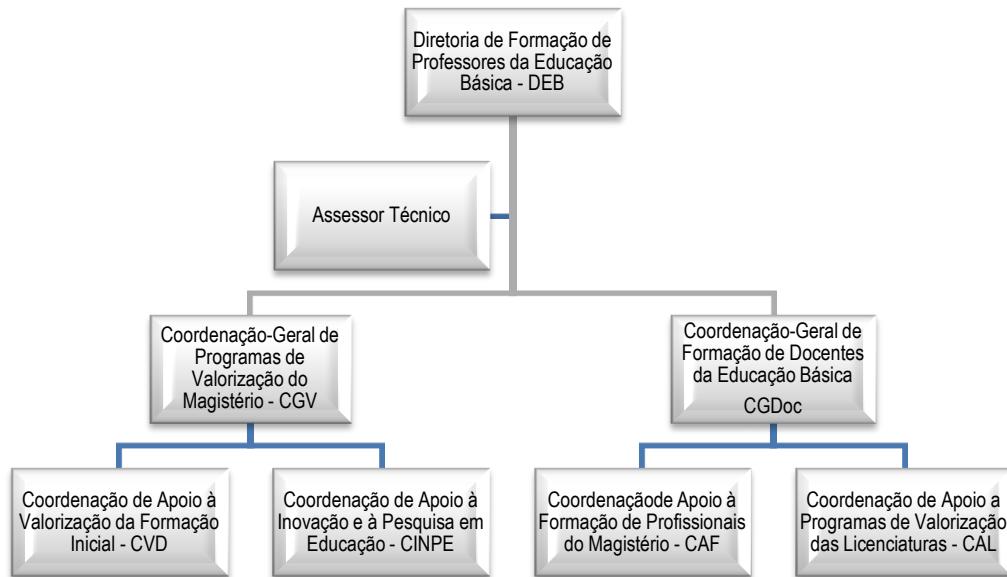


Figura 3: Estrutura da DEB

Compete à DEB: a) fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica; b) articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo; e c) promover a articulação entre escolas da rede pública e instituições formadoras de profissionais da educação básica.

Macroprocessos finalísticos da DEB

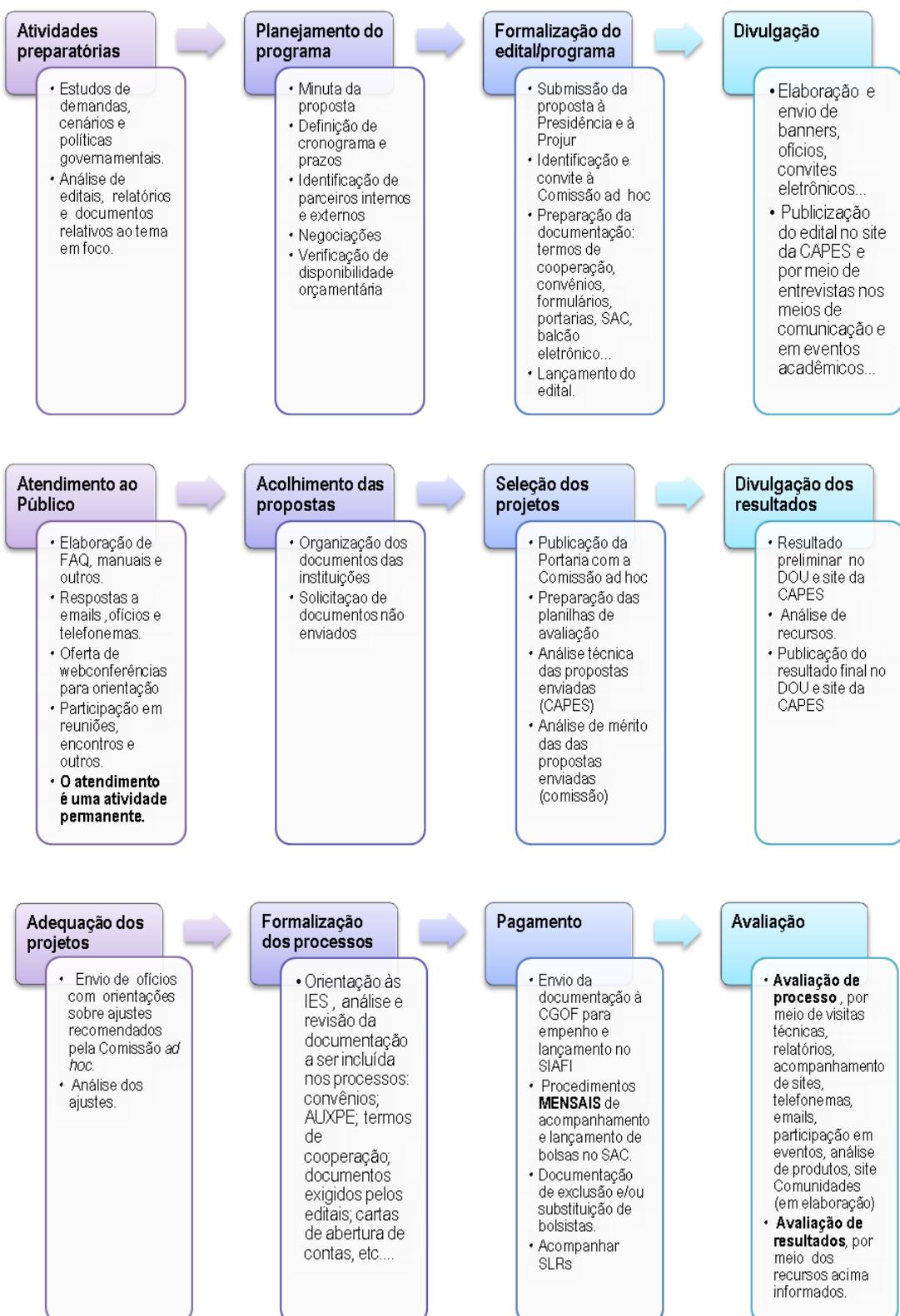
No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação, as quais

correspondem aos macroprocessos finalísticos pelos quais a DEB é responsável: (a) formação inicial; (b) formação continuada e extensão, (c) formação stricto sensu associada à pesquisa e (d) divulgação científica.

Em 2017, a DEB deu continuidade às linhas de ação:

1. Formação inicial: Parfor e Pibid;
2. Formação Continuada e Extensão:
 - a) Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos EUA – PDPI (*);
 - b) Oficinas de Criatividade para professores da Educação básica (*);
 - Oficina de Criatividade para professores de língua inglesa;
 - Oficina de Criatividade para professoras das áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM);
 - c) Mobilidade regional de estudantes e professores no Mercosul (*).
- (*) elaboração e início em 2017 e conclusão das atividades em 2018.
3. Formação *stricto sensu* associada à pesquisa: Obeduc;
4. Divulgação científica:
 - a. Apoio às Olimpíadas Brasileiras das Escolas Públicas (Obmep);
 - b. Projeto Fórmula Drone.

As quatro vertentes dos **macroprocessos finalísticos** estão organizadas em um conjunto de **macroprocessos operacionais** que, respeitando as peculiaridades de cada programa, respondem por sua implementação e gestão. Os referidos **macroprocessos operacionais** podem ser sumarizados da seguinte forma:



Condução dos macroprocessos ao longo de 2017

São apresentadas a seguir as principais ações empreendidas pela DEB em 2017 que promoveram o aprimoramento das rotinas operacionais.

I - Inovação em Formação de Professores - Nova Plataforma Freire

A nova Plataforma Freire foi concebida pela Capes para atender a estratégia 4 da meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a ação de “consolidar e ampliar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos”.

O sistema organiza-se como uma base de dados para subsidiar o Ministério da Educação na gestão da política de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

A nova Plataforma Freire tem por finalidade:

- Abrigar os currículos de professores da educação básica, de docentes e estudantes de cursos de licenciatura, de pesquisadores e estudantes de programas de pós-graduação que atuam com educação básica e com a formação de professores para esse nível de ensino, de gestores e técnicos que atuam na escola básica, de dirigentes das redes de ensino e de outros profissionais que desenvolvam ou participem de programas, atividades, estudos e pesquisas relacionados à missão institucional da Capes de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica;
- Permitir à Capes realizar a gestão e o acompanhamento dos programas de formação de professores;
- Disponibilizar às redes de ensino informações sobre os profissionais do magistério, com o intuito de facilitar o planejamento e a elaboração de políticas locais de formação inicial e continuada para esses profissionais;

- Oportunizar aos profissionais do magistério da educação básica a socialização de suas produções técnicas e acadêmicas, fomentando a visibilidade desses profissionais e sua conexão com a comunidade acadêmica e os gestores de políticas educacionais.

Esta Plataforma permitirá uma melhor articulação entre a Capes/Ministério da Educação e seus principais parceiros na formação de professores da educação básica, que são as Instituições de Ensino Superior que formam os futuros professores e as Secretarias de Ensino que recebem os egressos das licenciaturas.

II - Aperfeiçoamento do controle do pagamento de bolsistas

Por meio do Acórdão N° 1397/2017 - TCU – 1ºCâmara, datado de 7/3/2017, o Tribunal de Contas da União julgou regulares com ressalvas as contas da Capes referente ao exercício de 2014 e determinou à Capes que:

- a) Implementasse procedimentos estruturados de verificação entre os bancos de dados da CAPES e do FNDE, a fim de se evitar a acumulação indevida de bolsas por parte dos bolsistas da CAPES, e informasse ao TCU sobre as medidas adotadas;
- b) Adotasse medidas para reaver os valores pagos indevidamente aos bolsistas pela acumulação de bolsas da CAPES com as do FNDE, em infringência aos normativos vigentes, garantindo o contraditório e ampla defesa aos bolsistas, informando posteriormente ao TCU sobre os resultados obtidos.

Os procedimentos estruturados de verificação entre os bancos de dados da CAPES e do FNDE já foram implementados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/Capes). Em relação as medidas para reaver os valores pagos indevidamente aos bolsistas pela acumulação de bolsas da CAPES com as do FNDE, os procedimentos adotados pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) estão relatados no Memorando nº 10/2016/DEB (SEI [0045159](#)).

Uma síntese atualizada do resultado da cobrança dos acúmulos indevidos de bolsas realizada nos anos de 2016 e 2017 é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4. Síntese dos Acúmulos indevidos apontados pela CGU

Programa DEB	Nº de bolsistas com possibilidade de acúmulo indevido de bolsa (mapeamento CGU)	Nº de bolsistas comunicados**	Nº de bolsistas que já ressarciram as bolsas acumuladas indevidamente até a presente data (8/3/2018)
Pibid	3.169	3.169	519
Parfor	540	540	59
Obeduc	275	275	77
Projetos Especiais	119	119	09
Total	4.103	4.103	660

** Apesar do envio de comunicados a todos os projetos para notificação dos bolsistas, nem todos tomaram ciência da notificação.

O baixo índice de restituição dos valores de bolsa deve-se a dois motivos: a) a falta de ciência por parte dos bolsistas sobre a notificação expedida pela Capes – o que ocorre, principalmente, porque a Capes não tem contato direto com os seus bolsistas, mas sim por intermédio da IES. As IES alegaram que, no momento das notificações, muitos beneficiados não possuíam mais vínculo, não tendo sido possível reestabelecer o contato e b) discordância, por parte do bolsista, de que houve acúmulo de bolsa. Face às discordâncias, muitos bolsistas apresentaram recurso, com diversos argumentos, a maior parte já analisados e respondidos pela Diretoria.

Ao longo desse processo de cobrança, no início de 2017, sob recomendação do Ministério Público Federal (Processo SEI nº 23038.001563/2017-40) a Capes suspendeu a cobrança para os bolsistas que acumularam bolsa com o programa Renafor (FNDE).

A DEB adotará os seguintes procedimentos administrativos, no que diz respeito à continuidade da cobrança:

a) Os bolsistas que não fizeram a restituição após ciência da cobrança terão seus CPF's registrados no Cadin, no Siafi Responsáveis e nos demais registros de restrição da Capes, quando for o caso. Os processos relativos serão encaminhados para o setor de cobrança da Capes.

b) Os bolsistas que não deram ciência da notificação de cobrança terão seus nomes e processos publicados por meio de nota de chamamento público no Diário Oficial da União.

Principais parceiros

Externamente, a DEB articula-se com órgãos e associações de classe que desenvolvem políticas, programas e avaliação da formação e valorização da carreira docente, dentre eles a Secretaria de Educação Básica/MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e a União de Dirigentes Municipais de Educação - Undime.

Considerando a especificidade dos programas da Diretoria, os principais parceiros são as Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente os cursos de licenciatura, que executam na ponta os cursos de formação e projetos de valorização de professores.

Outras importantes parcerias são firmadas com Instituições privadas sem fins lucrativos, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), que organiza as Olimpíadas Brasileiras de Matemática (OBEMEP).

Internamente, a DEB articula-se com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores. Compreendendo a educação básica como parte do Sistema Nacional de Educação, conforme reconhece o Plano Nacional da Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG), são feitas articulações e diálogos com o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e com o Conselho Consultivo da Capes. Visando fomentar projetos e programas voltados à Educação Básica são estabelecidas parcerias com as Diretorias de Educação a Distância – DED, a Diretoria de Programas e Bolsas – DPB, a Diretoria de Relações Internacionais – DRI e a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

A parceria DEB/DED permite a qualificação de um maior número de professores sem formação adequada. Nas localidades que não são assistidas por turmas do Parfor na modalidade presencial, o ensino a distância pode suprir essa carência.

Diretoria de Educação à Distância – DED

A Diretoria de Educação a Distância - DED é responsável, na CAPES, pela operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos superiores, em Educação à Distância - EaD, ministrados por Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES, em polos de apoio presencial, por intermédio do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Além da coordenação do Sistema UAB, a DED/CAPES é igualmente responsável pela gestão dos Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica – ProEBs, voltados aos professores da educação básica.

O sistema Universidade Aberta do Brasil

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Tal sistema é integrado, atualmente, por 106 IPES e 778 polos EAD/UAB, distribuídos em todas as unidades da federação, atendendo ao objetivo de oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação continuada para professores da educação básica.

Nessa perspectiva, o Sistema UAB opera em regime de colaboração entre a União e os entes federados, em especial os municípios, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas, propiciando, ainda, a criação e a efetivação de tecnologias de informação e comunicação – TICs, vinculadas à melhoria do ensino.

Dessa maneira, garantindo a presença da universidade pública no interior do País, o Sistema UAB e seus objetivos convergem, juntamente com outras ações do Ministério da Educação (MEC), para o atingimento das metas 12, 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), além de contribuir para a melhoria do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e de incentivar o desenvolvimento local e regional.

EDITAL N.º 75/2014 (abordagem histórica)

Publicado em dezembro de 2014, o Edital nº 75/2014 teve o objetivo de selecionar, no âmbito da UAB, as propostas de ofertas de novas vagas em cursos

superiores na modalidade a distância, as quais deveriam ser preenchidas, no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, e, ainda, obedecer aos seguintes porcentuais:

- a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do total das vagas ofertadas no âmbito deste Edital serão reservados para cursos de Licenciatura;
- b) No mínimo 50 % (cinquenta por cento) das demais vagas (vagas que não envolvem cursos de Licenciatura) deverão ser destinados para cursos caracterizados como Programa nacional de Administração Pública - PNAP; e
- c) No máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de vagas ofertadas que não envolvessem os cursos mencionados nos subitens a) e b).

O Quadro 2, a seguir, demonstra o total de vagas deferidas pela DED/CAPES, a partir das proposições recebidas no âmbito Edital 75/2014:

EDITAL 75/2014 – Relatório Vagas deferidas		
VAGAS TOTAIS DEFERIDAS: 205.214		
Formação inicial: 116.486 (57%)		Formação continuada: 88.728 (43%)
VAGAS ÁREA DE EDUCAÇÃO		
TOTAL	LICENCIATURA	ESPECIALIZAÇÃO
131.399 (64%)	90.392 (44%)	41.007 (20%)
VAGAS ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA		
TOTAL	BACHARELADO	ESPECIALIZAÇÃO
40.114 (19%)	12.968 (6%)	27.146 (13%)
VAGAS ÁREA OUTRAS		
TOTAL	BACHARELADO	ESPECIALIZAÇÃO
33.698 (17%)	6.299 (3%)	20.572 (10%)
TECNÓLOGO		
6.827 (3%)		

Quadro 2 - Projeção de vagas deferidas (fonte: SisUAB/15/03/2018).

A seguir, o Quadro 3 demonstra a distribuição regional das vagas por tipos de cursos.

Distribuição Regional das Vagas Propostas no Edital 75/2014 Deferidas por Região					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
205.214	10.842	70.579	22.060	58.270	43.463
100%	6%	34%	11%	28%	21%
FORMAÇÃO INICIAL					

(Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos)					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
116.486	6.227	47.472	10.845	27.199	24.743
LICENCIATURAS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
90.392	5.481	37.945	8.034	20.039	18.893
BACHARELADOS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
19.267	746	7.966	2.097	5.450	3.008
TECNÓLOGOS					
Total	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
7.867	0	1.561	714	2.842	2.750
FORMAÇÃO CONTINUADA (Especialização)					
Total	Formação Professores		Formação Gestor Público		Outros
88.728	41.007		27.146		20.572
100%	46%		31%		23%
Norte	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	4.615	3.295	1.200		120
Nordeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	23.107	7.404	8.264		7.439
Centro-Oeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	11.212	6.720	2.311		2.181
Sudeste	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	31.071	14.887	8.410		7.774
Sul	Total	Formação Professores	Formação Gestor Público		Outros
	18.720	8.701	6.961		3.058

Quadro 3 - Vagas do Edital 75/2014 projetas por região Fonte: SisUAB

Cumpre salientar que, em 2015, havia a previsão de matrícula de parte dos 194 mil alunos aprovados no âmbito do Edital 75/2014. Entretanto, em função de restrições orçamentárias, a admissão de novos alunos não pode ser concretizada naquele exercício. Em 2016/2017, com o aporte de novos recursos, o ingresso dos alunos provenientes do referido edital foi efetivado, ampliando novamente a base atendida pela UAB.

Novo modelo de articulação de cursos, vagas e polos do sistema UAB

No Edital 75/2014, com reflexo na oferta vigente, foi adotado um modelo de proposição de vagas voltado preferencialmente pelas demandas vindas das IPES, muitas

vezes não foi observada a demanda de forma articulada com os estados e municípios, levando a algumas distorções.

Desse modo, em virtude da necessidade de redirecionamento gerencial dos processos sob a responsabilidade da DED/CAPES e, ainda, com o intuito de propor a implantação de métodos e procedimentos mais eficientes e transparentes, no que tange à coordenação do Sistema UAB estão em desenvolvimento novos modelos de articulação de cursos, vagas e polos UAB, os quais terão o objetivo de:

- Reduzir a evasão nos cursos do Sistema UAB;
- Melhorar a eficiência (performance) do programa;
- Monitorar a qualidade dos cursos UAB;
- Garantir a articulação da oferta/demandas com a participação de todos os atores do processo;
- Promover a institucionalização do Sistema UAB;
- Favorecer a mobilidade estudantil na própria Instituição e entre as IPES partícipes da UAB;
- Propiciar a portabilidade de cursos;
- Promover a disseminação tecnológica e de serviços entre as IPES partícipes do Sistema UAB, dentre outros.

Os processos acima elencados iniciaram sua implementação em 2017.

Aprimoramento do processo de monitoramento de polos aliando análise de infraestrutura com índices de desempenho

Considerando a finalidade do Sistema UAB de promover a expansão e interiorização da educação superior no país, no processo de implantação de polos UAB busca-se favorecer a sua distribuição, prioritariamente conciliado a outros critérios técnicos, nos municípios de pequeno a médio porte (com população ≤ 100.000 habitantes). O Sistema UAB conta, atualmente, com o total geral de 778 polos (dos quais, 390 polos foram integrados nos últimos 8 anos). Desses, 722 polos UAB encontram-se classificados como Aptos, ou seja, em condições plenas para sediar cursos em EaD.

A tabela a seguir apresenta, à exceção dos 179 polos desligados do Sistema, o atual quantitativo de polos UAB no país por região, distribuídos conforme o parâmetro populacional anteriormente citado.

Tabela 5 - Polos UAB por Região

Região	Mun. < 100.000 habitantes	Mun. >= 100.000 habitantes
CENTRO-OESTE	57	9
NORDESTE	202	46
NORTE	68	18
SUDESTE	137	96
SUL	118	26
TOTAL	582	195

Situação em 31/12/2016 (Fonte: SISREL/SISUAB/CAPES)

A fim de acompanhar permanentemente e definir a integração, a permanência e o desligamento de polos do sistema UAB, a DED/CAPES promove o monitoramento dos polos, o qual se dá mediante visitas in loco e/ou por outros procedimentos operacionais.

No monitoramento são coletadas e registradas informações que definem se o polo dispõe das condições exigidas para o apoio pedagógico, tecnológico, documental e administrativo, necessários a execução das atividades de ensino-aprendizagem dos cursos e programas ofertados na modalidade de educação a distância (EaD) pelas IPES integrantes do Sistema UAB.

Assim, o monitoramento dos polos do Sistema UAB objetiva prover a melhoria da infraestrutura física, tecnológica, de recursos humanos, além da adequação documental, de forma a melhorar os índices de desempenho dos cursos ali ofertados.

As informações coletadas durante as visitas de monitoramento são registradas em instrumento próprio, em que são descritas as eventuais adequações a serem realizadas nos polos. A visita de monitoramento classificará o polo quanto a sua situação, conforme a descrição explicitada no quadro abaixo:

- **Apto (AA)** - Representa a adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária.
- **Apto com Pendências (AP)** - Indica a necessidade de adequações na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como em sua documentação.
- **Não Apto (NA)** – Revela a presença de graves restrições na infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo.

Até o ano de 2016, todos os polos do Sistema UAB recebiam visita de monitoramento *in loco*, pelo menos a cada quatro anos, em caso de mudança de endereço ou denúncia, o que ocasionou a realização de mais de 1700 visitas de monitoramento. A partir de 2017, a DED propõe alterações para o ciclo de monitoramento, apoiado na aplicação de índices técnicos e objetivos, visando aumentar a qualidade das vistorias além de diminuir os custos, focando no desempenho do polo/curso.

As visitas de candidatos a polo serão *in loco*, seguindo o procedimento anterior, no qual ocorrem no máximo duas visitas de admissão. Caso o polo seja classificado como Apto já na primeira visita, não haverá uma segunda; porém, no caso de apresentar pendências (AP), irá ocorrer a segunda visita em que obrigatoriamente deverá ficar AA.

Candidatos a polos que não se tornam AA diretamente na primeira visita ou na segunda tem seu processo de integração à UAB recusado. Candidatos a polo que ficam NA, em qualquer visita, tornam-se automaticamente não qualificados para serem polos UAB. Municípios considerados não qualificados em proposta de criação de polo podem, mediante proposição de curso por IES integrante da UAB, realizar nova proposta de polo em edital de articulação de cursos futuro.

Visitas a polos em mudança de endereço ou em casos de recebimento de denúncias ocorrem independentemente de periodicidade de visitas.

Posto isso, o aprimoramento do processo de monitoramento de polos será diversificado, dividido em etapas, prezando a economicidade e melhoria do desempenho, aliando análise de infraestrutura e indicadores acadêmicos.

O primeiro critério a ser analisado será o índice de eficiência e evasão de cada curso por polo. Posteriormente serão efetuadas análises por meio de questionários online disponibilizados para alunos e coordenadores de Polos UAB, visando saber opiniões quanto a: cursos, IES, material didático, tutoria, e polo.

Quando o índice de evasão e de eficiência, juntamente com o resultado da pesquisa com alunos e colaboradores for considerado negativo, será realizada a visita *in loco*. No caso de apenas um dos critérios ser considerado negativo será realizado monitoramento via webconferência. Se todos os índices forem positivos haverá dispensa de monitoramento (Figura 4).

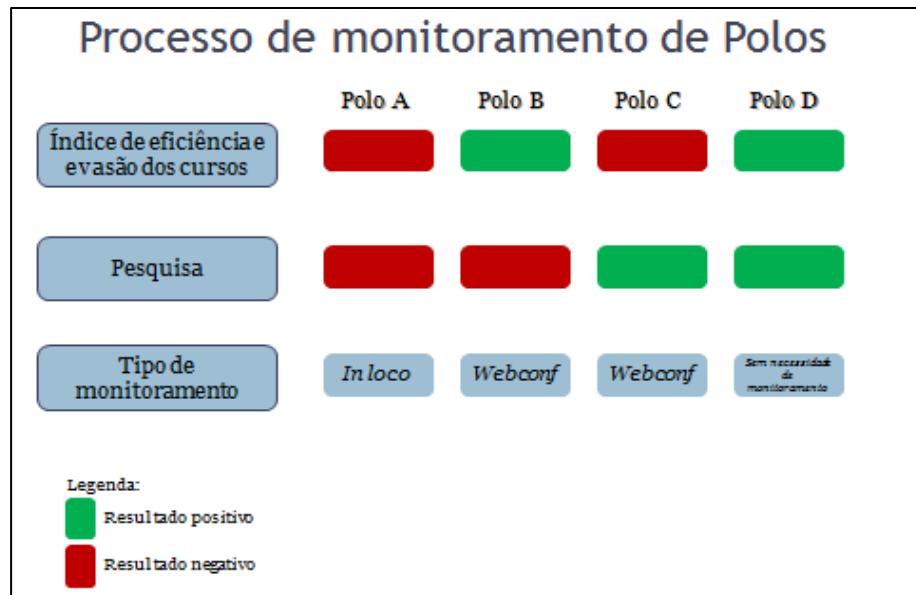


Figura 4 - Metodologia de monitoramento dos polos UAB
Interiorização e expansão da Oferta

Recomendação para atuação de assistentes à docência nos primeiros semestres

Em continuidade à valorização do acolhimento e persistência dos estudantes, a DED incentivou a presença de profissionais de apoio à atividade de ensino e de suporte ao acolhimento aos alunos nos polos UAB, para assegurar o atendimento aos estudantes, esclarecimento de dúvidas, encontros acadêmicos, dentre outras atividades essenciais ao bom andamento do curso. Esta ação teve como base a aplicação da função de Assistente à Docência prevista na Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016.

Para tanto, a DED analisou e implantou, junto às IPES, os processos de seleção e contratação desses profissionais, as atividades a serem executadas e sua abrangência de atuação. O que se espera da atuação do Assistente a Docência é o apoio às ações gerenciais da CAPES e acadêmicas das IPES.

A expectativa é que o módulo de acolhimento/nivelamento, aliado ao trabalho qualificado da assistência à docência nos polos, principalmente no início do curso, reverta-se em um menor índice de desistências por parte dos estudantes.

Estímulo à inovação no âmbito do sistema UAB

Edital 03/2015

Foi publicado em 2015 e viabilizado em 2016, o Edital nº 03/2015 (<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/100552016-resultado-032015-UAB-final.pdf>) que trata de fomento à inovação para o

desenvolvimento e aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação, no âmbito do Sistema UAB. Este edital teve por objetivo a seleção de propostas para fomento a projetos de inovação, que visem contribuir para o desenvolvimento tecnológico da Educação no Brasil com as linhas de fomento de Inovação Pedagógica, Inovação Tecnológica e Inovação da Gestão Educacional. Como resultado, 71 IPES propuseram 218 projetos. Foram aprovados 22 projetos de 14 IES, entre eles nos temas de laboratórios virtuais, gestão da informação, jogos educativos e ferramentas para aprendizagem móvel, ferramentas preditivas de evasão.

Foram aprovados projetos com valores entre 57 e 450 mil reais, com orçamento de R\$ 5.000.000,00 para execução financeira. Destes, 08 já foram pagos.

O quadro abaixo posiciona cada um dos projetos financiados por meio do edital 03/2015.

IES	Nome do projeto	Total descentralizado	Situação em DEZ/2017	Previsão de término
UFJF - Projeto 3	Recomendação de videoaulas utilizando linguagem natural e indexação semântica	R\$ 145.000,00	ok	fev/18
UFMS - Projeto 1	Mineração de Dados para Predição de Evasão em Ambientes de Ensino a Distância	R\$ 23.622,40	ok	jun/18
UFRN - Projeto 3	Game Calc - Utilização de Jogos Digitais no Ensino de Pré-Cálculo	R\$ 176.311,00	ok	analisar
UFRB - Projeto 1	Laboratório de Física em dispositivos móveis	R\$ 109.605,80	Prorrogado	mai/18
UFPR - Projeto 1	Desafio de Gestão: Simulador Empresarial de Gestão Pública	R\$ 78.606,66	Prorrogado	nov/18
UFRGS - Projeto 4	Descoberta do desânimo de alunos em ambientes virtuais de ensino e aprendizagem utilizando mineração de dados educacionais	R\$ 232.296,30	ok	mar/18
UFRGS - Projeto 1	Ambiente Virtual de Aprendizagem e Trabalho Acadêmico Remoto - AVATAR	R\$ 403.500,00	ok	mar/18
UFERSA - Projeto 1	Cenários de Aprendizagem Ubíqua com o Ambiente Youubi em Educação a Distância	R\$ 183.775,80	Prorrogado	ago/18

UFSCAR - Projeto 1	Construção e integração de espaços de formação e apoio ao Ensino Híbrido na UFSCar	R\$ 212.229,68	ok	abr/18
UFSJ - Projeto 1	Sistema online de gestão, acompanhamento e avaliação na EAD	R\$ 95.665,30	Prorrogado (pela CGFO)	dez/18
UPE - Projeto 4	Sala Viva	R\$ 158.042,00	ok	jun/18
UNESP - Projeto 4	Avaliação e Acessibilidade	R\$ 299.980,00	ok	jun/18
UFSCAR - Projeto 2	Criação de processador de texto colaborativo on-line para o Moodle	R\$ 219.490,00	devendo relatório desde agosto	abr/18
UFSJ - Projeto 2	Desenvolvimento e aplicação de ebooks interativos	R\$ 48.485,16	ok	abr/18
UFU - Projeto 2	Laboratório Virtual para Aprendizagem de Língua Inglesa	R\$ 170.806,00	ok	abr/18
UFV - Projeto 3	Academia mobile - ferramentas de m-learning e sistemas de informação	R\$ 292.140,00	Finalizado	Finalizado
UFV - Projeto 2	Laboratório Virtual de Química: Incluindo o professor no processo	R\$ 179.781,00	Finalizado	Finalizado
UFV - Projeto 4	Ferramenta para elaboração de material didático com aplicativos para acessível	R\$ 165.952,00	Finalizado	Finalizado
		R\$ 3.601.901,10		

Quadro 4 - projetos financiados por meio do edital 03/2015

Em novembro de 2018 está previsto um workshop de Inovação, no qual serão apresentadas as soluções desenvolvidas nestes projetos, bem como outros projetos incentivados pela DED como os dos Grupos de trabalho desenvolvidos na RNP.

Novos Editais

Edital	Projetos Submetidos	Previsão de resultado	Valor
Nº 40/2017 – Provas Virtuais	22	Fev/2018	R\$ 1.000.000,00
Nº 42/2017 – Jogos Virtuais	49	Mar/2018	R\$ 1.000.000,00
Nº 03/2018 – Ferramentas de Acessibilidade	Lançamento	Abril/2018	R\$ 1.000.000,00
Laboratórios virtuais e/ou remotos	Lançamento	Agosto/2018	R\$ 1.000.000,00

Tabela 6 - Novos Editais

Ações referentes ao acolhimento

A plataforma destinada aos cursos de acolhimento de alunos já está em desenvolvimento. O cronograma abaixo explicita a previsão de entrega dos produtos, os quais consistem em três disciplinas iniciais: Comunicação e expressão, Matemática e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. A previsão de conclusão dos testes é estimada para abril de 2018.

Atividades	CRONOGRAMA PROJETO ACOLHIMENTO CAPES					
	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro18	fevereiro18
Instalação da infraestrutura	x					
Adaptação do AVA	x	x	x			
Articulação e produção de textos para curso TICs	x					
Design instructional curso TICs		x				
Produção do curso TICs (3 partes)		x	x			
Articulação e produção de textos para curso Português		x	x			
Design instructional curso Português			x	x		
Produção do curso Português (3 partes)				x	x	x
Articulação e produção de textos para curso Matemática	x	x				
Design instructional curso Matemática		x	x			
Produção do curso Matemática (3 partes)			x	x	x	x

Figura 5 – Cronograma projeto acolhimento CAPES

Nesta mesma proposta e em função dos investimentos já realizados para pesquisa e desenvolvimento de protótipos pelo MEC torna-se necessário a implementação de ações para que as tecnologias desenvolvidas possam ser plenamente utilizadas no sistema de ensino superior nacional.

Assim, a DED está investindo na implementação de uma solução de hardware e plataforma AVA para a CAPES/UAB com o ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo LabTIME/UFG, incorporando as facilidades de realização de provas remotas com reconhecimento facial em dispositivos móveis com a incorporação de funcionalidades de agendamento de provas dentro da perspectiva de realização em uma unidade acadêmica do programa. Pesquisa, desenvolvimento e adequação de recursos

educacionais para formatos digitais interativos para as disciplinas com alto índice de reprovação nas IES em rede. E, ainda, a criação de uma solução de banco de questões parametrizado para objetos de aprendizagem digitais.

Valores aportados

TED 6553 - 850.000,00 (liberados 512.000,00)

TED 5927 - 1.100.000,00 (liberação integral)

Processos nº

23038.019327/2017-80 - 2^a fase

23038.010753/2017-58 – 1^a fase

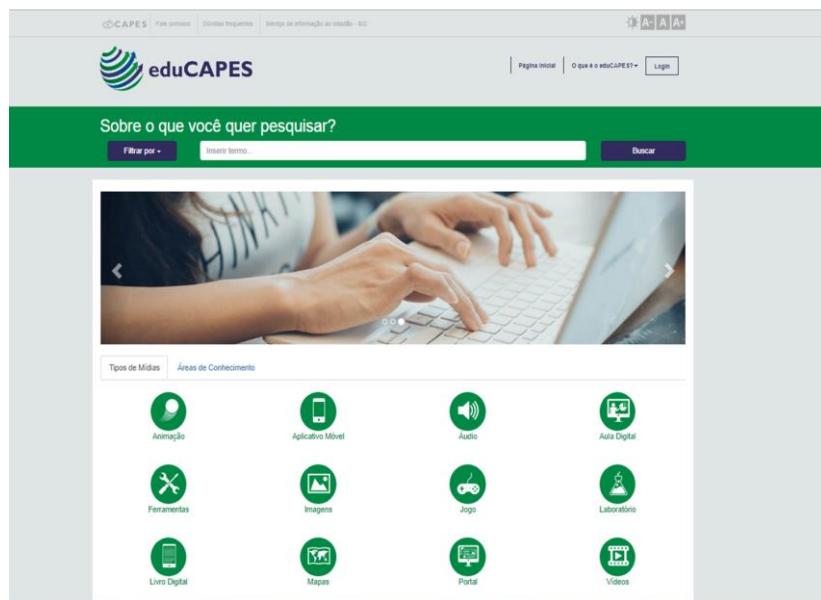
Educapes

No ano de 2016, por meio da Portaria CAPES nº 106, de 14 de julho de 2016, o portal de disseminação de conteúdos educacionais eduCAPES (www.educapes.capes.gov.br), que tem como proposta o compartilhamento e a disponibilização de ferramentas tecnológicas voltadas ao ensino.

Cabe ressaltar que a Coordenação-Geral de Inovação em Ensino de Inovação a Distância (CGIE/DED) participou, ainda, em 2016 no acompanhamento de grupos de trabalho de EaD junto à Rede Nacional de Ensino à Pesquisa (RNP), cujos temas foram Experimentação Remota e Jogos Educacionais, os quais serão disponibilizados no decorrer de 2017, na plataforma eduCAPES.

Evolução do eduCAPES

A plataforma eduCAPES disponibiliza, hoje, mais de 100.000 objetos educacionais os quais podem ser acessados e baixados por qualquer cidadão de dentro ou fora do programa UAB. Foi desenvolvido um novo *layout* para o portal e também foram disponibilizados novos links de acesso para jogos, laboratórios remotos e ferramentas para acessibilidade. A busca de materiais ficou mais eficiente e novos parceiros foram incorporados em destaque os conteúdos da Universidade Aberta de Portugal. Existe, ainda, a previsão para 2018 do lançamento da versão *mobile* por meio de aplicativos cujos protótipos já estão prontos (educapes.capes.gov.br).



Figuras 6 e 7 - eduCAPES

Egressos

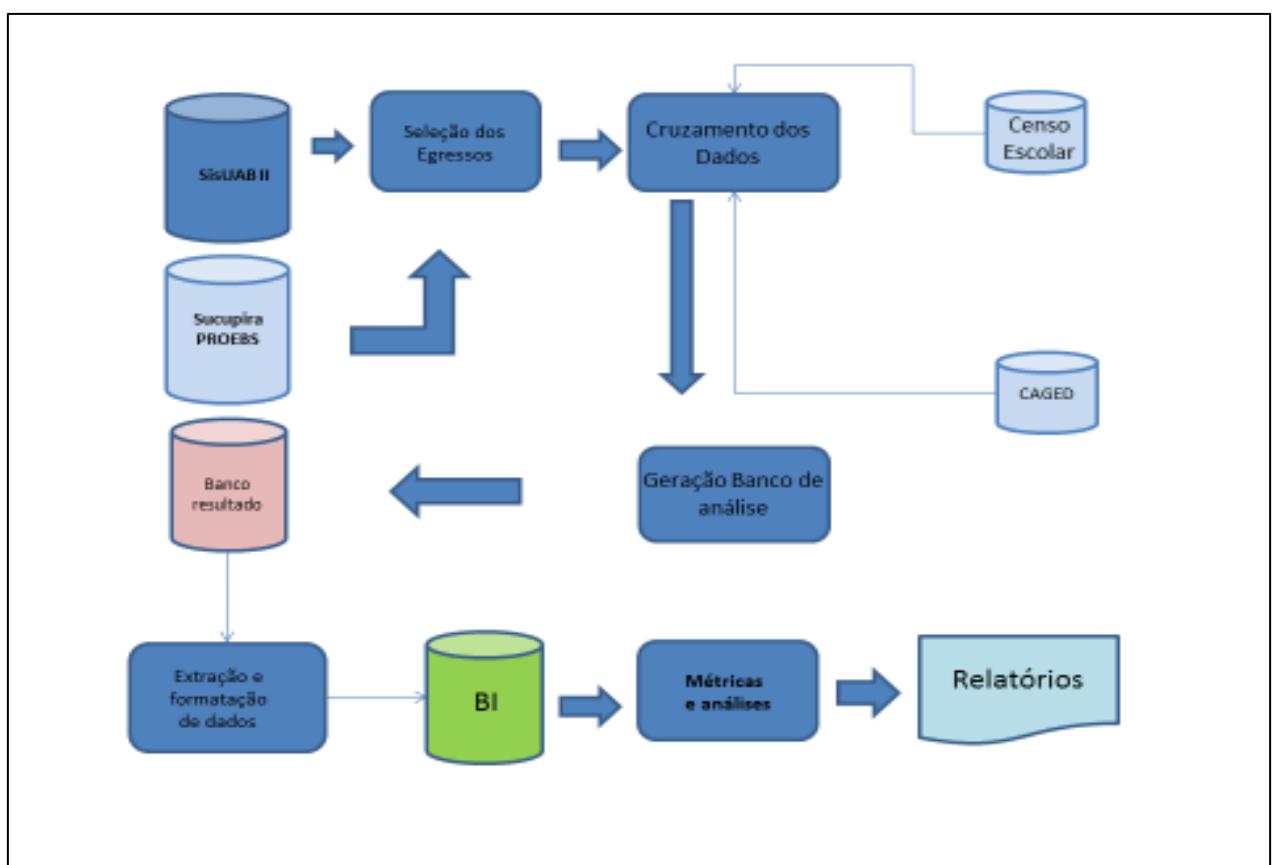
Nesta mesma proposta e em função dos investimentos já realizados para pesquisa e desenvolvimento de protótipos pelo Ministério da Educação torna-se necessário a implementação de ações para que as tecnologias desenvolvidas possam ser plenamente utilizadas no sistema de ensino superior nacional. Assim, a DED está investindo na Implementação de uma solução de hardware e plataforma AVA para a CAPES/UAB com o ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo LabTIME/UF G. incorporando as facilidades de realização de provas remotas com reconhecimento facial em dispositivos móveis com a incorporação de funcionalidades de agendamento de provas dentro da perspectiva de realização em uma unidade acadêmica do programa. Pesquisa, desenvolvimento e adequação de recursos educacionais para formatos digitais

interativos para as disciplinas com alto índice de reprovação nas IES em rede. E, ainda, a criação de uma solução de banco de questões parametrizado para objetos de aprendizagem digitais.

A implantação de uma política de acompanhamento do egresso do Programa Universidade Aberta do Brasil, que traz a responsabilidade e o compromisso social traduzidos em sua eficácia e efetividade institucional, exigiu a qualificação dos procedimentos de acompanhamento do egresso que está sendo organizada pelo Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria Capes nº 117, de 8 de junho de 2017.

O objetivo do GT é estabelecer metodologia para um sistema informatizado de acompanhamento de egresso dos cursos ofertados no âmbito do programa UAB que inclua a definição de indicadores e processos. Para tanto foram criados questionários junto às IPES do sistema UAB com vistas à identificação daquelas que já possuem alguma iniciativa desta natureza e aquelas que desejam colaborar com este estudo. Internamente o trabalho está sendo conduzido em duas frentes: uma voltada para as contribuições e estudos externos e outra voltada para o cruzamento de informações nas bases de dados.

Abaixo disponibilizamos o fluxo geral de análise de dados de egressos do sistema UAB e PROEBS, de acordo com a Figura 8.



Estímulo à Institucionalização da EaD e do Sistema UAB

O Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Portaria Capes nº 3, de 5 de janeiro de 2017, composto pelas seguintes instituições e seus representantes: Capes; MEC – Ministério da Educação/SESu; Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Abruem – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais e Fórum Nacional de Coordenadores do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) como instituição convidada.

O GT de Institucionalização elaborou, a partir de suas discussões e trabalho de pesquisa, documento orientador com a finalidade de guiar as suas instituições atuantes a promoverem ações de institucionalização, tendo em vista a incorporação da EAD em suas atividades regulares e uma educação híbrida, em que a educação presencial e a distância caminhem conjuntamente, como modalidades complementares e de igual importância na construção de ambientes de aprendizagem no ensino superior.

O objetivo do GT foi tratar das ações necessárias à institucionalização da EAD que mais impactam e/ou são impactadas pelo sistema UAB. O estabelecimento de diretrizes servirá de ponto de partida ou de continuidade para o trabalho de incorporação da EAD e da educação híbrida na rotina acadêmica, e um importante instrumento norteador para planejamento e avaliação institucional. Por fim, o GT sugeriu a continuidade do trabalho com ampla divulgação do documento, abrindo espaços para sugestões de toda comunidade envolvida no âmbito da UAB.

Fomento e gestão dos recursos

As ações do Sistema UAB e do PROEB são mantidas por duas linhas de financiamento: I – a concessão de bolsas ao corpo docente, tutores, gestores e mestrandos (PROEB); e II - repasses de recursos de custeio e capital destinados à criação dos cursos e à manutenção das respectivas atividades acadêmicas. Em 2017, investiu-se R\$ 345,7 milhões, destes R\$ 226,5 milhões utilizados no pagamento das bolsas e R\$119,2 milhões para o fomento.

O fomento do custeio às IPES é feito por meio do parâmetro de custo por aluno. Desde sua criação, em 2015, não teve os valores atualizados. Em 2016, foi definido que a partir de 2017 os valores seriam corrigidos pelo IPCA (Índice de Preço ao

Consumidor Amplo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Apesar da perspectiva do aumento significativo do número de alunos e da correção aplicada, não houve reflexo dessa ação no valor do orçamento.

O quadro abaixo apresenta a execução do orçamento e metas dos anos de 2016 e 2017.

Ação Orçamentária (código nome no PPA, PO, tipo de recurso)	Dotação Orçamentária 2016	Execução 2016	Meta 2017- (PLOA/LOA)	Execução 2017 (empenhado)
ooOoRJ –PO 002 (Bolsa)	255.936.191	255.936.191	224.000.000,00	222.070.726,84
20RJ- PO 004 (Fomento)	145.526.032	145.274.398	126.000.000,00	114.122.534,87
TOTAL	401.462.223	401.210.589	350.000.000,00	336.193.261,71
Execução: %	100%	99,9	100%	96,05%

Quadro 5 - Fonte: SIAFI/mar/18

As mudanças propostas, a maioria em execução, já apresentaram resultados em 2017 e que impactaram em índices mais qualificados nos indicadores físicos da UAB, mesmo com reduções na dotação, conforme pode ser observado nos quadros abaixo:

FLUXO DO ALUNADO 2006 - 2016										
	CADASTRADOS	CURSANDO	TRANCADOS	ATIVOS	DESVINCULADO	FALECIDOS	INATIVOS	NÃO CONCLUINTE	FORMADOS	REPROVADOS
TOTAL	596.850	126.615	6.894	133.509	210.081	221	210.302	81.018	162.446	9.575

Quadro 6 – fluxo do alunado 2006-2016

Relação de Alunos Formados 2017/2016: + 14,5%

Relação Alunos Ativos + formados 2017/2016: + 35%

Relação Alunos Ativos: 2017/2016:

FLUXO DO ALUNADO 2006 - 2017										
	Vg. Ofertadas	Cadastrados	Trancados	Ativos	Desvinculados	Falecidos	Não Conclu	Reprovados	Formados	
	871.000	722.600	4.670	208.200	237.934	221	75.400	9.575	186.000	

Quadro 7 – fluxo do alunado 2006-2017

PROPORTIONALIDADE ENTRE PROFESSORES, TUTORES, ALUNADO E CURSOS				
REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2017				
	Cursos	Professores	Tutores	Alunos
Quantidades	744	5.202	9.106	200.000
Aluno/Professor		38,4		
Aluno/Tutor			21,9	

Quadro 8 – proporcionalidade entre professores, tutores, alunado e cursos

Considera-se como outro saldo positivo a relação Bolsa/Aluno que praticamente dobrou entre 2015 e 2017, considerando-se o alunado ativo em dezembro de 2017 (210.000 alunos ativos). Atualmente, o indicador alcançado é de uma bolsa para cada 13 alunos.

Distorções da relação de bolsa – ajuste ao longo do tempo

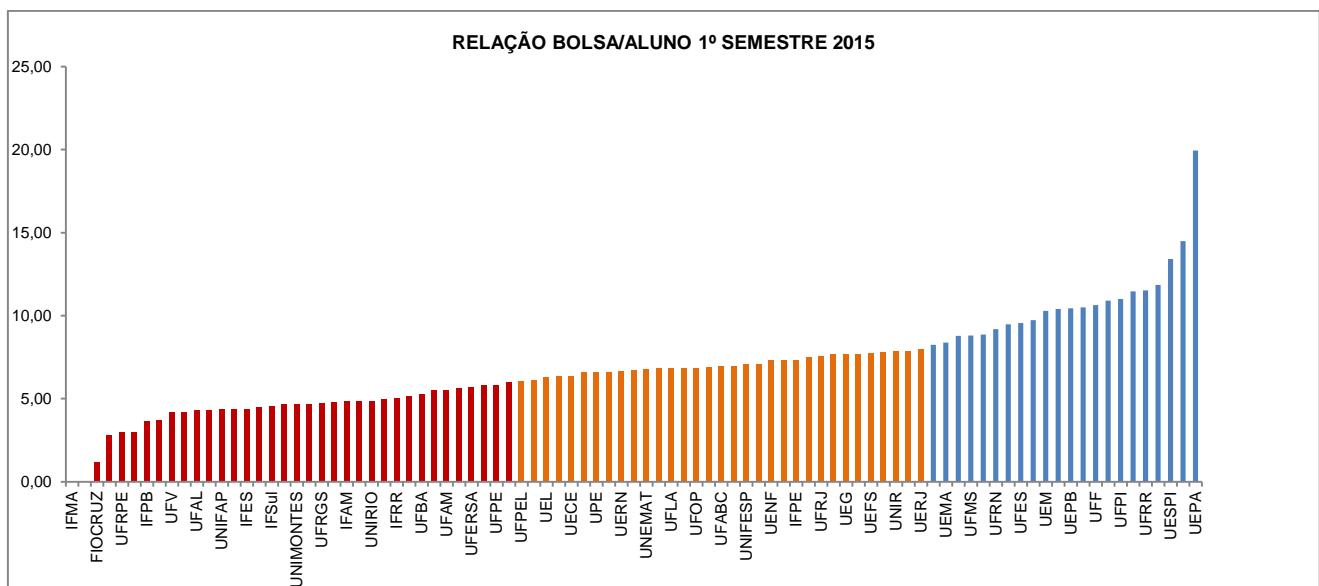


Gráfico 1 - *Fonte SGB*

Mestrados profissionais para qualificação de professores da rede pública de educação básica – ProEB

Os programas de **Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica – ProEB** têm por objetivo a formação continuada *stricto sensu* dos professores em exercício nas redes públicas de educação básica em todo o território nacional. Essa iniciativa é uma parceria entre a CAPES, e associação em rede de Instituições, responsáveis pela implantação e execução de cursos nacionais

em áreas de concentração e temáticas vinculadas diretamente à melhoria da Educação Básica.

A CAPES apoia essa iniciativa mediante a concessão de bolsas aos professores em exercício da docência na rede pública de educação básica e fomento destinado ao custeio das atividades acadêmicas dos cursos. Ainda em 2017, houve a reformulação da política de concessão de bolsas e custeio do PROEB, por meio da publicação da Portaria CAPES nº 61/2017 que possibilitou ampliar o atendimento permitindo o ingresso de novos programas nas áreas de Química (PROFQUI); Filosofia (PROFILO); Biologia (PROFBIO).

O investimento anual do programa alcançou em 2017, R\$ 39.042.000,00 em bolsas para os professores cursistas e, R\$ 6.213.000,00 em custeio, destinados à manutenção dos cursos em mais de 98 universidades públicas em todo o País, o que representa um comprometimento de 13% do orçamento anual da Diretoria de Educação a Distância da CAPES.

De acordo com dados apresentados no quadro abaixo encontram-se matriculados 6.151 alunos nos cursos do Proeb e, o índice de abando e desligamento encontra-se abaixo de 3,5%.

Plataforma Sucupira /2017								
	PROFMAT	PROFAR	PROFLET	PROFIS	PROFH	PROFB	PROFIL	TOTAL
MATRICULADOS	3118	154	1080	1051	428	165	155	6151
DESLIGADOS	186	0	1	3	0	0	0	190
ABANDONO	11	0	1	3	2	0	0	17

Quadro 9 - Fonte: Plataforma Sucupira

No decorrer do ano de 2017 foram titulados, 3.262 discentes, sendo o PROFMAT o maior responsável pelas titulações, 2.396 titulações, perfazendo 73% do total de formados.

Plataforma Sucupira / Titulação						
TITULADOS	PROFMAT	PROFARTES	PROFLETRAS	PROFIS	PROFHISTÓRIA	TOTAL
2017	3	3	28	39	12	85
2016	171	2	37	28	11	249
2015	679	0	610	95	0	1.384
2014	785	0	1	0	0	786
2013	758	0	0	0	0	758
TOTAL	2.396	5	676	162	23	3.262

Tabela 7 - *Fonte: Plataforma Sucupira, 13.03.18*

Considerando que desde 2013 já ocorrem titulações nos programas de mestrado profissional, no ano de 2017, foram realizadas visitas a 06 escolas nos estados do Amapá, Rio Grande do Norte e Roraima com o objetivo de verificação do impacto da política na qualidade do ensino das escolas e comunidades diretamente beneficiadas pelo programa e, a partir de evidências observadas na aplicação dos produtos educacionais gerados pelos docentes egressos do PROEB, pode-se identificar, por exemplo, melhorias significativas no aprendizado dos alunos em disciplinas de física e matemática.

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB

Os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País estão detalhados no **ANEXO II**.

Diretoria de Relações Internacionais – DRI

O exercício de 2017 foi marcado pela continuidade na implementação de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacional. Ao todo, foram beneficiados 10.927 estudantes, pesquisadores e professores, 9.564 com destino ao exterior e 1.363 estrangeiros que vieram ao Brasil desenvolver seus estudos e pesquisas. Entre os desafios enfrentados, destacam-se as flutuações cambiais ocorridas ao longo do ano de 2017, que representaram um desafio à gestão orçamentária da Diretoria.

Os programas de bolsas individuais correspondem a cerca de 70% do total implementações em 2017, com destaque para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE, com 4.192 novas bolsas. No último ano, foi disponibilizada, por meio do Edital nº 47/2017 - PDSE, uma cota de doutorado sanduíche para cada um dos programas de Doutorado no Brasil com nota superior a 4 (quatro) na última avaliação quadrienal. Ademais, foram implementadas no exterior 211 bolsas de Estágio Sênior, 184 de Pós-Doutorado e 80 de Doutorado Pleno, selecionadas a partir de editais lançados no final de 2016.

No tocante aos programas oriundos de acordos de cooperação internacional (projetos conjuntos de pesquisa, parceria universitária e cooperação para o desenvolvimento), foram lançados 30 editais com parceiros internacionais como as universidades de Harvard, de Oxford e de Cambridge e instituições como a Fundação Alexander von Humboldt, o COFECUB, o DAAD, o IIASA e o FCT, além de edital para seleção de candidatos a bolsas individuais oriundos de países em desenvolvimento no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O ano também foi marcado pela revisão da regulamentação das bolsas internacionais, com lançamento de novas portarias dispendendo sobre a nomenclatura e os valores das modalidades de bolsas. Foram publicados o Regulamento para Bolsas Internacionais no Exterior, aprovado por meio da Portaria nº 186, de 29 de setembro de 2017 e as Portarias nº 201, de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre os valores de bolsas de estudo e auxílios pagos no país e no exterior no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES e a portaria 202, de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre os valores do adicional localidade

pagos pela CAPES no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

Programa Institucional de Internacionalização

Como resultado de discussões estratégicas com os setores acadêmico, governamental e privado, foi lançado, em 2017, o Edital nº 41/2017 do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), com o objetivo de fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização de instituições, estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação, incentivar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além de integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização das Universidades Brasileiras. Nele serão investidos recursos para financiamento de até 40 projetos institucionais de internacionalização com duração de 4 anos, de modo que cada instituição seja a responsável pela estruturação e apresentação do seu próprio plano de internacionalização. Neste, é necessário que sejam consideradas as vocações institucionais, as demandas específicas e explicitadas as prioridades e mecanismos para ampliar o desempenho da pesquisa e da pós-graduação.

O Programa Capes-PrInt é um passo em direção a um projeto mais amplo que prevê a criação de uma estratégia de excelência com três iniciativas: uma, complementar ao Capes-PrInt, será voltada para a construção de estratégias institucionais de internacionalização; outra consiste na criação de hotspots (pontos de excelência) vinculados a demandas do setor produtivo visando a excelência na produção de conhecimento e de tecnologias voltadas à solução de problemas. A última fomentará a criação de clusters de excelência em pesquisa básica e aplicada formados por pesquisadores de uma mesma instituição ou por um grupo de cientistas de instituições geograficamente próximas para desenvolver projetos de pesquisa em domínios de competitividade internacional.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1 Planejamento organizacional

Por se tratar de uma Fundação supervisionada pelo Ministério da Educação (MEC), as atividades da CAPES estão intrinsecamente vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE). Particularmente referente ao PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014), cabe à CAPES contribuir especialmente com as metas 13, 14, 15, 16 e 17, transcritas a seguir:

“Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as)os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”

Outro documento norteador das ações institucionais da CAPES é o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). O PNPG tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Somados à Política Nacional de Formação de Professores, esses documentos formam a base estratégica para a definição das ações institucionais da CAPES.

4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em 2017, a CAPES continuou com a política de suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo assim para prover ao país quadros de alto nível técnico científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação. Além disso, manteve a impactante atuação em sua nova missão de contribuir para a formação inicial e continuada de docentes para a educação básica.

No referido período, as atividades pertinentes à Avaliação tiveram como objetivo: avaliar propostas de cursos novos e realizar a primeira Avaliação Quadrienal (antiga Avaliação Trienal) do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), incrementar a adoção de parâmetros adequados à comparação com programas de pós-graduação internacionais considerados de referência e incentivar propostas de novos cursos de natureza aplicada que estabeleçam e mantenham parcerias com o setor extra acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais de serviços e das esferas governamentais.

No que tange os programas de fomento, além do objetivo estratégico de sustentação das ações mais tradicionais, como por exemplo, a manutenção do Portal de Periódicos e do Programa Demanda Social, tiveram destaque a ampliação à indução de programas de pós-graduação em áreas estratégicas de interesse nacional e regional, e a promoção do aumento da integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na interdisciplinaridade, com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade.

Na área internacional, as principais metas foram a celebração de novas parcerias e convênios, o aumento do número de envio de estudantes ao exterior, o aumento do número de alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros no país; e o aumento do número de publicações em parceria com instituições estrangeiras.

No âmbito da formação de professores para a Educação Básica, estava prevista a ampliação dos editais destinados à pesquisa e à valorização e formação dos profissionais do magistério, além da promoção da interação dos programas de pós-graduação com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

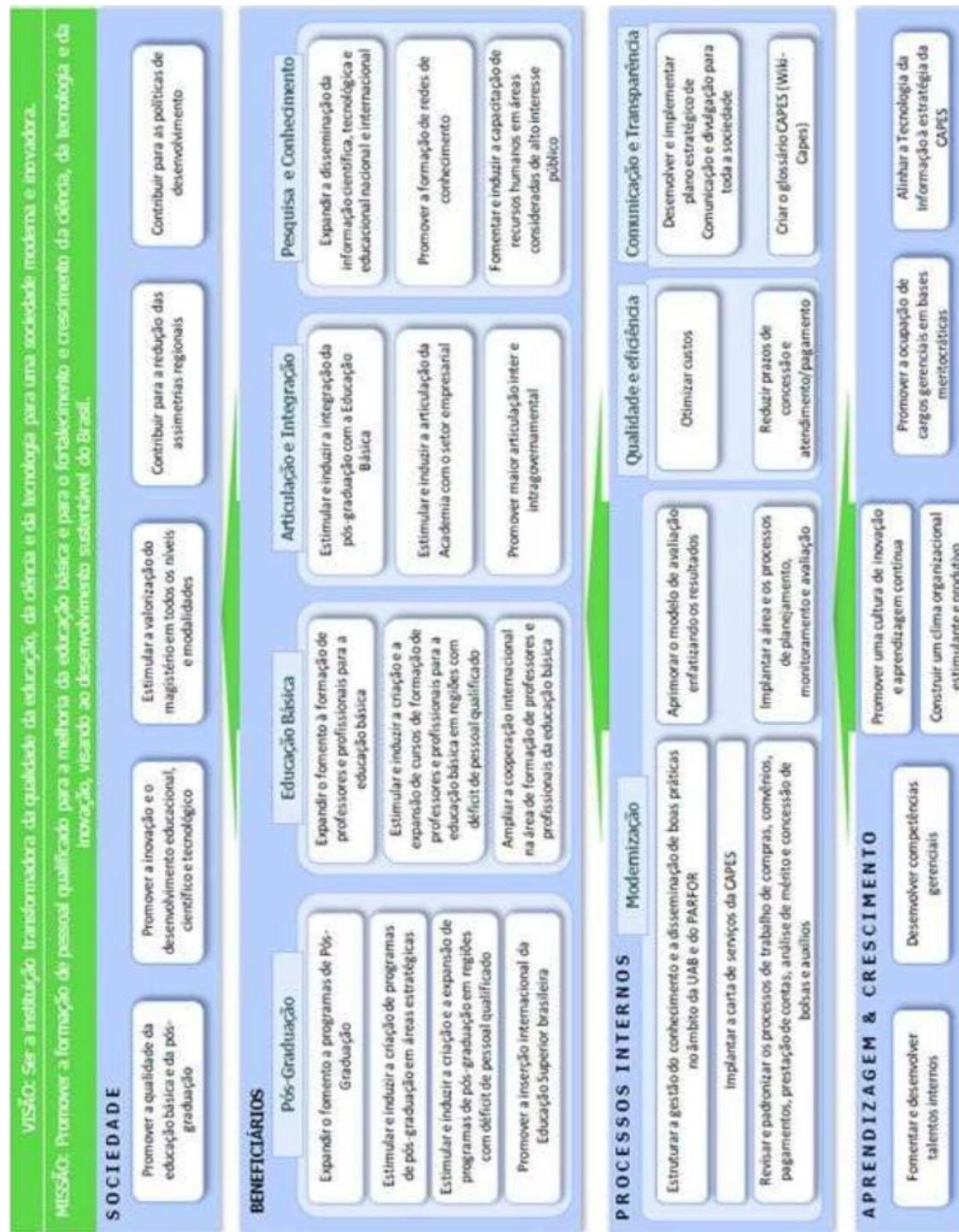
4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Planejamento Estratégico está em fase de elaboração.

4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento está alinhado com a missão institucional e negócio da unidade, tendo em vista que o Mapa Estratégico (transcrito abaixo) foi feito com base na missão da CAPES.

Figura 9. Mapa Estratégico da CAPES.



4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

As ações da CAPES são executadas, geridas e monitoradas por diversos sistemas que, ou são de uso obrigatório por todos os entes da esfera federal, a exemplo o SIAFI, ou foram desenvolvidos a fim de atender às finalidades de suas Diretorias.

Neste segundo grupo, no que tange à gestão do conhecimento, utiliza-se a intranet e a gestão, que são de uso interno, e o portal da CAPES, de uso externo, que agrupam a maior parte das informações qualitativas acerca da Fundação e contém atalhos para diversos outros sistemas.

No que tange a gestão e pagamento de bolsas auxílios, destacam-se: o Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA), o Sistema de Acompanhamento e Concessões (SAC), o Sistema de Acompanhamento e Demanda (SAD), Sistema de Gestão de Bolsa (SGB).

Como sistemas de coleta e integradores de informação evidenciam-se a Plataforma Freire, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB) e a Plataforma Sucupira. Esses sistemas possuem suas especificidades e atendem a Diretorias e públicos diferentes, mas têm como objetivo comum manter bases de dados com informações detalhas de seus respectivos nichos.

Para que se concretize o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, é utilizada a Plataforma Paulo Freire. O sistema possui um vasto banco de dados que é alimentado pelas instituições e pelos docentes da Educação Básica. Para exemplificar, as Instituições de Educação Superior disponibilizam no sistema os cursos que podem ofertar, ao passo que os docentes escolhem aquela opção que melhor atenda suas necessidades pessoais e profissionais, visando o aprimoramento, a qualificação e valorização dos professores.

O SISUAB é semelhante, e atende a Diretoria de Educação a Distância (DED), assim sendo, é um sistema que visa a integração, expansão e interiorização de oferta de cursos e programas de educação à distância no país. Além disso, o sistema apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologia de comunicação. Deste modo, o principal objetivo do sistema é sistematizar as informações referentes às instituições integrantes da UAB.

Já a Plataforma Sucupira subsidia as demandas do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Por meio dela que os programas de pós-graduação inserem as informações sobre os programas, docentes e discentes. O papel da CAPES é de gerenciar o sistema, bem como divulgar indicadores do SNPG com o intuito de dar maior transparência, celeridade e confiabilidade dos dados à sociedade brasileira.

A fim de ampliar a transparência, as informações mais relevantes dos diversos sistemas da Fundação são disponibilizadas por um ambiente específico de divulgação, o Sistema de Disseminação de Informações (SDI). O SDI, que engloba também o Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCAPES), tem como objetivo dar publicidade aos dados de gestão da CAPES e divulgar para toda a sociedade brasileira as suas ações e investimentos (<http://sdi.capes.gov.br/>). Por fim, a CAPES também insere seus dados na plataforma de gestão do Ministério da Educação (SIMEC). Este sistema está inserido em um outro contexto, a função é de facilitar o controle interno e permitir que os gestores do MEC e de seus órgãos acompanhem a execução de seus respectivos planos de ação. É oportuno mencionar que o SIMEC possui um módulo aberto ao público o qual contempla a maioria dos indicadores da CAPES.

4.3 Desempenho orçamentário

A dotação autorizada em 2017 foi de R\$ 4.959.308,757,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais R\$ 89.696.742,00 (1,81%), Investimento R\$ 148.000.983,00 (2,98%) e Outras Despesas Correntes R\$ 4.721.611.032,00 (95,21%).

As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas, alcançou o patamar de 94,89% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram abaixo de 5% em relação à dotação autorizada, correspondendo 2,45% despesas com administração da unidade e 1,89% despesas com pessoal, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, inscritos no exercício de 2017 somaram R\$ 694.619.083,36 (RP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986. Desse montante, R\$ 597.944.944,57 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES. A diferença refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras recebedoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 10 - Ações relacionadas a programas temáticos do PPA de responsabilidade da unidade - OFSS

Identificação da Ação											
Responsabilidade da UBC na execução da Ação			() Integral	() Parcial							
Código	0000			Tipo:							
Título	Concessão de Bolsas de Apoio a Educação Básica										
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana										
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			1007							
Programa	Educação de Qualidade para todos.		Código	2080	Tipo:	Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES										
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras										
Lei Orçamentária 2017											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação			Despesa		Restos a Pagar do Exercício						
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados					
787.993.328,00	787.993.328,00	786.064.054,84	706.015.179,94	706.015.179,94		80.048.874,90					
Execução Física											
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta						
				Previsto	Reprogramado	Realizado					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas							
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada						
94.785.924,40	91.140.498,40	3.070.811,00									

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação		() Integral	() Parcial		
Código	0487		Tipos:	Operações Especiais	
Título	Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior				
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA	Código	1375	Tipos:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não sem Miséria () Outras		Caso positivo: () PAC () Brasil		

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Execução Física

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
176.391,33	55.156,09			Realizada

Identificação da Ação

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UBC na execução da Ação	<input type="checkbox"/> () Integral
Código	0487 Parcial
Título	Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior

Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.			
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.			
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS- GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código 2032	Tipo: Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES			
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras			

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
14.261.801,65	6.955.175,86	1.544.865,19		Realizada

Identificação da Ação

Responsabilidade da UBC na execução da Ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	() Integral	() Parcial	
Código	0487			Tipo:	Operações especiais
Título	Concessão de bolsas de estudo de ensino Superior				
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				

Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.			
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código 2080	Tipos:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES			
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Paga	Processados	Não Processados
3.188.227.953,00	3.188.227.953,00	3.049.656.704,49	2.578.670.281,36	2.576.492.921,26	2.177.360,10	470.986.423,14

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	
		Previsto	Reprogramado
			Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira Execução Física - Metas

Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
460.774.173,14	454.496.508,14	1.802.631,57			

Identificação da Ação

Responsabilidade da UBC na execução da Ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	() Integral	() Parcial	
Código	20GK			Tipos:	Atividade
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	Código 2080	Tipos:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				

Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil									
Lei Orçamentária 2017													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação				Despesa		Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados							
167.546.920,00	167.546.920,00	81.215.649,27	73.068.132,98	73.068.132,98		8.147.516,29							
Execução Física													
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta								
				Previsto	Reprogramado	Realizado							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas									
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida									
11.657.107,61	10.788.158,40	558.244,20											
Identificação da Ação													
Responsabilidade da UBC na execução da Ação		<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Integral	Parcial								
Código		20GK			Tipo:	Atividade							
Título		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão											
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.											
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.											
Programa		EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS- GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático							
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES											
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil										
Lei Orçamentária 2017													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação				Despesa		Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processado	Não Processados							

				S		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.421.604,82	2.783.517,10	3.282.070,15				

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UBC na execução da Ação		() Integral	() Parcial				
Código	20RJ		Tipo:	Atividade			
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
Programa	EDUCACAO BASICA	Código	2030	Tipo:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não sem Miséria () Outras		Caso positivo: ()PAC () Brasil				

Lei Orçamentária 2017					
Execução Orçamentária e Financeira					
Dotação			Despesa		Restos a Pagar do Exercicio
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados
					Não Processados
Execução Física					
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta	
				Previsto	Repro
				Realizado	

			grama do	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unida de de medida
11.548.469,14	2.357.444,55	2.884.799,86		Realizada

Identificação da Ação

Responsabilidade da UBC na execução da Ação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	() Integral	() Parcial	
Código	20RJ				Tipo: Atividade
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.				
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				1008
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código	2080	Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não sem Miséria () Outras		Caso positivo: () PAC () Brasil		

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação			Despesa		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
170.700.000,00	170.700.000,00	134.407.430,48	89.086.147,42	88.097.043,86	989.103,56	45.321.283,06

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unida de de medida
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Realizada

48.489.238,11	35.992.446,21	4.232.667,87		
---------------	---------------	--------------	--	--

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UBC na execução da Ação			() Integral	() Parcial			
Código	20RN		Tipo: Atividade				
Título	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação						
Iniciativa	Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior						
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.						
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipo:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não sem Miséria () Outras		Caso positivo: ()PAC () Brasil				

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação	Despesa			Restos a Pagar do Exercício			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
287.907,44	99.343,90	24.720,00			

Identificação da Ação

Responsabilidade da UBC na execução da Ação		() Integral	() Parcial	
Código	20RN	Tipo: Atividade		
Título	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação			

Iniciativa	Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior
Objetivo	Producir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior. 1011
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS Código 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>)Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação					Despesa		Restos a Pagar do Exercicio	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
25.900.000,00	25.900.000,00	25.299.862,54	14.181.685,48	14.181.685,48		11.118.177,06		

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Resíduos à Fugar Não processados - Exercícios Anteriores		Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.677.782,61	1.614.664,93	18.537,60			

Identificação da Ação

Identificação da Ação		() Integral	() Parcial					
Responsabilidade da UBC na execução da Ação								
Código	2317	Tipo:			Atividade			
Título	Acesso à Informação Científica e Tecnológica							
Iniciativa	Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.							
Objetivo	Producir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.							
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS- GRADUACAO,	Código	2032	Tipo:	Programa Temático			

	ENSINO, PESQUISA		
--	---------------------	--	--

Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES		
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	
		Previsto	Reprogramado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
6.119,80				Realizada

Identificação da Ação

Responsabilidade da UBC na execução da Ação	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	(<input type="checkbox"/>) Integral	(<input type="checkbox"/>) Parcial			
Código	2317		Tipo:	Atividade			
Título	Acesso à Informação Científica e Tecnológica						
Iniciativa	Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.						
Objetivo	Producir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.						
Programa	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS		Código	2080	Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				

Lei Orçamentária 2017

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados

402.882.610,00	402.882.610,00	414.404.499,12	299.259.210,41	299.259.210,41		115.145.288,71
----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	--	----------------

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Meta	
		Previsto	Reprogramado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unida de de medida	Realizada
5.800.270,52	3.806.647,56				

Fonte: Tesouro Gerncial

Quadro 11 - Ações não previstas na LOA de 2017 – Restos a pagar – OFSS

Identificação da Ação							
Código	009U		Tipos:	Operação Especial			
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA - PIBID						
Iniciativa							
Objetivo					Código		
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipos:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
81.518,87		68.683,39					

Identificação da Ação							
Código	20CV		Tipos:	Atividade			
Título	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO						
Iniciativa							
Objetivo					Código		
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipos:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
49.534,29							

Identificação da Ação							
Código	4019		Tipos:	Atividade			
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO						
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código		
Programa	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-	Código	1375	Tipos:	Programa Temático		

	GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA			
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES			
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
122.001,76				Realizada

Identificação da Ação							
Código	4019		Tipos:	Atividade			
Título	FOMENTO A PÓS-GRADUAÇÃO						
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				Código		
Programa	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	Código	2032	Tipos:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
472.152,39	303.012,98				

Identificação da Ação							
Código	6333		Tipos:	Atividade			
Título	APOIO A CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES						
Iniciativa							
Objetivo					Código		
Programa	QUALIDADE NA ESCOLA	Código	1448	Tipos:	Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.944,20		17,94			

Identificação da Ação									
Código	8429	Tipos:		Atividade					
Título	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA A DISTÂNCIA								
Iniciativa									
Objetivo					Código				
Programa	BRASIL ESCOLARIZADO	Código	1061	Tipos:	Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES								
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada				
56.252,39		51.082,39							

Fonte: Tesouro Gerencial – 27/02/2018

4.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

4.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício de 2017.

4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$

1,00

Quadro 12 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	602.673.120,51	580.866.625,78	8.119.708,02	13.686.786,71
2015	9.632.685,84	3.067.246,29	176.623,36	6.388.816,19
2014	599.590,74	10.561,93	466.740,73	122.288,08
2013	1.941.078,21	1.289.272,22	271.166,10	380.639,89
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)
2016	600.153.570,51	578.347.075,78	578.347.075,78	8.119.708,02
2015	9.632.685,84	3.067.246,29	3.067.246,29	176.623,36
2014	599.590,74	10.561,93	10.561,93	466.740,73
2013	1.941.078,21	1.289.272,22	1.289.272,22	271.166,10
				380.639,89

Fonte: Tesouro Nacional – 27/02/2018

Do montante em 01/01/2017 do Restos a Pagar, diminuindo o montante cancelado, 96% foram pagos, o que demonstra o comprometimento da CAPES na liquidação dos compromissos assumidos. A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986.

A CAPES não enfrentou dificuldades em pagar os compromissos liquidados.

4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 13 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)					
UG/GESTÃO: 154003/15279					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Auxílios a Pesquisador	
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	65	2.754	
		Montante Repassado	120.735.689,46	191.841.421,81	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4	125	
		Montante Repassado	1.267.141,77	8.567.802,42	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	21	142	
		Montante Repassado	8.671.624,28	10.632.802,27	

Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC

Quadro 14 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)				
UG/GESTÃO: 154003/15279				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Auxílios a Pesquisador	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	13	356	
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	11.240.216,87	9.335.614,25	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	52	2.398	
	Montante repassado (R\$)	109.495.472,59	182.505.807,56	

Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC

Quadro 15 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)					
UG/GESTÃO: 154003/15279					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	2	3	-	-	32
Auxílios a Pesquisador	18	20	19	9	132
...					

Fonte: SIAFI, SICONV e SIPREC

Análise Crítica

Em relação às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplência, esta Fundação encaminhou diligência para todos os beneficiários a fim de obter esclarecimentos, sanar eventuais pendências, cobrar a devolução de valores utilizados em desacordo com os editais de concessão ou solicitar as prestações de contas, buscando exaurir todas as providências administrativas cabíveis para regularização das prestações, antes da instauração de Tomadas de Contas Especiais – em consonância com a Portaria CAPES nº 12, de 29 de janeiro de 2014 – conforme prevê o art. 76, parágrafo segundo da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Tendo em vista que a aprovação dos processos é condicionada às análises técnica e financeira, bem como à emissão de pareceres e respostas de diligências (quando for o caso), o andamento das análises dentro dos prazos regulamentares fica prejudicado pela falta de capacidade operacional para análise e emissão de pareceres, o que compromete a aprovação final das prestações de contas. Apesar dos esforços na gestão das análises dessas prestações, é grande a dificuldade das áreas técnicas e financeiras em realizar as análises dentro dos prazos requeridos, uma vez que a capacidade operacional da instituição não tem crescido proporcionalmente ao aumento de suas atividades/orçamento.

Além disso, cabe ressaltar também que as dificuldades elencadas acima impactam no adequado controle dos prazos de cobrança das prestações de contas não enviadas e das respostas de diligência, o que reflete no aumento do nível de dificuldade de obtenção de resposta a certos questionamentos efetuados, tendo em vista não terem sido feitos de forma tempestiva.

As transferências detalhadas nos quadros anteriores são de dois tipos: Convênios e Auxílios a Pesquisador.

Os números relativos ao instrumento do tipo “Convênio” englobam as transferências mais antigas, cadastradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), e as transferências incluídas no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), a partir de 2012.

No que diz respeito às prestações de contas referentes às transferências registradas no SIAFI – expiradas até 2017 – houve evolução na análise e aprovação, em relação ao passivo informado no Relatório de Gestão do ano de 2016, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 16 – Instrumentos cadastrados no SIAFI

Situação	Quantidade em 31/12/2014*	Quantidade em 31/12/2015*	Quantidade em 31/12/2016*	Quantidade em 31/12/2017*	Variação 2016-2017
TOTAL	369	295	254	212	-16%

* Transferências SIAFI com prazo para prestação de contas encerrado até essa data.

Houve queda de aproximadamente -16% na quantidade de processos cuja análise ainda não havia sido finalizada, ao final do exercício 2017, em comparação à posição em 31/12/2016.

Os instrumentos do tipo “Auxílios a Pesquisador” são registrados, acompanhados e têm suas contas analisadas em sistema próprio da CAPES – Sistema de Prestação de Contas (SIPREC) – instituído pela Portaria nº 59, de 14 de maio de 2013. A partir de sua introdução, os processos de concessão e prestação de contas de Auxílios a Pesquisador (AUXPE) passaram a ser nele registrados e a análise realizada por meio do referido sistema. Toda a inserção de documentos e tramitação do processo é eletrônica, não havendo mais processo físico para esses instrumentos.

Cabe ressalvar, no entanto, que o referido sistema ainda carece de melhorias. Os setores de prestação de contas estão em constante contato com os responsáveis pelo SIPREC, a fim de corrigir falhas verificadas e ajustá-lo às necessidades das unidades que o utilizam.

Entre as melhorias, foi realizada a implementação da situação de inadimplente, nos possibilitando a identificação dos processos não finalizados e a situação concluídos com a “Baixa Contábil” automática.

Em 2017, houve uma evolução no número de processos analisados e aprovados no Sistema SIPREC (356 aprovações).

Os Auxílios concedidos anteriormente ao advento da Portaria nº 59 tramitam em meio físico e têm sua movimentação controlada pelo Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq), o qual está sendo gradualmente substituído pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no qual os processos são digitalizados e movimentados por meio eletrônico.

O controle da análise desses processos é feito por planilhas internas – utilizando-se Editor de Planilhas e Banco de Dados Access, por exemplo – elaboradas por cada um dos setores envolvidos, não havendo um sistema de controle instituído pela CAPES para tal fim, o que dificulta e torna trabalhosa – e às vezes imprecisa – a obtenção de informações relativas à posição do estoque de prestação de contas em determinado momento, bem como de outras informações gerenciais de vital importância à adequada gestão dos processos.

No que diz respeito aos Convênios, firmados a partir de 2012, a ferramenta utilizada para análise dos processos e controle é o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Para o controle dos instrumentos firmados antes da inserção dos processos no SICONV, é utilizado SIAFI, tendo como apoio as já mencionadas planilhas internas de controle.

Além das estruturas de controle previstas no SICONV (envio de prestação de contas dos convênios), SIMEC (entrega do relatório de cumprimento de objeto dos Termos de Execução Descentralizado) e SIPREC (envio da prestação de contas dos auxílios), as áreas técnicas, eventualmente, e talvez aquém do que seria desejável, fazem a fiscalização in loco, a fim de verificar a execução dos planos de trabalho de algumas transferências.

4.3.6 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A análise financeira dos processos de prestação de contas de Convênios e Auxílios a Pesquisador concedidos pela CAPES é realizada pela Coordenação de Prestação de Contas (CPC), através de suas Divisões de Auxílio (DAUX) e de Convênio (DCONV).

Atualmente, a CPC conta com 41 servidores/colaboradores/estagiários em seu quadro (número que não foi alterado desde o último relatório apresentado), estando assim distribuídos:

	Quantidade		
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Servidores	9	5	5
Servidores (coordenador e chefes)	3	3	3
Terceirizados	16	17	21
Estagiários – Nível Superior	5	7	9
Estagiários – Nível Médio	8	9	3
TOTAL	41	41	41

No entanto, apenas 26 pessoas estão envolvidas diretamente com a atividade de análise financeira: 5 servidores e 21 terceirizados (que dão suporte direto a essa atividade).

Cumpre observar que com o aumento de 4 terceirizados ligados diretamente ao suporte das atividades de Análise Financeira, houve uma evolução nas aprovações das prestações de contas.

Cabe aos Chefes de Divisão a homologação dos pareceres emitidos e ao Coordenador a homologação final dos pareceres, além das demais atividades inerentes aos respectivos cargos de chefia.

As demais pessoas alocadas no setor estão envolvidas com atividades complementares à análise destacando-se: recepção, recebimento e tramitação de processos, preparação de processos e caixas para envio ao Arquivo Central, expedição de ofícios, numeração de páginas, entre outras.

A análise técnica de cumprimento do objeto é realizada por setores subordinados às Diretorias às quais pertencem as áreas concedentes dos Auxílios e Convênios firmados.

4.3.7 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Vide item 8.4

4.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 17 - despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: 26291	Código UO: 26291				UGO: 26291				
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga				
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	101.484.696,58	100,00%	83.461.062,74	100,00%	68.121.523,87	67%	64.395.145,74	77,16%	
a) Convite									
b) Tomada de Preços									
c) Concorrência									
d) Pregão	101.484.696,58	100,00%	83.461.062,74	100,00%	68.121.523,87	67%	64.395.145,74	77,16%	
e) Concurso									
f) Consulta									
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas									
2. Contratações Diretas (h+i)	418.315.297,48	100,00%	372.101.490,80	100,00%	291.336.400,75	69,65%	358.777.088,59	96,42%	
h) Dispensa	33.320.389,89	7,97%	16.485.364,59	4,43%	16.312.909,14	5,60%	13.404.381,56	3,74%	
i) Inexigibilidade	384.994.907,59	92,03%	355.616.126,21	95,57%	275.023.491,61	94,40%	345.372.707,03	96,26%	
3. Regime de Execução Especial	0,00		0,00		0,00		0,00		
j) Suprimento de Fundos									
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	93.605.117,77	100,00%	83.850.429,37	100,00%	93.605.117,77	100,00%	83.850.429,37	100,00%	
k) Pagamento em Folha	89.203.383,43	95,30%	81.903.783,22	97,68%	89.203.383,43	95,30%	81.903.783,22	97,68%	
l) Diárias	4.401.734,34	4,70%	1.946.646,15	2,32%	4.401.734,34	4,70%	1.946.646,15	2,32%	
5. Total das Despesas Acima (1+2+3+4)	613.405.111,83	100,00%	539.412.982,91	100,00%	453.063.042,39	73,86%	507.022.663,70	94,00%	
6. Total das Despesas da UPC	4.546.451.910,34	100,00%	5.579.616.626,37	100,00%	3.839.483.539,72	100,00%	4.980.730.901,18	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial – 27/02/2018

Obs.:

A diferença entre o Total das Despesas da UPC e o Total das despesas por modalidade de Licitação + Contratações Diretas, corresponde ao valor executado na modalidade "NÃO SE APLICA" não disponível no Quadro para preenchimento.

Quadro 18 - despesas por grupo de elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

3º elemento de despesa						
Demais elementos do grupo						
6. Amortização da Dívida						
1º elemento de despesa						
2º elemento de despesa						
3º elemento de despesa						
Demais elementos do grupo						

4.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

4.4 Desempenho operacional

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

As ações da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) estão diretamente relacionadas à consecução do Objetivo 1010 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, qual seja: “Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024”. Para a consecução desse objetivo a DPB têm participação nas seguintes metas:

- Meta 04L3 - Ampliar de 95 mil para 113 mil o número de bolsas de estudo no País concedidas anualmente em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- Meta 04TL - Ampliar para 73% o percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, em consonância com o disposto na Meta 13 do Plano Nacional de Educação.
- Meta 04L1 - Ampliar de 245 mil para 305 mil o número de matrículas anuais em programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- Meta 04L2 - Ampliar de 73 mil para 91 mil o número de mestres e doutores titulados anualmente em programas de pós-graduação *stricto sensu*, em consonância com o disposto na Meta 14 do Plano Nacional de Educação.

Em 2017, visando apoiar a formação de pessoal qualificado na educação superior, a CAPES desenvolveu diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, entre as quais destacam-se a expansão da concessão de bolsas no país, a ampliação das parcerias e acordos de cooperação com diferentes órgãos dos governos federal e estaduais, por meio de suas Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados (FAPs), e a promoção da democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. A seguir são apresentadas, resumidamente, as principais iniciativas realizadas pela DPB em 2017 com o objetivo contribuir para o alcance das metas dos objetivos definidos no PPA 2016-2019, especialmente em relação ao atingimento das Metas do Objetivo 1010:

Concessão de Bolsas de Estudo e Fomento à Pós-graduação no País

A concessão de bolsas de estudo no País é um dos instrumentos da CAPES que viabiliza a formação de recursos humanos altamente qualificados em nível de pós-graduação *stricto sensu*. A ampliação do número de bolsas concedidas anualmente é necessária para acompanhar a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), de forma que sejam disponibilizadas bolsas de mestrado e doutorado a todos os cursos novos que entram em funcionamento a cada ano. Além disso, o acréscimo de bolsas ao SNPG faz-se necessário tendo em vista a ampliação do número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* ao longo dos últimos anos.

Dessa forma, a CAPES vem dando continuidade à política de concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação (PPG) de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Pesquisa brasileiras, buscando atender ao crescimento do SNPG. Em 2017 foram concedidas 101.367 bolsas de estudo no país, sendo 47.546 de mestrado, 44.312 de doutorado, 7.165 de pós-doutorado, 162 de professor visitante sênior, 11 de supervisão, 1.748 de iniciação científica e 423 de formação em idiomas (Programa Idioma sem Fronteiras), totalizando um investimento de mais de R\$ 2 bilhões que beneficiaram discentes e docentes de 3,6 mil PPGs *stricto sensu* recomendados pela CAPES.

Em 2017, foi implementado um programa de fomento específico para apoiar os PPGs *stricto sensu* oferecidos por Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES): “Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Particulares (Prosuc)”, por meio do qual são concedidas bolsas de estudo e mensalidades de auxílio para custeio das taxas escolares. Os principais benefícios às ICES apoiadas pelo Prosuc foi o reajuste do valor das taxas escolares, que passaram de R\$

800,00 para R\$ 1.100,00 no caso do mestrado e de R\$ 800,00 para R\$ 1.400,00 no caso do doutorado, e, ainda, o fato de que essas instituições passaram a receber o valor relativo às taxas escolares para cada bolsa de estudo implementada.

Além do apoio ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, em 2017, foram investidos cerca de R\$ 300 milhões para custear as atividades dos PPGs e dos projetos de pesquisa aprovados pela CAPES, bem como para apoiar a realização de 1,4 mil eventos científicos e tecnológicos de curta duração no país. Em 2017, merece destaque a concessão adicional de R\$ 35,3 milhões em recursos de custeio destinados à manutenção de equipamentos de instituições de ensino superior e pesquisa que tenham PPGs apoiados pela CAPES, por meio do Pró-Manutenção.

Editais Estratégicos, Parcerias e Acordos de Cooperação

Além da manutenção das principais ações voltadas para o SNPG, foram lançados novos editais e firmadas novas parceiras/acordos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país por meio dos Programas Estratégicos da CAPES. Estes programas focam no estímulo à pesquisa e à formação de recursos humanos em áreas situadas na fronteira do conhecimento ou ainda incipientes no país. Além disso, parte dessas ações indutoras colocadas em prática tem como objetivo a redução de assimetrias regionais e entre áreas de conhecimento, ao mesmo tempo em que buscam incentivar a criação, o fortalecimento e a expansão do sistema de pós-graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

Em 2017, merece destaque o início da implementação das bolsas de estudo e pesquisa concedidas por meio da Chamada INCT-MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, que tem como objetivo promover a consolidação dos institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCT), os quais ocupam posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a formação de novas redes de cooperação científica interinstitucional de caráter nacional e internacional. No âmbito desse programa estratégico, classificado como prioritário pela Casa Civil, a CAPES financia bolsas de estudos no país para 93 INCTs, totalizando 489 bolsas concedidas pela CAPES em 2017.

Os Programas Emergenciais, executadas no âmbito dos Programas Estratégicos, são ações priorizadas pelo Governo Federal para atender necessidades iminentes, tais como desastres naturais e surtos epidêmicos, que ameaçam a população brasileira. Nesse sentido, a CAPES, junto com parceiros, atua financiando programas para a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de pesquisa que visam à busca de soluções efetivas para os desafios causados pelas situações de risco e de vulnerabilidade. Neste sentido, em 2017 foram apoiados projetos aprovados no edital de Prevenção e Combate ao vírus Zika e do edital Apoio a Redes de Pesquisa para Recuperação da Bacia do Rio Doce.

Em 2017 a CAPES deu continuidade à sua política de estabelecimento de parceiras com outros órgãos, tendo firmado acordo com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do MEC, com a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Por meio do primeiro acordo foi lançado o “Edital nº 038/2017 – Programa de Educação em Direitos Humanos e Diversidades” com o objetivo de apoiar a formação de recursos humanos de alto nível e contribuir para a criação e o fortalecimento de PPGs *stricto sensu* dedicados à temática de Educação em Direitos Humanos & Diversidades. No âmbito deste programa estão sendo apoiados 5 projetos de pesquisa com bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Pós-doutorado e recursos de custeio e capital. A parceria com a SciELO, por sua vez, visa contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento da comunicação dos resultados da pesquisa brasileira, mediante o incentivo à divulgação em periódicos de qualidade crescente editados no Brasil e integrados no fluxo internacional de informação científica, viabilizando o acesso aberto à comunidade científica. Já por meio do acordo com a Embrapii a CAPES, em parceria com o CNPq, e com o apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL-NC), lançou o “Programa Talentos para Inovação” com o objetivo de capacitar recursos humanos por meio de sua participação em projetos de P,D&I executados por intermédio das Unidades e Polos Embrapii. Esses novos acordos somaram-se aos já existentes, firmados com os ministérios da Defesa, da Integração, da Saúde e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, além de acordos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica

(ITA), o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), a Eletrobrás, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), as Secretarias de Assuntos Estratégicos (SAE) e de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, a Universidade de São Paulo (USP), a Academia Brasileira de Ciência (ABC), o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) a Associação Instituto Vale (ITV), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e a *National Science Foundation* (NSF). Ainda no âmbito das parceiras, merece destaque as iniciativas da CAPES em conjunto com as FAPs, implementadas por meio do Programa CAPES/FAP, as quais tem como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, com vistas a reduzir as assimetrias regionais, fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas Unidades da Federação (UF) parceiras. Por meio dessas parcerias foram concedidas bolsas de estudo e recursos de custeio, buscando atender as necessidades de cada UF. Em 2017 a CAPES firmou, pela primeira vez, acordo com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), totalizando parceria com os governos estaduais de 25 UFs, quais sejam: AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO.

Portal de Periódicos: Democratização do acesso à informação científica e tecnológica

Complementando as ações consoantes às diretrizes do PPA 2016-2019 de fomento ao desenvolvimento da pós-graduação, a CAPES vem promovendo a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. Por meio dessa biblioteca virtual é disponibilizado aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no País, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Em 2017, a CAPES disponibilizou aos seus usuários o acesso às informações localizadas em um acervo de mais de 40 mil títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de *e-books* e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais. O Portal de Periódicos indexa, também, outros tipos de materiais de acesso livre na internet, como as Bases de Teses e Dissertações e os Repositórios Institucionais e outras fontes de informação científica e acadêmica. Em 2017, o investimento para a manutenção e o desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de R\$ 402,9 milhões, beneficiando 430 instituições de ensino superior e pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. Entre janeiro e novembro de 2017 foram registrados 121,4 milhões de acessos ao conteúdo do Portal.

Iniciativas da CAPES que visam contribuir para a ampliação do percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior

A contratação de docentes com mestrado e doutorado pelas IES brasileiras é de extrema importância para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa no país. Considerando que a exigência da qualificação de docentes no ato da contratação é de responsabilidade das próprias IES, as quais gozam de autonomia administrativa, a CAPES contribui indiretamente para o alcance dessa meta, na medida em que suas ações incidem sobre o crescimento do número de titulados em nível de pós-graduação. Além dos diversos programas de fomento à formação, a CAPES desenvolve ações específicas para formação de docentes das IES públicas, tais como o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral), o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), além das bolsas destinadas para essa mesma finalidade concedidas no âmbito dos acordos de cooperação com as FAPs.

O Prodoutoral é executado de forma compartilhada entre a CAPES e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) participantes por meio de um planejamento detalhado no Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes (Planfor). Assim, para participar do programa, as IFES devem criar as condições para que seus docentes possam se qualificar, obtendo o afastamento necessário para o recebimento da bolsa concedida pela CAPES. Em 2017, foram beneficiados 324 docentes de IFES localizadas em todas as regiões do país com bolsas de doutorado e auxílios-moradia concedidos por meio desse programa.

Outro instrumento por meio do qual a CAPES apoia a formação de docentes de IES é o Dinter. Esse Programa utiliza a competência de programas de pós-graduação com nota maior ou igual a 5 na avaliação da CAPES para, com base em parceria interinstitucional, viabilizar a formação de turmas de professores doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto em suas IES de origem. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um PPG já consolidado. Em 2017, por meio desse programa foram beneficiados com bolsas de doutorado 312 docentes de IES localizadas em todas as regiões do país. Também em 2017, a CAPES passou a fomentar 23 novos projetos Dinter aprovados quanto ao mérito em 2016.

Cabe destacar que, entre os objetivos comuns a os ambos os programas (Prodoutoral e Dinter), está também a redução das assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Assim, prioriza-se a formação de docentes das instituições localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que 79% dos 636 docentes beneficiados com bolsas de doutorado desses programas, em 2017, são vinculados a IES localizadas nessas regiões.

Ao final do ano de 2016, segundo dados apurados pelo INEP, 78,07% dos docentes das IES eram mestres e doutores, ultrapassando em cerca de 5% a meta prevista para o ano de 2019 do PPA vigente. O alcance desse expressivo índice reflete o sucesso conjunto dos esforços do Ministério da Educação (MEC) para a melhoria da qualidade do quadro profissional das instituições federais de educação superior, a exemplo, o incentivo e a condição de ingresso à carreira docente superior.

Ampliação do número de matrículas e do número de mestres e doutores titulados, por ano, em programas de pós-graduação stricto sensu.

Todas as ações anteriormente descritas contribuem para ampliar o número de matrículas e o número de mestres e doutores titulados na pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se a expansão, com qualidade, da oferta de cursos de pós-graduação (especialmente os de doutorado), a ampliação do apoio financeiro aos programas de pós-graduação *stricto sensu* (concessão de bolsas de estudo e recursos de custeio) e o estímulo à atuação articulada com as agências estaduais de fomento à pesquisa e com outros órgãos do governo.

Em 2016 (informação mais atual) 266.818 discentes de mestrado e doutorado encontravam-se matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o que representa 87,5% da meta prevista para 2019. Mantendo o ritmo de crescimento observado nos últimos anos estima-se que a meta de 305 mil matriculados seja obtida até o ano de 2019. Em relação ao número de titulados, em 2016 80.217 mestres e doutores titularam-se em PPGs *stricto sensu*, o que representa um atingimento de 88,2% da meta prevista para 2019. Os dados referentes a 2017 serão disponibilizados apenas ao final do primeiro semestre de 2018.

Diretoria de Avaliação (DAV)

No âmbito da Diretoria de Avaliação da CAPES, são desenvolvidas ações com impacto em dois dos objetivos do Plano Plurianual 2016 – 2019: os objetivos 1010 e 1011.

O primeiro deles diz respeito à ampliação do acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Nesse sentido, a primeira das metas do PPA que se relaciona com tal objetivo é a 04L1, que determina a ampliação de 245 mil para 305 mil no número de matrículas anuais em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Entre as estratégias para ampliar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, destacam-se a expansão, com qualidade, da oferta de cursos de pós-graduação (especialmente os de doutorado), a ampliação do apoio financeiro aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e o estímulo à atuação articulada com as agências estaduais de fomento à pesquisa e com outros órgãos do governo.

Falando em números, estima-se que o total de discentes matriculados nos programas de pós-graduação stricto sensu, em 2017, tenha alcançado 284.012 alunos. Este dado é projetado a partir de série histórica do GEOCAPES, uma vez que os dados finais estarão disponíveis em abril de 2018, quando as instituições de ensino superior finalizam a entrega dos dados dos Programas de Pós-Graduação à CAPES.

Para referência, os dados consolidados de matriculados são: 233.459 em 2014, 251.681 em 2015 e 266.818 em 2016. Dessa forma, se considerado o ritmo de crescimento observado, a meta de 305 mil matriculados deve ser obtida até o ano de 2019.

A partir disso, a segunda meta do Objetivo 1010 do PPA é a 04L2, que trata da ampliação de 73 mil para 91 mil o número de mestres e doutores titulados anualmente em programas de pós-graduação stricto sensu, em consonância com o disposto na Meta 14 do Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Pós-Graduação concedeu um total de 68.575 títulos em 2014, além de 73.549 em 2015 e 80.217 em 2016. Considerando a projeção de titulações a partir dos dados consolidados no período de 2009 a 2016, em 2017, estima-se que o número de titulados fique em torno de 85.756.

O número de títulos concedidos em 2016 representa 88,2% da meta estabelecida para 2019 e, confirmada a projeção apresentada, estima-se que esse número suba para cerca de 94% em 2017, fazendo com que a meta de 91 mil titulados possa ser alcançada ainda no ano de 2018.

As metas do Plano Nacional de Educação se relacionam com a meta 04L2, estabelecendo o objetivo em titulações de mestrado (60 mil) e doutorado (25 mil), até 2024. No caso da meta para mestrado, a estimativa é de alcance já em 2017 (projeção de 63.730 novos mestres no período), e para doutorado a previsão é de alcance em 2019 (projeção de 22.026 novos doutores em 2017).

O segundo Objetivo em discussão é o 1011, que determina o aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Nesse sentido, a avaliação tem se consolidado como atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). No papel de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais, os resultados da avaliação são base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Desenvolvidas no âmbito de 49 áreas de avaliação, tais atividades são realizadas com a colaboração de consultores *ad hoc*, garantindo a devida análise de propostas de cursos novos e a certificação periódica da qualidade dos programas (Avaliação Quadrienal).

As atividades avaliativas realizadas ao longo do ano de 2017 tiveram como principal objetivo a avaliação periódica dos programas de pós-graduação, mas também foram realizadas atividades referentes à entrada de novos cursos no sistema, contabilizando cerca de 350 consultores atuando em 67 reuniões de análise, reconsideração e diligências, assim como em 10 visitas *in loco*. Nesse sentido, foram realizadas reuniões presenciais e remotas, estas com a participação de consultores utilizando a ferramenta MConf da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O sistema de webconferência permitiu organizar reuniões 100% a distância e também garantiu a participação remota de consultores adicionais em comissões presenciais, uma grande evolução nos instrumentos até então disponíveis para esse tipo de reunião.

No âmbito da avaliação periódica, os primeiros meses do ano foram dedicados a cerca de 140 reuniões preparatórias, com participação de aproximadamente 1.100 consultores *ad hoc*. No total das referidas atividades, contabilizou-se 80 reuniões para classificação de produção científica e 60 reuniões de glosa de dados e preparação de informações para a Avaliação Quadrienal.

A partir desse trabalho, em julho e agosto de 2017, foi realizada a parte mais intensa da Avaliação Quadrienal, quando foram reunidos na CAPES aproximadamente 1.600 consultores *ad hoc* distribuídos em 77 comissões para avaliar 4.175 Programas de Pós-Graduação stricto sensu no País. Na avaliação periódica anterior, realizada em 2013, participaram 1.193 consultores para avaliar 3.337 programas de pós-graduação.

A partir da referida avaliação, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) se reuniu por duas semanas para concretizar a primeira fase dos trabalhos, sendo facultado às instituições a apresentação de pedido de reconsideração.

Cerca de 900 pedidos foram então objeto de deliberação por aproximadamente 450 consultores distribuídos em 49 comissões, e sua análise foi mais uma vez consolidada pelo CTC-ES, antes da divulgação dos resultados, em dezembro de 2017. Cabe destacar que os resultados dessa iniciativa fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento.

Finalmente, concluindo o relato dos objetivos e metas relativos à Diretoria de Avaliação, cabe destacar que o PPA ainda inclui a Iniciativa 062S, referente ao aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Nesse sentido, O processo de avaliação da pós-graduação brasileira é objeto de contínuo aperfeiçoamento a partir das iniciativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dos coordenadores das 49 áreas de avaliação. Desde a implantação da avaliação, na década de 1970, novos instrumentos e ferramentas foram adotados, e os que estão em uso são constantemente atualizados para refletir a evolução do próprio Sistema Nacional de Pós-Graduação, assim como para incorporar novas tecnologias e métodos aplicáveis.

Ao longo da preparação para a Avaliação Quadrienal, em especial nos meses finais de 2016 e primeiro semestre de 2017, foram rediscutidos critérios adotados para avaliação das áreas, inclusive com atualização das fichas de avaliação adotadas no processo, e também foram revistos procedimentos e ferramentas para classificação da produção científica.

Entre os sistemas que foram objeto de evolução estava a Plataforma Sucupira, que recebeu muitos investimentos em melhorias, inclusive com a incorporação de dois novos módulos: Qualis, para avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação, e Ficha de Avaliação. Em ambos os casos, representantes da comunidade acadêmica participaram da fase piloto para garantir o atendimento da demanda e a mitigação de erros operacionais.

Além disso, a Plataforma Sucupira continuou a prover os meios necessários para que as instituições de ensino superior compartilhassem as informações relativas aos programas de pós-graduação. Dessa forma, no primeiro trimestre de 2017, foi conduzida a coleta de dados de todos os cursos de mestrado e doutorado no país, de forma a contar com os dados necessários para a Avaliação Quadrienal 2017, e esse processo se repete em 2018 para garantir o contínuo fluxo de informação necessário para o desenvolvimento da pós-graduação no país.

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

O exercício de 2017 foi marcado pela continuidade na implementação de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacional. Ao todo, foram beneficiados 10.927 estudantes, pesquisadores e professores, 9.564 com destino ao exterior e 1.363 estrangeiros que vieram ao Brasil desenvolver seus estudos e pesquisas. Entre os desafios enfrentados, destacam-se as flutuações cambiais ocorridas ao longo do ano de 2017, que representaram um desafio à gestão orçamentária da Diretoria.

Os programas de bolsas individuais correspondem a cerca de 70% do total implementações em 2017, com destaque para o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE, com 4.192 novas bolsas. No último ano, foi disponibilizada, por meio do Edital nº 47/2017 - PDSE, uma cota de doutorado sanduíche para cada um dos programas de Doutorado no Brasil com nota superior a 4 (quatro) na última avaliação quadrienal. Ademais, foram implementadas no exterior 211 bolsas de Estágio Sênior, 184 de Pós-Doutorado e 80 de Doutorado Pleno, selecionadas a partir de editais lançados no final de 2016.

No tocante aos programas oriundos de acordos de cooperação internacional (projetos conjuntos de pesquisa, parceria universitária e cooperação para o desenvolvimento), foram lançados 30 editais com parceiros internacionais como as universidades de Harvard, de Oxford e de Cambridge e instituições como a Fundação Alexander von Humboldt, o COFECUB, o DAAD, o IIASA e o FCT, além de edital

para seleção de candidatos a bolsas individuais oriundos de países em desenvolvimento no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O ano também foi marcado pela revisão da regulamentação das bolsas internacionais, com lançamento de novas portarias dispendendo sobre a nomenclatura e os valores das modalidades de bolsas. Foram publicados o Regulamento para Bolsas Internacionais no Exterior, aprovado por meio da Portaria nº 186, de 29 de setembro de 2017 e as Portarias nº 201, de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre os valores de bolsas de estudo e auxílios pagos no país e no exterior no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES e a portaria 202, de 16 de outubro de 2017, que dispõe sobre os valores do adicional localidade pagos pela CAPES no âmbito dos programas e ações de fomento geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

Programa Institucional de Internacionalização

Como resultado de discussões estratégicas com os setores acadêmico, governamental e privado, foi lançado, em 2017, o Edital nº 41/2017 do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), com o objetivo de fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização de instituições, estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com foco no aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação, ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação, incentivar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional, além de integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização das Universidades Brasileiras. Nele serão investidos recursos para financiamento de até 40 projetos institucionais de internacionalização com duração de 4 anos, de modo que cada instituição seja responsável pela estruturação e apresentação do seu próprio plano de internacionalização. Neste, é necessário que sejam consideradas as vocações institucionais, as demandas específicas e explicitadas as prioridades e mecanismos para ampliar o desempenho da pesquisa e da pós-graduação.

O Programa CAPES-PrInt é um passo em direção a um projeto mais amplo que prevê a criação de uma estratégia de excelência com três iniciativas: uma, complementar ao CAPES-PrInt, será voltada para a construção de estratégias institucionais de internacionalização; outra consiste na criação de *hotspots* (pontos de excelência) vinculados a demandas do setor produtivo visando a excelência na produção de conhecimento e de tecnologias voltadas à solução de problemas. A última fomentará a criação de *clusters* de excelência em pesquisa básica e aplicada formados por pesquisadores de uma mesma instituição ou por um grupo de cientistas de instituições geograficamente próximas para desenvolver projetos de pesquisa em domínios de competitividade internacional.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

Em 2017, a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) atuou na formação inicial e continuada de Professores da Educação Básica fomentando o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Por meio do Parfor, no ano de 2017, 9.236 professores da educação Básica se graduaram em licenciatura e 22.605 seguem cursando. Desde o seu lançamento em 2009, o Parfor fomentou 2.901 turmas, formou 44.004 professores e seguirá apoiando em 2018, 613 turmas com um total de 16.488 matriculados.

No Pibid, no ano de 2017, 72.720 bolsas foram destinadas para projetos de iniciação à docência, que visaram à aproximação entre 279 instituições formadoras e 5.578 escolas de educação básica. Os projetos contemplaram 36 áreas de licenciatura e estiveram distribuídos em todas as unidades federativas.

A principal dificuldade de execução orçamentária da DEB esteve relacionada ao contingenciamento de recursos, que no PO 0003 - Educação Básica Presencial, da Ação 20RJ, foi de R\$ 24.000.000,00, o que comprometeu a execução orçamentária.

Uma síntese do desempenho operacional nas Ações 0000 e 20RJ, que são utilizadas para operacionalizar o fomento bolsa e o custeio dos programas e atividades da DEB é apresentada a seguir.

Síntese Desempenho Operacional da DEB por Ação.

Ação	Meta	Realizado	% Execução	Produto
00O0	79.487	78.555	98,83%	Bolsa Concedida
20RJ	119.375	98.078	82,16%	Pessoa Beneficiada

Fonte: SIMEC/Módulo SPO - Acompanhamento Orçamentário

Diretoria de Educação à Distância (DED)

A Universidade Aberta do Brasil é um **sistema integrado por instituições públicas de ensino superior** tais como universidades federais, estaduais e institutos federais de ensino com o objetivo de ofertar de **cursos de nível superior** (graduação, especialização e mestrado) voltado para a população que têm dificuldade de acesso à formação universitária.

Essas ofertas são realizadas com o auxílio da **metodologia da educação à distância**. É por meio de editais, que a Diretoria de Educação a Distância (DED), acolhe e fomenta os **cursos de graduação, especialização e os mestrados**, voltadas preferencialmente para a formação de professores da Educação Básica. Os cursos são ofertados nos municípios onde há polos, previamente articulados, de apoio presencial, no âmbito do Sistema UAB, o polo é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo onde acontecem às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos ofertados pelas IES formadoras.

Uma síntese da execução do orçamento e metas dos anos de 2016 e 2017 é apresentada seguir.

Ação Orçamentária (código nome no PPA, PO, tipo de recurso)	Dotação Orçamentária 2016	Execução 2016	Meta 2017- (PLOA/LOA)	Execução 2017 (empenhado)
00O0 - PO 002 (Bolsa)	255.936.191	255.936.191	224.000.000,00	222.070.726,84
20RJ - PO 004 (Fomento)	145.526.032	145.274.398	126.000.000,00	114.122.534,87
TOTAL	401.462.223	401.210.589	350.000.000,00	336.193.261,71
Execução (%)	100%	99,9%	100%	96,05%

Fonte: SIAFI/mar/18

A Diretoria de Educação a Distância – DED apresentará a análise de seu desempenho operacional baseada nas metas previstas no Plano Plurianual 2016-2019 e no planejamento efetuado na LOA 2017. No PPA 2016-2019, os objetivos que têm estreita relação com as ações da DED são aqueles constantes do Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos (Objetivo 1010 e Objetivo 1008).

Os quadros abaixo detalham o alcance das metas previstas nos anos de 2016 e 2017.

OBJETIVO 1010: Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

ALCANCE DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 1010					
Descrição da Meta	Unidade Medida	Meta Prevista 2016-2019	Meta realizada		% da meta total realizada (acumulado)
			2016	2017	
Meta 04KY - Elevar de 180 mil para 400 mil o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância, pelo Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), em todas as áreas do conhecimento, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação. (CAPES)	Matrículas	400.000	131.694	141.387	68%

OBJETIVO 1008: Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

ALCANCE DAS METAS QUANTITATIVAS DO OBJETIVO 1008					
Descrição da Meta	Unidade Medida	Meta Prevista 2016-2019	Meta realizada		% da meta total realizada (acumulado)
			2016	2017	
Meta 04K7 - Realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação. (CAPES, SECADI, SESU)	Matrículas	400.000	330.388	380.352	95%
Meta 04K9 - Ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação. (CAPES)	Matrículas	115.000	25.303	41.926	36%

Considerando os recursos executados para a implementação e continuidade dos cursos do Programa UAB, o desempenho alcançado foi de (96,05%) o que permitiu atingir (68%) da meta física prevista para o período do PPA 2016-2017.

No caso do PROEB, o investimento em 2017, foi da ordem de R\$ 39.042.000,00 em bolsas para os professores cursistas e, R\$ 6.213.000,00 em custeio, destinados à manutenção dos cursos. Esse investimento representou um comprometimento de 13% do orçamento anual.

Plataforma Sucupira / Titulação						
Titulados	PROFMAT	PROFARTES	PROFLETRAS	PROFIS	PROFHISTÓRIA	TOTAL
2017	3	3	28	39	12	85
2016	171	2	37	28	11	249
2015	679	0	610	95	0	1.384
2014	785	0	1	0	0	786
2013	758	0	0	0	0	758
TOTAL	2.396	5	676	162	23	3.262

Ao longo do ano fiscal de 2017 ocorreu um alinhamento entre as despesas contraídas e orçamento disponibilizado para quitá-las. Esse processo de compatibilização orçamento/despesa decorreu de fatores externos e internos à CAPES.

No contexto externo foi possível à gestão da DED monitorar e acompanhar a utilização dos recursos disponibilizados nas IPES, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

No caso dos PROEBs a medida interna que contribuiu para o ajuste foi a da publicação da Portaria CAPES nº 61/2017 que possibilitou ampliar o atendimento permitindo o ingresso de novos programas nas áreas de Química (PROFQUI); Filosofia (PROFILO); Biologia (PROFBIO).

No que se refere à UAB, importante ressaltar que em outubro de 2016, a DED/CAPES atualizou o principal normativo para o pagamento das bolsas da UAB, por meio da Portaria CAPES nº 183, de 21 outubro de 2016. A publicação da portaria permitiu a adequação de conceitos inerentes aos pagamentos de bolsas, assim como o estabelecimento de competências objetivas para os participantes do sistema UAB.

Como principais destaques, é possível citar a modalidade de Assistente à Docência e a previsão da Instrução Normativa (IN) com vistas à regulamentação dos parâmetros de concessão e da especificação dos trâmites **de pagamento das bolsas**. A referida IN 02 veio a ser publicada em 19 de abril de 2017. A IN 02/2017 estabeleceu de forma pública e transparente as relações entre o pagamento de bolsas e o esforço acadêmico pedagógico das instituições de ensino participantes da UAB.

No ano de 2018 a DED estará implantando em definitivo, o projeto revisional de seus processos internos que serão constantemente aprimorados para que possam atender às inovações e prosseguir com maior qualidade.

4.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quanto aos indicadores de desempenho operacional da CAPES, destacamos que o monitoramento do desempenho do órgão está sendo realizado por meio de metas institucionais indicadas com a finalidade de atender ao disposto no Decreto nº 7.133/2010, que regulamenta os critérios gerais de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de pagamento da gratificação de desempenho de atividade de ciência e tecnologia – GDACT.

Nessa vertente, há ciclos anuais de avaliação em que cada órgão de forma discricionária define os meses de referência para a avaliação institucional. Na CAPES, o início do ciclo se dá no mês de junho de cada ano e o final em maio do ano posterior. Sendo assim, os últimos indicadores de desempenho da instituição são relativos ao período de junho de 2016 a maio de 2017. Abaixo, elencamos os indicadores de desempenho.

Tipo de meta	Descrição do Indicador	Fórmula	Meta	Resultado
Global	Percentual de valores repassados (custeio e capital por meio de convênios, descentralizações e AUXPE) no período do ciclo de avaliação, em relação ao previsto.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/ Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	80%	104%
Global	Repasso dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/ Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	90%	112%
Global	Repasso dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Educação a Distância – DED de 01 de janeiro até 31 de maio de 2017.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/ Valores liberados do Orçamento 2017 x 100.	30%	40%
Intermediária	Atendimento das demandas por informação enviadas para a APE.	Número de demandas por informação/Número de demandas atendidas x 100.	95%	100%
Intermediária	Atualizar indicadores no SIMEC referentes à ações e programas da CAPES.	Quantidade de indicadores a atualizar/ Quantidade de indicadores atualizados x 100.	90%	90%
Intermediária	Avaliação e implementação dos termos de referência.	Quantidade de termos de referência enviados à APE/Quantidade de termos de referência tramitados x 100.	65%	90%
Intermediária	Economia nas licitações da CAPES.	$[(\text{Valor de bens ou serviços adquiridos/Estimativa de preço dos bens ou serviços}) - 1 \geq -10\%]. \text{ Considerando a data de homologação dos objetos, independente do início do processo licitatório, do pagamento ou do recebimento dos objetos.}$	10%	37%
Intermediária	Quantidade de prestações de contas aprovadas ou rejeitadas (finalizadas).	Número absoluto de prestações de contas finalizadas.	1.000	1.319
Intermediária	Quantidade de participações de servidores da CAPES em eventos de capacitação.	Número absoluto de participações de servidores em eventos de capacitação até o final de maio de 2017.	200	456
Intermediária	Média de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do Ciclo de Avaliação.	Quantidade de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do ciclo de avaliação/número de meses do período.	89.610	89.528
Intermediária	Percentual de valores repassados (custeio e capital por meio de convênios, descentralizações e AUXPE) no período do ciclo de avaliação, em relação ao previsto.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/ Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	80%	104%
Intermediária	Cumprir as atividades previstas nos calendários da Diretoria de Avaliação, nos períodos do ciclo de avaliação.	Número de atividades processadas/Número de atividades agendadas para o período de avaliação x 100.	85%	98%

Intermediária	Quantidade de beneficiados com bolsas no país e no exterior e auxílios (por meio de projetos, parcerias e PAEX) ativos no âmbito nos programas tradicionais da DRI.	Número absoluto de bolsistas e auxílios ativos, obtido por meio da contagem de CPFs que receberam algum benefício no período do ciclo de avaliação.	4.200	4.468
Intermediária	Visitas às IES do Sistema UAB para treinamento e acompanhamento da execução orçamentária dentro do programa de 01 de junho de 2016 até 31 de maio de 2017.	Somatório da quantidade de visitas realizadas no período do ciclo.	5	7
Intermediária	Polos do Sistema UAB com status AA - Aptos.	Somatório da quantidade de polos UAB com status AA no final do período do ciclo.	720	720
Intermediária	Aprovação, a partir da análise técnica, da oferta de vagas em cursos a distância das IES em polos AA - Aptos.	Somatório da quantidade de novas vagas aprovadas no período do ciclo.	127.000	174.000

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

Colegiado	Fundamentação	Descrição
Conselho Superior	Art. 19 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da CAPES, ao qual compete estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da Capes; apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação; subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação com propostas relativas às finalidades da Capes; apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios; aprovar a programação anual da Capes; aprovar a proposta orçamentária da Capes; aprovar o relatório anual de atividades da Capes; aprovar a indicação para a nomeação e exoneração do Auditor-Chefe; apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno da Capes; apreciar processos encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE; e definir o processo e os critérios de escolha dos coordenadores das áreas de avaliação de que trata o § 2º do art. 3º do Decreto Nº 8.977/2017 e encaminhar ao Presidente da Capes as suas indicações por meio de listas tríplices.
Conselho Técnico-Científico da Educação Superior/Pós-Graduação – CTC-ES	Art. 22 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da Educação Superior / Pós-Graduação, ao qual compete assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e das diretrizes específicas de atuação da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação; opinar sobre a programação anual da Capes na área específica da educação superior; opinar, na área de sua atuação, sobre critérios e procedimentos para a concessão de bolsas e auxílio institucionais e individuais; opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e as instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na área de sua atuação; propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela Capes no âmbito da educação superior; deliberar, no âmbito da Capes, sobre propostas de novos cursos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação; propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico; opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes; e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC - EB	Art. 24 do Decreto Nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017	Órgão colegiado deliberativo da Educação Básica, ao qual compete assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e das diretrizes específicas de atuação da Capes no que se refere à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores; assistir as Diretorias de Formação de Professores da Educação

Colegiado	Fundamentação	Descrição
		Básica e de Educação a Distância no que diz respeito à consolidação do regime de colaboração entre todos os níveis de governo; discutir diretrizes de longo prazo para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica; fixar parâmetros para avaliação da demanda por professores da educação básica, inclusive para subsidiar a instalação de polos de apoio presencial; acompanhar a avaliação dos cursos de formação inicial de professores nos processos conduzidos pelo INEP; colaborar na elaboração de propostas relativas à formação inicial e continuada de professores da educação básica, para subsidiar e consolidar o Plano Nacional de Educação; opinar sobre a programação anual da Capes, na área específica de formação de professores e valorização da educação básica; opinar sobre os critérios e os procedimentos para fomento a estudos e pesquisas relativos à orientação de políticas de formação e conteúdo curriculares dos cursos de formação de professores da educação básica; estabelecer parâmetros para avaliação dos programas de fomento da Capes; propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da Capes na sua área de atuação; opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da Capes; e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Editorial da Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG	Portaria CAPES nº 12/2015	É um Conselho Editorial com a responsabilidade de elaborar a política editorial do periódico.
Conselho Consultivo do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP)	Portaria CAPES nº 74/2017	Instância colegiada de articulação, negociação e pactuação entre gestores, trabalhadores e usuários de instituições de ensino e pesquisa brasileiras para a regulamentação e a operacionalização das ações do Portal de Periódicos da Capes.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais	Portaria CAPES Nº 198/2017	Elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar avaliação de mérito, priorizações e classificação de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DRI, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas por país e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, representar eventualmente, quando convocado, a Diretoria de Relações Internacionais em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Programas e Bolsas no País	Portaria CAPES nº 16/2015	Analizar propostas de estudos e programas da DPB para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível no sistema de pós-graduação, educação básica e de desenvolvimento científico e tecnológico, assessorar o Presidente e o Diretor da DPB sobre assuntos que lhes sejam submetidos, elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar priorizações de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DPB, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, e estar disponível para eventual representação da CAPES e/ou da Diretoria de Programas e Bolsas no País em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.
Comitê de Governança Digital da CAPES	Portaria CAPES Nº 211/2016.	Promover a integração entre as estratégias organizacionais da CAPES e as estratégias de TIC; estabelecer as estratégias, políticas e diretrizes, bem como editar normas e procedimentos específicos, no âmbito da

Colegiado	Fundamentação	Descrição
		<p>Tecnologia da Informação e Comunicação da CAPES; analisar e aprovar: a) o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, e suas revisões, previsto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 12 de novembro de 2010; b) a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, prevista na Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008; c) o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC, e suas revisões, previsto na Portaria STI/MP nº 40, de 14 de setembro de 2016; patrocinar a institucionalização de práticas de governança e de gestão de TIC na CAPES; definir prioridades na formulação e execução de planos e ações relacionados a TIC na CAPES; garantir recursos humanos, materiais e financeiros para implementação do PDTIC e da POSIC na CAPES; avaliar a execução e os resultados do PDTIC e da POSIC; instituir grupos de trabalho para assessoramento e proposição de normativos, ações e medidas para aprovação do CGD, inclusive para o atendimento à exigências suscitadas pelo Ministério da Educação e pelo Governo Federal.</p>

5.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, dispõe acerca das atividades que competem à Auditoria Interna da CAPES. O referido decreto pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5423-base-juridica>

Informamos que a Portaria CAPES nº 20, de 16 de março de 2015, instituiu o Código de Ética desta unidade de auditoria Interna. A citada Portaria pode ser consultada em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-marco-2015.pdf.

Esta unidade de auditoria interna observa integral e estritamente as normas e orientações editadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, e pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU.

Em 12 de maio de 2015, foi publicada a Portaria CAPES nº 63, com vistas a garantir a independência e objetividade necessárias para a realização das atividades da Auditoria Interna da CAPES. O texto da portaria em comento pode ser acessado em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-Maio-2015.pdf.

A unidade de auditoria interna da CAPES, conforme já destacado, segue as orientações técnicas e disposições normativas exaradas pelo TCU e pela CGU. Portanto, para o desenvolvimento de suas atividades, a AUD/CAPES adota integralmente as orientações e recomendações expedidas pelo TCU e CGU, sendo esta a estratégia de atuação.

A unidade de auditoria interna é composta atualmente pelo Auditor-Chefe (cargo de Direção e Assessoramento Superior DAS 4), por uma servidora de nível superior (Analista em Ciência e Tecnologia), por três servidoras de nível médio (Assistentes em Ciência e Tecnologia) e por uma servidora terceirizada (Secretária Executiva).

A aprovação da indicação do Auditor-Chefe, nos termos do inciso VIII do art. 19 do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017, compete ao Conselho Superior da CAPES. A escolha é submetida ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15, d o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

A Auditoria Interna vincula-se administrativamente ao Conselho Superior da CAPES, de acordo com os ditames do parágrafo único do art. 8º do Anexo I, do Decreto nº 8.977/2017.

A Auditoria Interna encaminha os relatórios finais às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, destacando as recomendações contidas nos referidos relatórios. Tais recomendações, se adotadas, podem, no nosso entendimento, fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e, ainda, incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias desta Instituição.

A Auditoria Interna, em obediência ao art. 12 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, informa ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União a finalização da atividade de auditoria realizada no âmbito da CAPES.

As áreas auditadas, após 30 dias do recebimento do relatório final, são questionadas pela Auditoria Interna acerca da implementação das recomendações contidas nos relatórios. O Gabinete da Presidência da CAPES recebe cópia do expediente encaminhado à área auditada quanto ao questionamento acerca do atendimento às recomendações da AUD/CAPES.

Caso a área auditada informe que não houve a implementação de recomendação da Auditoria Interna, de acordo com o caso concreto, a AUD/CAPES solicitará reunião com o Diretor responsável e com representante do Gabinete da Presidência, de modo que o Senhor Presidente tenha ciência do ocorrido.

Em se tratando de riscos elevados decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna pela alta gerência, o Auditor-Chefe solicitará reunião do Conselho Superior para abordar tal questão.

Não houve readequações na estrutura organizacional da AUD/CAPES.

5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2017, não houve instauração de comissões de processos administrativos disciplinares e de sindicâncias.

Registrarmos que todos os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito da Capes estão devidamente registrados no sistema CGU-PAD, em estrita observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Por fim, informamos que a Capes não possui em sua estrutura área de correição própria.

5.4 Gestão de Riscos e Controle Interno

Foi publicada, em 20 de fevereiro de 2018, a Portaria CAPES nº 37, que institui a Política de Gestão de Riscos desta Instituição.

Cumpre registrar que a referida Portaria observa as disposições da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016.

Com o advento da Política de Gestão de Riscos, a CAPES alcançará significativa evolução na identificação e mitigação dos riscos envolvidos na execução de seus programas e ações.

De certo, também é válido afirmar que, com foco na gestão dos riscos realizada de forma institucional, os controles internos serão ainda mais fortalecidos, o que trará incremento ao ambiente de controle.

Destacamos, ainda, que as áreas técnicas da CAPES Diretorias verificam continuamente a maturidade, eficácia e eficiência dos controles internos, a partir da observação dos indicadores criados para tanto.

Além dos mecanismos e orientações existentes no sistema central de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como das orientações do Tribunal de Contas da União, com vistas à verificação do funcionamento dos controles internos desta Instituição, a Auditoria Interna, quando da realização de suas atividades, verifica tais controles, recomendando às áreas auditadas a adoção de medidas que possam fortalecer as estruturas de controle interno e também monitora a implementação das recomendações.

5.5 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Não se aplica.

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 19 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	604	370	5	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	604	370	5	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	604	353	0	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	8	3	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	8	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	58	22	0	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	39	13	2	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	701	405	7	20

Fonte: SIAPE

Quadro 20 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	85	285
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	85	285
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	77	276
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	4
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	4
2. Servidores com Contratos Temporários	22	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	10
4. Total de Servidores (1+2+3)	110	295

Quadro 21 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	104	103	71	15
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	104	103	71	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	104	78	61	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	104	3	3	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	104	7	4	2
1.2.4. Sem Vínculo	45	12	3	3
1.2.5. Aposentados	104	3	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	104	103	71	15
--	-----	-----	----	----

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

Mesmo havendo um concurso público para a CAPES em 2008 (DOU de 16/7/2008, Seção 3, pág. 26) e outro em 2013 (DOU de 19/4/2013, Seção 3, pág. 34), ainda assim o número de servidores contratados não foi suficiente para fazer frente à crescente demanda de trabalho que esta instituição enfrenta, uma vez a evasão dos novos servidores foi maior do que o necessário para manter a taxa de ocupação acima de 70% da força de trabalho (atualmente em 63%). Sem considerar que a situação pode se agravar ainda mais em razão da tendência de evasão dos servidores para tomar posse em outros cargos inacumuláveis na Administração Pública.

Além disso, há previsão de concessão de pelo menos 44 aposentadorias até o exercício de 2021, pelas atuais regras.

Importante ainda destacar que a CAPES tem recebido diversos pleitos para cessão de servidores, na maioria das vezes por meio de requisições irrecusáveis de outros órgãos e entidades da Administração Pública. Assim, a CAPES tem cedido servidores, inclusive lotados em áreas finalísticas, mesmo com a possibilidade de comprometer a continuidade dos serviços desenvolvidos nesta Fundação (atualmente há dezenove servidores cedidos).

A CAPES já vem atuando para obter uma autorização de realização de concurso público. Houve um pedido em 2017 (proc. 23038.005036/2017-12), que não chegou a ter o mérito analisado, e outra solicitação ocorrida em 2014 pelo processo 23123.001523/2014-96, que o Ministério do Planejamento indeferiu o pleito por não haver previsão orçamentária na LOA/2015 para novos ingressos.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 22 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 41.072.638,76	R\$ 3.505.669,02	R\$ 5.585.435,25	R\$ 1.348.180,49	R\$ 2.375.436,14	R\$ 974.996,22	R\$ 13.169,45	R\$ 26.318,44	R\$ 38.912,70	R\$ 54.940.756,47
	2016	R\$ 38.185.641,10	R\$ 3.274.091,33	R\$ 5.327.915,04	R\$ 1.409.011,25	R\$ 2.484.758,74	R\$ 928.880,81	R\$ 3.665,36	R\$ 136.446,77	R\$ 39.874,52	R\$ 51.790.284,92
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0	R\$ 594.686,08	R\$ 75.928,30	R\$ 18.643,05	R\$ 45.905,07	0	0	R\$ 6.498,20	0	R\$ 741.660,70
	2016	0	R\$ 700.370,08	R\$ 76.097,79	R\$ 75.504,53	R\$ 86.278,55	R\$ 941,65	0	0	0	R\$ 940.151,29
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0	R\$ 1.430.604,36	R\$ 168.927,05	R\$ 52.726,29	R\$ 219.943,29	0	0	0	0	R\$ 1.872.200,99
	2016	0	R\$ 926.794,18	R\$ 103.716,56	R\$ 67.872,14	R\$ 116.973,18	R\$ 583,82	0	0	0	R\$ 1.215.939,88
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	R\$ 2.027.543,07	0	R\$ 261.203,39	R\$ 59.238,24	R\$ 90.466,40	R\$ 47.878,92	0	0	R\$ 1.542,36	R\$ 2.487.872,38
	2016	R\$ 1.840.803,19	0	R\$ 186.964,85	R\$ 66.559,53	R\$ 73.244,81	R\$ 71.121,07	0	R\$ 235,28	R\$ 1.983,72	R\$ 2.240.912,45
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	R\$ 2.011.560,00	0	R\$ 224.094,17	R\$ 127.515,95	R\$ 130.886,54	0	R\$ 1.617,68	0	0	R\$ 2.495.674,34
	2016	R\$ 3.025.825,25	0	R\$ 397.792,50	R\$ 160.834,63	R\$ 201.792,18	0	R\$ 2.374,59	0	0	R\$ 3.788.619,15

Fonte: SIAPE

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados ao pessoal.

A presente análise de riscos foi realizada a partir da disposição dos riscos identificados em oito categorias, a fim de se fazer possível a mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado; a definição das ações previstas a serem tomadas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco; a definição das ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem; e a definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência, exigidos pela norma.

Após a identificação e classificação, executou-se uma análise qualitativa dos riscos, sendo esta realizada por meio da classificação escalar dos níveis de probabilidade e de impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

Probabilidade	Impacto
Baixa	Baixo
Média	Médio
Alta	Alto

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, resultando assim no nível do risco e direcionando as ações relacionadas aos riscos no âmbito da gestão de pessoas. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios qualitativos de classificação do nível de risco.

Matriz de Riscos (P x I)		Probabilidade (P)		
		Baixa	Média	Alta
Impacto (I)	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Alto	Médio	Alto	Alto

O produto da Probabilidade pelo Impacto de cada risco gera nove combinações possíveis no contexto da Matriz e, a partir destas combinações, define-se a (s) ação (ões) adequada (s) para o tratamento de cada risco gerado (Ações Preventivas e Ações de Contingências).

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados relacionados.

Tabela 8: Relação de riscos identificados e o nível de risco apurado.

Id	Risco	Categoria	Nível Risco (P x I)
1.	Realização de diretrizes e atividades relacionadas à gestão dos recursos humanos <u>em desacordo</u> com a legislação e os critérios estabelecidos pelo Governo Federal.	Aspectos Gerais	Médio
2.	Mudanças na Alta Administração.	Aspectos Gerais	Médio
3.	Procedimentos de admissão de servidor realizados incorretamente.	Admissão de Pessoal	Baixo
4.	Admissão de servidores inaptos ou em desacordo com os critérios legais e/ou estabelecidos pela instituição.	Admissão de Pessoal	Médio
5.	Ausência de concurso público para seleção de recursos humanos.	Admissão de Pessoal	Alto
6.	Desatualização das informações no cadastro de empregados.	Administração de Pessoal	Alto
7.	Greve.	Administração de Pessoal	Médio
8.	Falta de competências críticas por parte dos recursos humanos.	Administração de Pessoal	Médio
9.	Perda de pessoas-chave em cargos de natureza técnica ou gerencial.	Administração de Pessoal	Baixo
10.	Desligar servidores indevida e incorretamente.	Rescisão	Baixo
11.	Calcular e pagar na Rescisão do Contrato de Trabalho valores indevidos ou incorretos.	Rescisão	Baixo
12.	Representação indevida da empresa, bem como divulgação de informações confidenciais, apropriação de bens e acesso indevido ao ambiente empresarial.	Rescisão	Alto
13.	Pagamento ou desconto incorreto de horas.	Frequência	Baixo
14.	Processamento incorreto na Movimentação de Pessoal.	Movimentação de Pessoal	Baixo
15.	Alterações indevidas em tabelas e arquivos do sistema.	Manutenção de Arquivos e Tabelas	Alto
16.	Divulgação de informações confidenciais da instituição e dos servidores.	Manutenção de Arquivos e Tabelas	Alto

17.	Provisão incorreta dos valores destinados à Folha de Pagamento.	Folha de Pagamentos – Processamento e Pagamento	Médio
18.	Erro no processamento da Folha de Pagamento.	Folha de Pagamentos – Processamento e Pagamento	Médio
19.	Repassar valores indevidos a instituições de previdência privada e planos de saúde.	Folha de Pagamentos – Pagamento e contabilização de benefícios administrados por terceiros	Médio

Nesse desiderato, as tabelas a seguir apresentam os dezenove riscos identificados e classificados relacionados à gestão de pessoas da CAPES.

ASPECTOS GERAIS				
Risco 1	Risco:	Realização de diretrizes e atividades relacionadas à gestão dos recursos humanos <u>em desacordo</u> com a legislação e os critérios estabelecidos pelo Governo Federal.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Médio	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que as apurações, cálculos e procedimentos relacionados ao processo de recursos humanos sejam formalmente documentados e parametrizados para que sejam executados de acordo com as determinações da legislação e políticas governamentais.		CGGP/DGES
	2	Verificar se as diretrizes anuais e políticas reguladoras das atividades da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas estão sendo obedecidas.		Auditoria Interna DGES
	3	Verificar a realização de monitoramento tempestivo sobre as mudanças em leis trabalhistas e que sejam prontamente efetuadas as alterações necessárias no sistema automatizado.		Ministério do Planejamento CGGP/DGES
	4	Verificar que estejam sendo cumpridas as		CAP/CGGP/DGES

	obrigatoriedades legais a respeito de: - Afixação de horário de trabalho; - Emissão de demonstrativos de pagamento; - Atualização da ficha de registro.	
5	Verificar que esteja formalmente documentado o organograma da instituição, lista de cargos em comissão e substitutos, salários, atribuições de cada cargo e se estão devidamente parametrizados no sistema.	CCS/GAB CGGP/DGES
6	Verificar se são realizados exames médicos periódicos nos servidores.	DSO/CAP/CGGP/DGES
7	Verificar se existe gerenciamento dos contratos de trabalho de empregados terceirizados, temporários, prestadores de serviços e estagiários.	DGES DTI
8	Verificar a aplicabilidade do plano de capacitação formalmente definido.	CDP/CGGP/DGES
9	Verificar se o processo de recursos humanos está suportado por um sistema integrado (com integração automática entre o sistema contábil e financeiro) e se este sistema está parametrizado para fornecer, automaticamente, informações periódicas exigidas por lei.	DGES
10	Verificar se o sistema que realiza a apropriação contábil dos valores referentes aos Recursos Humanos (salários, encargos, benefícios, contingências trabalhistas etc.) está parametrizado para atender ao Plano de Contas da CAPES.	SPO/MEC DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Apurar e corrigir o ilícito.	Ministério do Planejamento Ministério da Educação DGES DTI

Risco 2	Risco:	Mudanças na Alta Administração.			
	Probabilidade:	Alta	Id	Dano Potencial	
	Impacto:	Baixo	1	Atraso ou cancelamento de projetos em andamento.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável
	1	Elaboração e implementação de Plano Diretor de Gestão de Pessoas.			DGES
	Id	Ação de Contingência			Responsável
	1	Reprogramar o Projeto (cronograma, escopo, recursos humanos e materiais).			DGES
	2	Sensibilizar a Alta Administração da importância dos projetos.			DGES

ADMISSÃO DE PESSOAL

Risco 3	Risco:	Procedimentos de admissão de servidor realizados incorretamente.			
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial	
	Impacto:	Baixo	1	Prejuízo ao erário público.	
			2	Processos judiciais.	
			3	Imagem da Instituição.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável
	1	Assegurar que as inclusões nos sistemas devidos somente ocorram após as aprovações competentes.			CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se é feito registro tempestivo de novos contratados em sistema específico. Se este sistema está devidamente parametrizado para garantir a integridade das informações cadastradas e se as inserções de novos servidores nos sistemas foram efetuadas com a necessária aprovação sistêmica por alçada competente.			CAP/CGGP/DGES
	3	Assegurar o acesso aos programas de recursos humanos somente aos usuários devidamente autorizados.			CAP/CGGP/DGES
	4	Verificar se os sistemas possuem acesso restrito apenas a empregados autorizados, cuja atividade é devidamente segregada das atividades de lançamento e processamento da folha.			DGES
	5	Assegurar que as admissões ocorridas no período estejam inclusas na base de dados do cadastro de Recursos Humanos e demais sistemas envolvidos.			CAP/CGGP/DGES
	6	Verificar se o relatório de admissões, de determinado período, emitido pelo sistema está em conformidade com os documentos do processo de admissão.			CAP/CGGP/DGES
	7	Assegurar que o processo de seleção de pessoal efetuado por empresa terceirizada esteja cumprindo todos os preceitos exigidos pela legislação.			Auditoria Interna CSA/CGLOG/DGES
	8	Verificar a existência de contrato formal e completo entre a instituição e as empresas contratadas para a realização de processo seletivo.			DGES
	9	Verificar a documentação formal, completa e devidamente aprovada que solicita a contratação de um novo empregado (entre as áreas solicitantes e de Recursos Humanos, e entre a área contratante e as empresas terceirizadas).			DGES
Id		Ação de Contingência			Responsável
1		Apurar e corrigir o ilícito.			CAP/CGGP/DGES

Risco 4	Risco:		Admissão de servidores inaptos ou em desacordo com os critérios legais e/ou estabelecidos pela instituição.			
	Probabilidade:		Baixa	Id	Dano Potencial	
	Impacto:		Alto	1	Prejuízo ao erário público.	
				2	Processos judiciais.	
				3	Imagem da Instituição.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável	
	1	Assegurar que no processo seletivo e na admissão de pessoal os critérios estabelecidos pela instituição sejam obedecidos.			Auditoria Interna CGGP/DGES	
	2	Verificar a participação da área contratante e o acompanhamento da área de Recursos Humanos no processo seletivo de novos servidores.			CGGP/DGES	
	3	Verificar que no processo de admissão seja entregue o <i>check list</i> ao candidato para orientá-lo sobre as etapas do processo de contratação, a realização de exames médicos admissionais, assinatura da documentação referente a descontos em folha e benefícios, o devido arquivamento da documentação apresentada e o tempo de retenção da documentação do prontuário.			CAP/CGGP/DGES	
	Id	Ação de Contingência			Responsável	
	1	Capacitar os servidores.			CAP/CGGP/DGES	
	2	Instalar comissão para apuração dos fatos e responsabilização.			Presidência	

Risco 5	Risco:		Ausência de concurso público para seleção de recursos humanos.			
	Probabilidade:		Alta	Id	Dano Potencial	
	Impacto:		Alto	1	Precarização da prestação de serviços à sociedade no âmbito da Missão da instituição.	
				2	Impossibilidade de contratação de bens e serviços por falta de gestor/fiscal de contrato.	
				3	Falta de servidor com qualificação para o exercício de atividades administrativas.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável	
	1	Elaborar Plano de Continuidade de Negócios.			Presidência	
	2	Solicitar ao órgão responsável pedido de concurso público			DGES	

	para o provimento de cargos.	
3	Realizar capacitações e treinamentos, objetivando a ampliação das habilidades, competências e atitudes dos atuais servidores públicos.	CDP/CGGP/DGES
4	Contratação de empresa de prestação de serviços.	DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisar a Missão da Instituição.	Casa Civil

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Risco 6	Risco:	Desatualização das informações no cadastro dos recursos humanos.		
	Probabilidade:	Alta	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Média	1	Atraso na entrega de demandas no âmbito da LAI.
			2	Má decisão e definição por parte da Alta Administração.
			3	Dificuldade do novo servidor em realizar as atividades por falta de infraestrutura.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que as admissões ocorridas no período estejam inclusas na base de dados do cadastro de Recursos Humanos.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar que as áreas de Tecnologia da Informação e de Serviços sejam notificadas, formalmente, da admissão de novos empregados para que sejam providenciados acessos lógico e físico.		Diretorias
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Recadastrar as informações dos servidores.		DGES

Risco 7	Risco:	Greve.		
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Alto	1	Paralisação total ou parcial da prestação de serviços à sociedade no âmbito da Missão da instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Atuar junto ao Ministério da Educação para elaboração de um acordo.		Presidência
	2	Abrir o canal de negociação com as centrais sindicais		Presidência
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Elaborar comunicação para a Sociedade informando sobre a greve e as suas consequências.		CCS/GAB

Risco 8	Risco:	Falta de competências críticas por parte dos recursos humanos.			
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial	
	Impacto:	Médio	1	Diminuição ou perda de produtividade da unidade.	
			2	Diminuição ou perda da coesão da equipe de trabalho.	
			3	Impacto negativo no ambiente e no comportamento dos que já estão trabalhando bem.	
				Comprometimento da performance, podendo gerar fatores como absenteísmo, presenteísmo e baixa produtividade.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável
	1	Melhorar a seleção dos recursos humanos, principalmente aqueles que irão ocupar cargos de chefia.			CGGP/DGES
	2	Estabelecer um alinhamento de expectativas, tanto da instituição como do profissional.			Diretorias
	Id	Ação de Contingência			Responsável
	1	Oferecer capacitações de liderança e gerenciamento de pessoas.			CDP/CGGP/DGES

Risco 9	Risco:	Perda de pessoas-chave em cargos de natureza técnica ou gerencial.			
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial	
	Impacto:	Baixo	1	Paralisação total ou parcial da prestação de serviços à sociedade no âmbito da Missão da instituição.	
			2	Prejuízo ao erário público.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável
	1	Fomentar o desenvolvimento de sucessores, por meio de treinamentos e capacitações.			CDP/CGGP/DGES
	2	Limitar a participação de servidores em grupos de trabalhos, comissões e afins, possibilitando a participação e interação de outros servidores.			Presidência
	Id	Ação de Contingência			Responsável
	1	Buscar recrutamento externo.			DGES

RESCISÃO

Risco 10	Risco:	Desligar servidores indevida e incorretamente			
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial	

	Impacto:	Média	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que os desligamentos efetuados atendam a legislação e os procedimentos da instituição.		DGES DTI
	2	Verificar se o desligamento de empregados recebe aprovação da área responsável e do setor de Recursos Humanos, e se o sistema que suporta as atividades de RH está parametrizado para bloquear demissões de empregados que possuam estabilidade (garantia provisória de emprego).		DGES DTI
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Readmitir o servidor.		CAP/CGGP/DGES

	Risco:	Calcular e pagar na Rescisão do Contrato de Trabalho valores indevidos e incorretos.		
		Probabilidade:	Média	Id
				1
	Impacto:	Baixo	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que o cálculo, para rescisão do contrato de trabalho, contemple todas as rubricas e informações pertinentes.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se os cálculos de valores rescisórios são revisados antes da efetivação do pagamento.		CAP/CGGP/DGES
	3	Atestar se os procedimentos/aprovações dos pagamentos extraordinários; dos valores pagos em desacordo com o cargo e função do empregado; dos bônus e prêmios acima dos valores rescisórios devidos estão formalizados e com a autorização por alçada competente.		CAP/CGGP/DGES
	4	Verificar se o sistema de folha de pagamento está parametrizado para processar automaticamente: - desconto de adiantamentos; - cálculo proporcional para pagamento de 13º e férias; - cálculo automático de valores rescisórios; - alteração no sistema do status do usuário para inativo no momento do processamento da rescisão.		CAP/CGGP/DGES

	5	Assegurar o atendimento à legislação trabalhista.	CAP/CGGP/DGES
	6	Verificar se a homologação de rescisão contratual é efetuada de acordo com os requisitos legais.	CAP/CGGP/DGES
	7	Assegurar o acesso aos programas de recursos humanos apenas aos usuários autorizados.	CAP/CGGP/DGES
	8	Assegurar que as devidas verbas rescisórias sejam pagas corretamente.	CAP/CGGP/DGES
	9	Verificar se existe conferência e aprovação, conforme os níveis de competência, para liberação do pagamento.	CAP/CGGP/DGES
	10	Assegurar a integridade do cadastro de servidores.	CAP/CGGP/DGES
	11	Verificar se as alterações cadastrais do sistema são monitoradas e se existe parametrização que restrinja o pagamento somente a servidores.	CAP/CGGP/DGES
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Restituir os valores indevidos pelo servidor.	CAP/CGGP/DGES

Risco 12	Risco:	Representação indevida da instituição, bem como divulgação de informações confidenciais, apropriação de bens e acesso indevido à repartição pública.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Alto	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
			4	Comprometimento da segurança patrimonial e da segurança da informação e comunicação.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar a integridade da instituição e de seus colaboradores, bem como a exclusão do empregado desligado do arquivo-mestre de folha de pagamento.		DGES DTI
	2	Verificar a existência de <i>check list</i> para orientação do empregado desligado a respeito dos procedimentos de desligamento e suas obrigações.		CAP/CGGP/DGES
	3	Verificar se ocorreu o cancelamento de acesso do empregado às dependências e aos sistemas de informação, bem como o cancelamento, se houver, de procurações.		DGES DTI
	4	Verificar se é emitido informativo de desligamento de empregados para as áreas críticas da instituição.		DGES
	Id	Ação de Contingência		Responsável

	1	Instalar comissão para apuração dos fatos e responsabilidades.	Presidência
--	----------	--	-------------

FREQUÊNCIA

Risco 13	Risco:	Pagamento ou desconto incorreto de horas.		
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Baixo	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar a correta inserção das informações de frequência no sistema apropriado e por profissionais autorizados.		Diretorias
	2	Verificar, no caso de marcação manual de ponto, se as informações inseridas no sistema são efetuadas por profissional autorizado.		Diretorias
	3	Assegurar que as exceções de frequência recebam o devido pagamento e desconto.		CAP/CGGP/DGES
	4	Verificar se as exceções de frequência são monitoradas e aprovadas antes de sua inserção no sistema.		CAP/CGGP/DGES
	5	Verificar se está sendo efetuada a conciliação entre as informações do sistema e dos cartões de ponto, versus pagamentos/descontos.		CAP/CGGP/DGES
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Restituir os valores indevidos pelo servidor.		CAP/CGGP/DGES

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Risco 14	Risco:	Processamento incorreto na Movimentação de Pessoal.		
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Baixo	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar o processamento da Movimentação de Pessoal após as devidas aprovações.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se é feito registro tempestivo da movimentação em sistema específico. Se este sistema está devidamente parametrizado para garantir a integridade das informações		CAP/CGGP/DGES

	cadastradas e se as inserções nos sistemas foram efetuadas com a necessária aprovação sistêmica por alguma competente.	
3	Garantir que as alterações de cargos, salários etc. estejam de acordo com políticas de Recursos Humanos.	CGGP/DGES
4	Verificar que os pedidos de alterações de cargos e salários sejam processados em conformidade com as políticas de Recursos Humanos.	CGGP/DGES
5	Assegurar a igualdade da base de dados dos sistemas.	CAP/CGGP/DGES
6	Verificar se a forma como é realizada a interface de dados entre o sistema de Recursos Humanos e outro sistema garante a confiabilidade dos dados.	CAP/CGGP/DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Formalizar ou corrigir o processo de Movimentação de Pessoal.	CAP/CGGP/DGES

MANUTENÇÃO DE ARQUIVOS E TABELAS

Risco 15	Risco:	Alterações indevidas em tabelas e arquivos do sistema.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Alto	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que a parametrização seja elaborada conforme os parâmetros estabelecidos pela legislação.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar que seja realizado o monitoramento tempestivo sobre as mudanças em leis trabalhistas e que sejam executadas, prontamente, as alterações necessárias no sistema automatizado.		CAP/CGGP/DGES
	3	Assegurar que o acesso às alterações dos parâmetros do sistema seja restrito aos usuários devidamente autorizados.		CAP/CGGP/DGES
	4	Verificar se os sistemas possuem acesso restrito apenas a servidores autorizados, confrontando-o com relatório de monitoramento de perfis de acesso.		CAP/CGGP/DGES
	5	Assegurar que todos os cálculos e resultados do processamento da Folha de Pagamento sejam validados.		CAP/CGGP/DGES
	6	Verificar se as alterações das tabelas de retenção/descontos da Folha de Pagamento são efetuadas conforme legislação aplicável e validadas, por meio de testes, por pessoa independente, no momento da alteração.		Ministério do Planejamento

	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Corrigir as tabelas e arquivos do sistema.		CAP/CGGP/DGES
	2	Instalar comissão para apuração dos fatos e responsabilidades.		Presidência

Risco 16	Risco:	Divulgação de informações confidenciais da instituição e de servidores.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Alto	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que todas e somente alterações válidas sejam efetuadas, com exatidão, no arquivo-mestre de folha de pagamento e tabelas de retenção de impostos e encargos sociais.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se a manutenção de cadastro de servidores é realizada de maneira tempestiva, após a devida validação das solicitações; se é aprovada sistematicamente e registrada em log. do sistema, em conformidade com políticas e procedimentos devidamente formalizados.		CAP/CGGP/DGES
	3	Verificar a revisão periódica, por parte dos gestores, da lista de servidores e respectivos cargos		Governança de Pessoas
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Instalar comissão para apuração dos fatos e responsabilidades.		Presidência

FOLHA DE PAGAMENTO PROCESSAMENTO E PAGAMENTO

Risco 17	Risco:	Provisão incorreta dos valores destinados à Folha de Pagamento.		
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Alto	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar que o acesso aos programas de Folha de Pagamento seja restrito somente aos usuários devidamente autorizados.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se os sistemas possuem acesso restrito apenas a		CAP/CGGP/DGES

	empregados autorizados, confrontando-o com relatório de monitoramento de perfis de acesso.	
3	Assegurar que os montantes destinados à Folha de Pagamento sejam provisionados nas contas contábeis corretas.	CAP/CGGP/DGES
4	Verificar se há conciliação entre o processamento da Folha e as contas contábeis correspondentes, segregadas por rubricas.	CAP/CGGP/DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir os valores destinados ao servidor prejudicado/beneficiado.	CAP/CGGP/DGES

Risco 18	Risco:	Erro no processamento da Folha de Pagamento.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
	Impacto:	Médio	1	Prejuízo ao erário público.
			2	Processos judiciais.
			3	Imagem da Instituição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Assegurar a validação dos cálculos e os resultados do processamento da Folha de Pagamento.		CAP/CGGP/DGES
	2	Verificar se o processamento da folha é realizado por um sistema específico, com a utilização de rotinas e programas previamente testados e padronizados.		CAP/CGGP/DGES
	3	Verificar se o sistema de Folha de Pagamento está parametrizado para processar automaticamente: - atualização de horas extras para compensação; - adiantamentos; - cálculo de médias para pagamento de 13º, férias e rescisões; - cálculo automático de valores rescisórios; - alteração no sistema do status do usuário para inativo no momento do processamento da rescisão.		CAP/CGGP/DGES
	4	Verificar se são realizados testes mensais do processamento de Folha de Pagamento e respectiva validação.		CAP/CGGP/DGES
	5	Atestar se os procedimentos e as aprovações dos pagamentos extraordinários; dos valores pagos em desacordo com o cargo e função do servidor; dos bônus e prêmios acima dos valores rescisórios devidos estão formalizados e com a devida autorização por alçada competente.		CAP/CGGP/DGES
	6	Assegurar que as horas e a frequência registradas reflitam		CAP/CGGP/DGES

	as horas efetivamente trabalhadas e que sejam aprovadas e processadas de maneira íntegra e correta, dentro do período de competência.	
7	Verificar se os procedimentos estão formalmente definidos e atualizados quanto às atividades relativas ao processamento da Folha de Pagamento e se estas atividades estão devidamente segregadas.	CAP/CGGP/DGES
8	Verificar o sistema eletrônico para coleta de informações de entrada e saída de empregados e a integração automática deste sistema com o sistema de processamento da Folha de Pagamento.	CAP/CGGP/DGES
9	Verificar que seja executado o planejamento e acompanhamento devido de férias.	CAP/CGGP/DGES
10	Verificar se o acesso a alterações em horas registradas no ponto dos empregados é restrito a empregados autorizados e se foram aprovadas formalmente antes do seu processamento.	CAP/CGGP/DGES
11	Verificar que as alterações de valores inseridos manualmente sejam conciliadas com os registros no sistema de Folha de Pagamento.	CAP/CGGP/DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir os valores destinados ao servidor prejudicado/beneficiado.	CAP/CGGP/DGES

FOLHA DE PAGAMENTO
PAGAMENTO E CONTABILIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS POR TERCEIROS

Risco 19	Risco:	Repassar valores indevidos a instituições de previdência complementar e planos de saúde.			
	Probabilidade:	Baixa	Id	Dano Potencial	
	Impacto:	Alto	1	Prejuízo ao erário público.	
			2	Processos judiciais.	
	Id	Ação Preventiva			Responsável
	1	Assegurar o repasse correto dos valores devidos.			FUNPRESP Planos de Saúde
	2	Verificar a existência de interface automática das informações recebidas das instituições para o sistema de RH a fim de processar os descontos dos servidores.			CAP/CGGP/DGES
	3	Verificar se é realizada a conferência dos valores lançados no sistema de RH com os valores informados pelas instituições e se são aprovadas pelos níveis de competência correspondentes.			CAP/CGGP/DGES
	4	Assegurar que os repasses de valores sejam aprovados			CAP/CGGP/DGES

	de acordo com os níveis de competência.	
5	Verificar se o sistema está parametrizado para exigir a aprovação, conforme os níveis de competência, em todos os repasses.	CAP/CGGP/DGES
6	Assegurar o correto lançamento dos dados no sistema apropriado.	CAP/CGGP/DGES
7	Verificar a conferência dos dados lançados, com base nas informações enviadas pelas instituições.	CAP/CGGP/DGES
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Corrigir os valores destinados ao servidor prejudicado/beneficiado.	CAP/CGGP/DGES

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 23 - Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Unidade Contratante						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2016	Serviço de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis.	05.058.935/0001-42	04/05/2016	03/05/2018	Ensino fundamental	P
2012	Serviços de brigada	08.414.767/0001-79	01/08/2012	31/08/2018	Ensino médio e superior	P
2014	Serviço de vigilância armada e desarmada	02.282.727/0001-34	01/01/2015	31/12/2018	Ensino médio	P
2014	Serviço de manutenção predial	01.011.976-0001-22	01/08/2014	01/08/2018	Ensino médio e superior	P
2012	Serviço de apoio administrativo e serviços auxiliares	26.414.755/0001-26	24/05/2012	23/05/2018	Ensino médio e superior	P
2014	Serviços de secretaria	09.370.244/0001-30	13/11/2014	13/11/2018	Ensino médio e superior	P
2014	Serviço de recepção	09.370.244/0001-30	13/11/2014	13/11/2018	Ensino médio	P
2015	Garçom, copeira e motorista	09.370.244/0001-30	13/11/2015	13/11/2018	Ensino médio	P

Fonte: CGLOG/DGES/CAPES

Contratação de estagiários

Objetivando a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior e de ensino médio, a CAPES conta com programa de estágio regido por meio de acordo de cooperação firmado com a interveniência da Brasília Planejamento em Recursos Humanos Ltda. (“Brasília Estágios”), como agente de integração da Lei nº 11.788/2008.

Nesse sentido, a CAPES segue as orientações sobre a aceitação de estagiários dispostas na Orientação Normativa do Ministério do Planejamento nº 2, de julho de 2016, que disciplina a realização de estágios em órgãos públicos do Poder Executivo Federal.

Em 31/12/2017 a CAPES contava com 65 (sessenta e cinco) estagiários, sendo 60 (sessenta) de nível superior, desses 40 (quarenta) atuando na área fim e 20 na área meio; e 5 (cinco) de nível médio, desses 3 (três) na área fim e 2 (dois) na área meio. Todos contratados na modalidade de estágio não obrigatório (atividade opcional, acrescida à carga horária regular).

Os estagiários podem optar por cargas horárias de 30 horas ou 20 horas semanais. Para a jornada semanal de 30 horas, o valor da bolsa é de R\$ 520, para estagiários de nível superior, e de R\$ 290, para os de nível médio. Caso o estagiário opte pela carga semanal de 20 horas, haverá redução de 30% no valor da bolsa. Em períodos de avaliação e mediante comprovação, o estagiário terá sua carga horária reduzida, pelo menos, à metade.

6.1.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

No ano de 2017, a CAPES não executou nenhum Projeto de Cooperação com o apoio da UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Outras informações

Política de capacitação e treinamento do pessoal

A Política de capacitação e treinamento dos servidores da CAPES foi instituída por meio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH, tendo sua última versão aprovado pela Portaria CAPES nº 214, de 31 de outubro de 2011 e alterada pelas Portarias CAPES nº 48/2012, nº 187/2012, e nº 72/2014.

O referido Programa tem caráter institucional e suas ações são pautadas pelas áreas estratégicas de interesse e necessidade da CAPES no cumprimento de sua missão. Conforme determinado no PIDRH, deve ser elaborado um Plano Anual de Capacitação tendo como base o Levantamento de Necessidade de Capacitação realizado por cada unidade organizacional do órgão.

As ações de capacitação previstas no PIDRH são realizadas por meio da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação e englobam as seguintes modalidades de apoio:

- i. Cursos de curta duração: capacitação/treinamento em áreas diretamente vinculadas as atividades profissionais do servidor e às atribuições da CAPES;
- ii. Cursos de Idioma: cursos de idioma presenciais ou à distância.
- iii. Cursos de Graduação: cursos autorizados e reconhecidos pelo MEC e em área diretamente vinculada às atribuições da CAPES ou às atividades do servidor.
- iv. Cursos de Pós-graduação lato sensu: exclusivamente para cursos realizados no estado sede da CAPES e que atendam aos requisitos estabelecidos na Resolução CNE nº 01, de 5 de junho de 2007.
- v. Cursos de Pós-graduação stricto sensu: é concedido o apoio para os servidores cujos projetos de pesquisa contemplem áreas estratégicas de capacitação definidas pela Diretoria Executiva da CAPES e que tenham sido previamente submetidos à análise de mérito por consultor ad hoc.

Ao propor iniciativas que visam adequação das ações de capacitação às necessidades de desenvolvimento dos servidores com vistas ao alcance dos objetivos institucionais da CAPES, o PIDRH segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

Com o intuito de aprimorar o normativo interno de capacitação dos servidores da CAPES (PIDRH), no ano de 2017 foi criado um grupo de trabalho com vistas à reformulação do Programa com a participação de um representante de cada Diretoria, do Gabinete da Presidência e da ASCAPES, possibilitando, assim, a ampla discussão no órgão. A minuta está em fase final de revisão e sua publicação está prevista para o ano de 2018.

Quantidade de servidores da UPC por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2017.

FAIXA ETÁRIA 3	Ate 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
SITUAÇÃO VÍNCULO	QTDE VINC SERV	QTDE VINC SERV				
ATIVO PERMANENTE	52	186	66	43	6	353
CEDIDO	1	9	5	2	1	18
CONTRATO TEMPORARIO	3	13	4	2	0	22
EXERC DESCENT CARREI	0	5	3	0	0	8
EXERC.÷7º ART93 8112	0	0	1	0	0	1
EXERCICIO PROVISORIO	0	0	0	0	1	1
NOMEADO CARGO COMIS.	0	2	1	5	5	13
REQUISITADO	0	1	3	3	0	7
Total	56	216	83	55	13	423

Fonte: Extrator do SIAPE.

Quadro de Previsão de Aposentadoria em DEZEMBRO 2017

ANO PREVISÃO APOSENTADORIA	QTDE VINC SERV
ABONO	14
2017	19
2018	4
2019	4
2020	1
2021	2
2022	4
2023	2
2024	6
2025	2
2026	3
2027	4
2028	3
2029	5
2030	3
2031	5
2032	8
2033	10
2034	2
2035	8
2036	4
2037	10
2038	39

2039	38
2040	16
2041	4
2042	6
2043	61
2044	45
2045	6
2046	1
2047	3
2048	18
2049	11
Total	371

Fonte: DW

Quantidade de servidores da UPC por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2017.

GRUPO ESCOLARIDADE	EFI	EM	ESI	ES	Total
CONTRATO TEMPORARIO	0	0	0	22	22
EXERC. ÷ 7º ART93 8112	0	1	0	0	1
ATIVO PERMANENTE	2	37	9	305	353
REQUISITADO	0	1	0	6	7
NOMEADO CARGO COMIS.	0	0	0	13	13
CEDIDO	0	0	0	18	18
EXERC DESCENT CARREI	0	0	0	8	8
EXERCICIO PROVISORIO	0	0	0	1	1
Total	2	39	9	373	423

LEGENDA

Nível de Escolaridade

EFI - Ensino Fundamental Incompleto;
 EF - Ensino Fundamental;
 EMI - Ensino Médio Incompleto;
 EM - Ensino Médio;
 ESI - Ensino Superior Incompleto e
 ES - Ensino Superior

Fonte: DW

Quantidade de servidores da UPC por titulação - Situação apurada em 31/12/2017.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por tipo de titulação			
	S/T	E	M	D
Servidores de carreira vinculada ao órgão	134	87	75	57

LEGENDA

Tipo de Titulação

S/T – Sem Titulação; E - Especialização; M – Mestrado; D – Doutorado.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da CAPES.

Necessidade de atendimento das atividades administrativas e operacionais, internas e externas. Deslocamento para atendimento das IFES e Polos da UAB, localizadas à uma distância que permita reduzir os custos com passagens aéreas e hospedagens.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

Quantidade veículos	Veículos de transporte institucional (art. 5º decreto nº 6.403, de 17 de março e 2008)	Veículos de serviços comuns (art. 6º decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008)
10	2	8

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra c.

Quantidade veículos	Veículos de Transporte Institucional	Veículos de serviços Comuns
10	2	8
Total KM rodados no ano de 2017	17.026 KM	65.943 KM
Média mensal	1.418 km	5.495,25 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículo.

Quantidade de Veículos	Veículos de Transporte Institucional (idade média)	Veículos de Serviços Comuns (idade média)
------------------------	--	---

10	Honda Civic	2002	Ford Ranger	2010
			Ford Ranger	2010
			Fiesta	2010
			Fiesta	2010
	Honda Civic	2007	S10	2003
			Citroen Jumper	2006
			VW Parati	2000
			Renault Clio	2007
Idade média		13,5 anos		11 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

Manutenção (Peças e Serviços)	Combustível	Seguro dos Veículos	Licenciamento / Seguro Obrigatório
R\$ 38.258,56	R\$ 37.337,29	R\$ 8.485,00	R\$ 1.603,13

g) Plano de substituição da frota.

Não foi prevista a substituição para o exercício de 2017/2018.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Garantir o atendimento ininterrupto das demandas e necessidades de transporte na Capes. Com o serviço de gestão de frotas esta Fundação garante maior autonomia, rapidez e eficiência. Ressalta-se que o sistema de gerenciamento de gestão das frotas possibilita o adequado gerenciamento e aperfeiçoamento constante do serviço.

i) Estrutura de controles de que a CAPES dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente a Capes dispõe de um sistema de gerenciamento de gestão de frota de veículos oficiais abrangendo abastecimento, manutenção preventiva e corretiva. O sistema viabiliza um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos através de redução de gastos inadequados por meio da utilização de relatórios de execução, melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, através do controle de quilometragem e consumo por veículo. Portanto, existe a preocupação em minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dos serviços.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Após identificação do veículo como inservível, a Capes realiza análise para classificar o veículo como ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável, conforme determina o Decreto n° 99.658/90.

Os veículos geralmente são utilizados na Capes por muitos anos e a probabilidade da análise resultar em bem antieconômico ou irrecuperável é muito grande, sendo inapropriado doá-lo para outros órgãos da Administração Pública. Uma vez identificado como inapropriado para doação a outros órgãos, realiza-se uma avaliação dos pedidos encaminhados pelas entidades filantrópicas no decorrer do ano vigente. A Capes, desde 2014, doou apenas 1(um) veículo classificado como inservível. O veículo, Fiat Elba ano 2001, avaliado no valor de R\$ 371,45, foi doado para uma instituição filantrópica.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Capes não realiza gestão de imóveis da União. Não se aplica.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

A Capes não realiza política de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros, públicos ou privados. Não se aplica.

6.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Imóveis	Localização	Quantidade	Valor Mensal
Sede da Capes	Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco L Lote 06 – Brasília – DF	1	R\$ 976.456,22
Arquivo da Capes	SRTVN Bloco P Quadra 702, Edifício Rádio Center – Brasília – DF	1	R\$ 38.004,00

6.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

A Capes não realizou obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim. Não se aplica.

6.3 Gestão de Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TIC (PDTIC), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O objetivo do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é apresentar as diretrizes e orientações necessárias à definição de processos, indicadores, métodos e controles para a condução dos projetos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em apoio à estratégia institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A Portaria nº 104, de 24 de maio de 2017, aprovando o PDTIC 2017-2019¹ da DTI da CAPES foi publicada no Diário Oficial da União em 02/06/2017.

Com abrangência institucional, o documento contempla as iniciativas de todas as diretorias por um período entre 2017 e 2019, com início de vigência em maio de 2017 e término em dezembro de 2019. As revisões deste PDTIC ocorrerão anualmente. A DTI é responsável pela condução do processo de revisão e o Comitê de Governança Digital da CAPES pela aprovação das adaptações e alterações, caso existam.

Para a elaboração do PDTIC vigente foram considerados os seguintes fatores motivacionais:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 37 e 214;
- Decreto Nº 2.271/1997 - dispõe sobre a contratação de serviços pela APF direta, autárquica e fundacional;
- Decreto Nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 - dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal;
- Decreto Nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 - institui a Política de Governança Digital;
- Decreto Nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal;
- Decreto Nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - institui a Plataforma de Cidadania Digital;

¹ Disponível em <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/02062017-PDTI-2017-2019-versao-1.4.pdf>

- Decreto Nº 8.977, de 31 de janeiro de 2017- estabelece o Estatuto da CAPES;
- Instrução Normativa GSI Nº 1, de 13 de junho de 2008;
- Instrução Normativa SLTI/MP Nº 04, de 11 de setembro de 2014;
- Instrução Normativa Conjunta Nº 01, de 10 de maio de 2016;
- Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação;
- Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Plano Plurianual da União 2016/2019;
- Lei Nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015;
- Lei Nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, Lei Orçamentária Anual de 2016;
- Lei Nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, Lei Orçamentária Anual de 2017;
- Portaria Nº 105, de 25 de maio de 2017, Regimento Interno da CAPES;
- Portaria Nº 5 de 14 de julho de 2005 - institucionaliza os Padrões de
- Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING;
- Portaria CAPES Nº 66, de 16 de maio de 2012;
- Portaria STI Nº 20, de 14 de junho de 2016;
- Portaria STI Nº 40, de 14 de setembro de 2016.

Além dos normativos, buscou-se assento em outras diretrizes:

- Acórdão 1.603/2008 – Plenário TCU;
- Acórdão 2.308/2011 – Plenário TCU;
- Acórdão 7/2014 – Sefti/TCU;
- Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT 5);
- Guia de PDTIC do SISP versão 2.0 – 2016;
- Information Technology Infrastructure Library (ITIL v3 2011);
- Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020;
- Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-2019.

A metodologia utilizada para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação baseou-se na proposta do Guia de PDTIC do SISP 2.0, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão considerando as particularidades da CAPES.

O cumprimento da Missão da CAPES - “Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação,

visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.” -, está apoiado fortemente por serviços e recursos de TIC.

A área de TIC da CAPES exerce importante papel no desempenho da Missão Institucional, tendo sido listada em 11 das 31 iniciativas estratégicas presentes na Agenda Estratégica 2011-2015, alcançando todas as outras diretorias, provendo soluções, fornecendo suporte às áreas finalísticas, apoiando as áreas intermediárias e, ainda, permitindo a integração com os demais órgãos do Governo Federal.

Dentre os projetos desenvolvidos em 2017 pela DTI, destacam-se:

1. Contagem de Pagamentos
2. Implantação do SEI 3
3. Catálogo de Teses
4. Sistema de Apoio a Avaliação Educacional - SAE
5. SUCUPIRA - Fase 2
6. Evolução dos sistemas da CAPES para CRIS
7. SCBA - Migração bolsistas SAC País
8. App Bolsista Capes
9. PLATAFORMA FREIRE v_2
10. Sicapes 3 0
11. SISUAB 2
12. Portal EduCapes
13. Implantação da nova solução de backup;
14. Implantação de solução de rede sem-fio;
15. Atualização tecnológica e migração do serviço de correio eletrônico institucional;
16. Aquisição e instalação de novos notebooks para atendimento da Avaliação Quadrienal;
17. Aquisição e troca de parte do parque computacional institucionais;
18. Provimento de infraestrutura de servidores de análise de dados para Avaliação Quadrienal;
19. Implantação de serviço de correlacionamento de logs e eventos de infraestrutura de TIC;
20. Modernização das ferramentas e processo de monitoramento dos ativos de TIC da CAPES;
21. Unificação de plataformas de virtualização de servidores institucionais;
22. Finalização do projeto de modernização de solução de backup e restauração de dados institucionais;
23. Implementação de Sensor de Detecção de Intrusão via parceria RNP;

24. Evoluir o gerenciamento de endereços IPs (PHPIPAM).
25. Revisar a Política de Segurança da Informação e Comunicação – PoSIC.

Quadrienal 2017
Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação realizada pela Capes de 4 em 4 anos

A Quadrienal 2017 ocorreu no período de 03 de Julho a 11 de Agosto e contou com a participação de 1.560 Consultores. A DTI apoiou todo o evento com a infraestrutura de Rede e Suporte a Usuários, bem como com a implementação de painéis gerenciais, tais como:

- Avaliação Quadrienal PPG - Discentes
- Avaliação Quadrienal PPG - Docentes
- Avaliação Quadrienal PPG - Mapa de Programas
- Avaliação Quadrienal PPG - Participação em Produções
- Avaliação Quadrienal PPG - Produção Intelectual
- Avaliação Quadrienal PPG - Produções com Participação

Após a etapa de análise pelas comissões de área de avaliação os programas de pós-graduação foram analisados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) durante as 172^a e 173^a Reuniões realizadas no período de 21 a 25 de agosto e 28 de agosto a 01 de setembro de 2017. O resultado desta primeira fase foi divulgado em 19 de setembro de 2017, sendo facultado aos programas solicitar reconsideração da nota recebida. Tais pedidos foram objeto de nova análise por comissões de área, com renovação de pelo menos 50% dos seus integrantes, e de posterior discussão na 175^a Reunião do CTC-ES, que ocorreu nos dias 4 a 8 de dezembro de 2017. Todo esse processo foi suportado pela Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI.

Durante o período da Quadrienal 2017, de segunda a sexta de 8h às 20h e aos sábados de 08 às 18h, nas 14 salas disponibilizadas foram realizados as seguintes quantidades de atendimentos presenciais aos consultores:

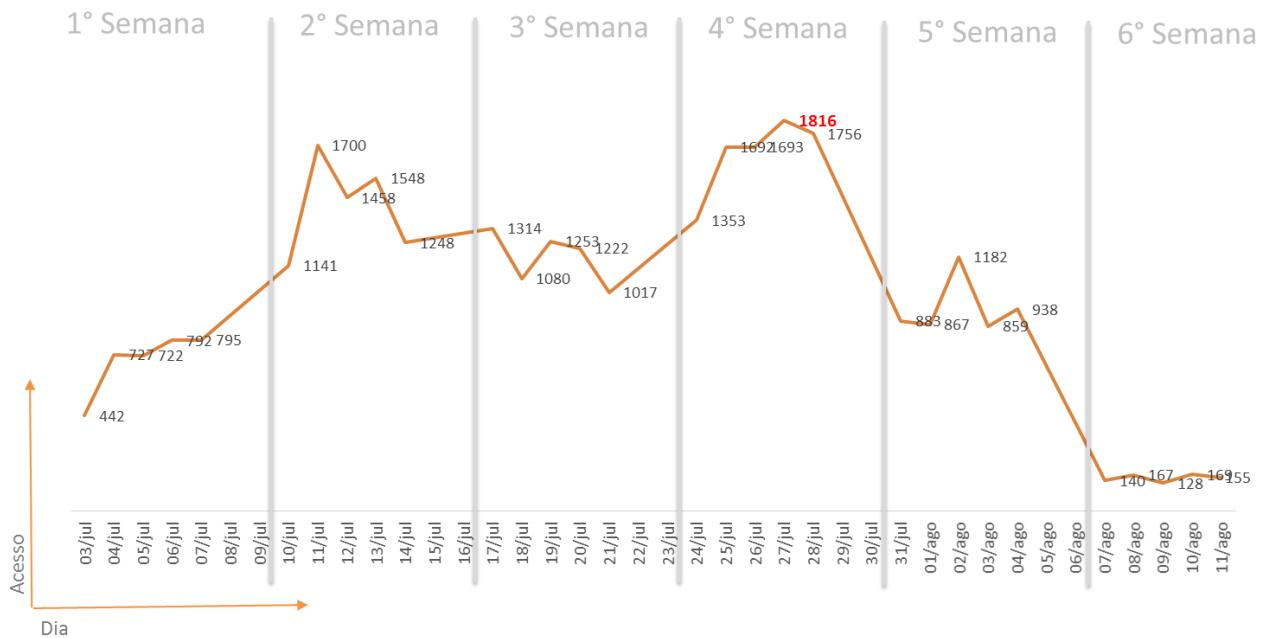
Semana	Nº Consultores	Nº Atendimentos
1	290	256
2	341	265
3	269	425
4	321	668
5	302	500
6	37	103
TOTAL	1.560	2.227

Fonte: Relatório DTI de Avaliação Quadrienal

A demanda de uso da Rede Wi-Fi disponibilizada pela DTI teve o seguinte comportamento:

Gráfico 2 – rede Wi-fi

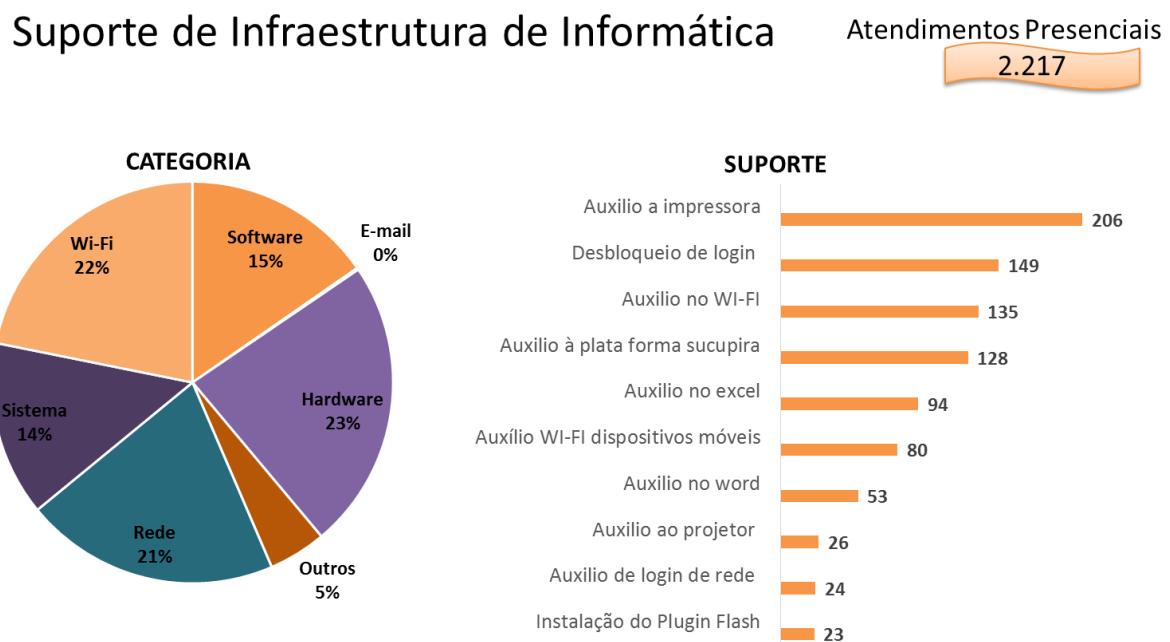
Uso da Rede Wi-fi



Fonte: Relatório DTI de Avaliação Quadrienal

Para os serviços de informática prestados, foram realizados 2.217 atendimentos e suportes presenciais durante os dias da Quadrienal:

Gráfico 3 - suporte de infraestrutura de informática



Fonte: Relatório DTI de Avaliação Quadrienal

Para os atendimentos presenciais, a DTI disponibilizou uma equipe temporária composta de 18 técnicos. Sua equipe permanente atendeu a 2.171 chamados técnicos. Foram alugadas 18 impressoras para atendimento das demandas de impressão durante o evento que chegou ao volume de 121.545 páginas impressas.

Foram adquiridos 300 Notebooks, 300 Licenças Microsoft Office 2016, 17 Licenças SAS, além da reestruturação e modernização da Rede Wi-Fi da Capes.

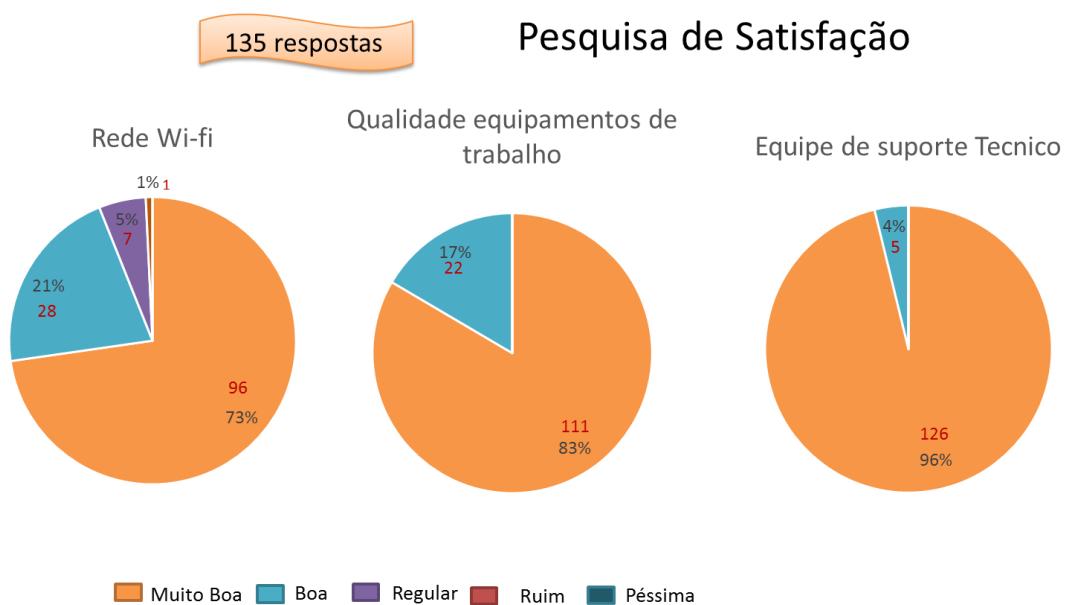
Em resumo, os Custos dispensados pela DTI para suportar a Infraestrutura de Informática da Quadrienal 2017 foram:

Item	Investimento (R\$)
Notebooks	1.721.100,00
Licenças Microsoft Office 2016	98.700
Modernização da Rede Wi-Fi	688.683,00
Supporte Técnico Temporário	165.516,78
Supporte Técnico Permanente	68.903,16
Impressões	16.090,77
TOTAL	2.758.993,71

Fonte: Relatório DTI de Avaliação Quadrienal

Por fim, foi aferido o nível de satisfação por meio de pesquisa com os consultores. Após a consolidação das 135 respostas obtidas, evidenciou-se os seguintes resultados:

Gráfico 4 - pesquisa de satisfação



Fonte: Relatório DTI de Avaliação Quadrienal

Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

As competências do Comitê Gestor de TI da Capes foi incorporado às competências do Comitê de Governança Digital (Portaria GAB Nº 211, de 25 de novembro de 2016). Fazem parte do Comitê:

- Presidente da CAPES - ABÍLIO BAETA NEVES
- Diretora de Avaliação - RITA DE CASSIA BARRADAS BARATA
- Diretor de Programas e Bolsas no País - GERALDO NUNES SOBRINHO
- Diretora de Relações Internacionais - CONCEPTA MARGARET MC MANUS PIMENTEL
- Diretor de Formação de Professores da Educação Básica - CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA (Substituto)
- Diretor de Educação a Distância - CARLOS CEZAR MODERNEL LENUZZA
- Diretor de Gestão - ANDERSON LOZI DA ROCHA
- Diretor de Tecnologia da Informação - SANDRO DE OLIVEIRA ARAÚJO

A reunião ocorrida em 2017 do referido Comitê data-se de 18 de abril de 2017, ocasião em que houve a análise e sugestão de alterações no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2017-2019, conforme consta na Ata de Reunião DTI (0398876) no processo SEI 23038.024933/2016-36. Após a aprovação de todos os membros, o PDTIC 2017-2019 foi publicado no Diário Oficial da União em 02 de junho de 2017.

Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Informações constantes no Item 6.3.1 deste documento.

Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Em 2017, foram realizadas 217 atividades de capacitação e treinamento, nas mais diversas áreas temáticas, aos colaboradores da DTI. Os treinamentos *in company* ocorreram por meio de reuniões, workshops, palestras e seminários nas diversas áreas de atuação, visando aprofundar o conhecimento técnico dos colaboradores, oferecendo subsídios nos aspectos relacionados à gestão, à legislação e à formação continuada, buscando o engajamento de todo o corpo diretivo e operacional em boas práticas, minimização de desperdícios e melhoria da imagem corporativa, entre outros.

Capacitações e Treinamentos DTI/CAPES 2017					
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador	R\$
Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços	6 e 7/03/2017	ENAP- Brasília	Governança de TI	Claudio Alberto de Andrade Florentino <claudio.florentino@capes.gov.br>;	-
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Cassia Portugal Barroso Abdo (CassiaPortugal)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva (LeoCLSilva)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima (alicelima)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Cláudio Alberto de Andrade Florentino (claudio.alberto)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Patricia Rosana Rover (PatriciaRover)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Karoline	R\$ 960,00

ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	R\$ 960,00
ITIL v3 Fundamentos (GTI7)	28 e 29/03/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Edson Teles	R\$ 960,00
Elaboração de Plano de Dados Abertos	28/03/2017 a 17/04/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
Kanban Oficial LKU	3 e 4/04/2017	Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	R\$ 2.180,00
Kanban Oficial LKU	3 e 4/04/2017	Brasília	Governança de TI	GILENE DO ESPIRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 2.180,00
Kanban Oficial LKU	3 e 4/04/2017	Brasília	Governança de TI	Edmilson	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Célia dos Santos	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Danielle Lago	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Wilson Vieira	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	André nunes Zardo	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Marcelo Gemmal	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Lorena Araújo	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Celso	-

Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Fernanda de Souza Carvalho Oliveira	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Dayse Araújo Moreira Bezerra	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Edmar Júnior	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Gustavo Seixas	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	jakes Visgueiro Costa	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Ana Paula R. de Sousa	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Theo Alves	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Daniela Assunção	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Carlos Honda	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Patrícia Ribeiro Martins	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Frederico Neves Soares	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Adriana Neves Barreto Silva	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Murilo Oliveira Asiston	-
Treinamento Metodologia Ágil	3 a 6/04/2017	Capes	Governança de TI	Adson Paulo Silva Borges	-
Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)	18/04/2017 a 15/05/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
<u>Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002 (GTI8)</u>	24 a 28/4/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	R\$ 2.560,00
<u>Gestão da Segurança da Informação - NBR</u>	24 a 28/4/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro	R\$ 2.560,00

27001 e NBR 27002 (GTI8)				<cristiano.castro@capes.gov.br>	
Gestão da Informação e Documentação – Conceitos básicos em Gestão Documental	02/05/2017 a 22/05/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
<u>Introdução à Segurança de Redes (SEG1)</u>	15 a 19/5/2017	Brasília	Segurança	Daniel Resende	R\$ 1.440,00
<u>Introdução à Segurança de Redes (SEG1)</u>	15 a 19/5/2017	Brasília	Segurança	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 1.440,00
Introdução à Libras	16/05/2017 a 26/06/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
E-mag Conteudista	23/05/2017 a 12/06/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
Curso sobre Painel de Preços	24/05/2017	ENAP- Brasília	Governança de TI	Edson Teles Victor	-
Seminário sobre Gestão de Pessoas nas Organizações Contemporâneas	25/05/2017	ENAP- Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Querin Machado Wegermann	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Irineu Delson Vieira Vaz	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Regina Maria Vasconcelos Costa	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Rodrigo Pires Soares	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Arquimedes José Nogueira Fontes	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Fernando Gomes Pedrosa	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Ana Cristina Fernandes Lima	-

Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguilar	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Julia dos Santos Souza	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Wilker Ribeiro de Oliveira dos Santos	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Jairo Santos da Silva	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Gerson Visgueiro Costa	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Laís Fonseca Barros	-
Treinamento Metodologia Ágil	5 a 8/06/2017	Capes	Governança de TI	Pedro Henrique D Amore Bastos de Sousa	-
Seminário Melhores Práticas em Contratações de TI	08/jun/17	ENAP	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	-
Seminário Melhores Práticas em Contratações de TI	08/jun/17	ENAP	Governança de TI	Daniel Resende	-
Seminário Desafios para Implantação da Estratégia de Governança Digital	21/jun/17	ENAP	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	-
Seminário Gestão de Riscos em Licitações	22/jun/17	ENAP	Governança de TI	Edson Teles Victor	-
Management 3.0	27 e 28/06/2017	Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	R\$ 2.180,00
Management 3.1	27 e 28/06/2017	Brasília	Governança de TI	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 2.180,00
Scrum Master	11 e 12/7/2017	Brasília	Governança de TI	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 2.180,00
Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Eduardo Antônio de Queiroz Silva (ALGAR)	-
Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Moisés Ferreira Lima Junior (ALGAR)	-

Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Thiago Luís Carneiro Madeira (ALGAR)	-
Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Leonardo Costa Lima Silva (CAPES)	-
Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos (CAPES)	-
Treinamento sala-cofre	20/07/2017	Brasília	Governança de TI	Karoline Santos Lopes (CAPES)	-
Scrum Master PO	21 e 22/8/2017	Brasília	Governança de TI	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	R\$ 2.180,00
Scrum Master PO	21 e 22/8/2017	Brasília	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	R\$ 2.180,00
Scrum Master PO	21 e 22/8/2017	Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	R\$ 2.180,00
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Rodrigo Pires Soares <rpiress@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	João Paulo Leite Nascimento <jpleite@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Andre Fernandes de Jesus <andre.jesus@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Andrey Crystyan Moretti <andreymor@gmail.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Arcanjo Gabriel Rodrigues <arcanjo.rodrigues@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Brendow Adriel Ferreira Silva <baferreira@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Carlos Henrique Amaral Santos <carlos.santos@capes.gov.br>	-

Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Diogo dos Santos Calazans <calazans.diogo@gmail.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Fernando Jorge Pedrosa Maia <fjpedrosa@indracompany.com>;	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Herbert Lopes da Silva Filho <herbert.filho@capes.gov.br>;	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Luis Fernando Sarmento <lfsarmento@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Victor França Guimarães <victor.guimaraes@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Marluci Ferreira Leite <mferreiral@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	'etorresf@indracompany.com' <etorresf@indracompany.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Alisson Chagas Sousa <Alisson.sousa@capes.gov.br>;	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Valesca Garcez De Almeida <valesca.almeida@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Aida Regina de Melo Russo <aida.russo@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	14, 15 e 16/08/2017	Capes	Metodologia	Leonardo Rodrigues Eufrasio <leonardo.eufrasio@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	'Henrique Raimundo Gomes' <henrique.gomes@capes.gov.br>	-

Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Cristiano Lima Kuppens <clkuppens@latam.stefanini.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Patricia Mendes Caiafa <patricia.caiafa@capes.gov.br>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	João Paulo Ariello Sanches <jpsanches@latam.stefanini.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Walter Adel Leite Pereira' <wapereira@stefanini.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Vanessa Furtado dos Anjos <vfanjos@latam.stefanini.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Romulo Leite Botero <rbotero@latam.stefanini.com>	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Suelio Alves de Moura	-
Treinamento Metodologia Ágil	4, 5 e 6/09/2017	Capes	Governança de TI	Júlio Cesar Gomes Fonseca	-
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	12/09/2017 a 16/10/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Caetê Guerra	-
Introdução à Gestão de Processos	12/09/2017 a 02/10/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Caetê Guerra	-
Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e	26/09 a 23/10/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Edmilson Coelho Chaves Júnior	-

Passagens (SCDP)					
Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	26/09/2017 a 16/10/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Caetê Guerra	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Harrysson Gilgamesh	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Cristiano Nunes de Castro <cristiano.castro@capes.gov.br>	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Caetê Guerra	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	André Ribeiro	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Cássia Portugal	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Roosevelt Aguiar Silva	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	GILENE DO ESPÍRITO SANTO BORGES GOMES (Gilene)	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Carlos Eduardo Marinho de Almeida	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Alan Matheus	-

III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Edvaldo Souza	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Edmilson Chaves	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Fabiano Moreira de Aguilar	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos (CAPES)	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Angélica Raquel de Souza Oliveira Evangelista	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima (alicelima)	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Karoline Santos Lopes (CAPES)	-
III Reunião de Gestores e fiscais	28/09/2017	CAPES	Governança de TI	Leonardo Costa Silva	-
Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9)	Brasília (DF) 02 a 06/10/2017 (2 ^a a 6 ^a) – integral (9h às 18h hora local)	Brasília	Segurança	Thiago de Melo Souza Cruz	R\$ 2.560,00
Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9)	Brasília (DF) 02 a 06/10/2017 (2 ^a a 6 ^a) – integral (9h às 18h hora local)	Brasília	Segurança	Arcanjo Gabriel Rodrigues Arcanjo	R\$ 2.560,00
Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9)	Brasília (DF) 02 a 06/10/2017 (2 ^a a 6 ^a) – integral (9h às 18h hora local)	Brasília	Segurança	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	R\$ 2.560,00

Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9)	Brasília (DF) 02 a 06/10/2017 (2 ^a a 6 ^a) – integral (9h às 18h hora local)	Brasília	Segurança	Angélica Raquel de Souza Oliveira Evangelista	R\$ 2.560,00
Teste de Invasão de Aplicações Web (SEG9)	Brasília (DF) 02 a 06/10/2017 (2 ^a a 6 ^a) – integral (9h às 18h hora local)	Brasília	Segurança	Edmilson Coelho Chaves Júnior	R\$ 2.560,00
Acesso à Informação	03/10/2017 a 23/10/2017	ENAP Virtual	Governança de TI	Caetê Guerra	-
3 ^a Semana de Inovação	16 a 19/10	ENAP - Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	-
3 ^a Semana de Inovação	16 a 19/10	ENAP - Brasília	Governança de TI	André Luís Ribeiro	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Roosevelt Aguiar Silva	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Ronaldo Henrique Marinho Moreira ronaldo.moreira@capes.gov.br	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Patricia Amaral patricia.amaral@capes.gov.br	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Danilo Garcia de Almeida danilo.almeida@capes.gov.br ;	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Caete Beck Guerra Machado caete.machado@capes.gov.br	-

Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Carlos Eduardo Marinho de Almeida carlos.almeida@capes.gov.br ;	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Thiago de Melo Souza Cruz thiago.cruz@capes.gov.br	-
Fórum RNP 2017	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Eduardo Ferreira Garcia eduardo.garcia@capes.gov.br	-
Fórum RNP 2018	17 e 18/10/2017	Brasília	Vários	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Suélio Alves de Moura	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Júlio César Fonseca	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	André Luiz Ribeiro	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Maria Carolina Cunha	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Elton Frota Cavalcante de Souza	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Eduardo da Costa Vieira	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Karoline Santos Lopes (CAPES)	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	20/10/2017	Brasília	Governança de TI	Maria Alice da Silva Lima	-
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos (CAPES)	R\$2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27006	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Meiriane de Fátima Gomes de Sousa	R\$2.560,00

Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27007	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Karoline Santos Lopes (CAPES)	R\$2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27008	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Cristiano Nunes de Castro	R\$2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27009	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Maria Alice da Silva Lima	R\$2.560,00
Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27009	23 a 27/10/2017	ESR - Brasília	Segurança	Gabriel Costa Resende (gabrielc)	R\$2.560,00
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Henrique Gomes da Silva	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Osmar Martins da Silva Júnior	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Erick de Pádua Ribeiro	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Angélica Raquel de Souza Oliveira Evangelista	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Leonardo Borges	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Valdecy Lourenço de Araújo Jr.	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Gabriel Henrique Vieira Cavalcante	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Carlos Alberto Santana	-
Workshop sobre gestão de conhecimento	27/10/2017	Brasília	Governança de TI	Thiago Cruz	-
I Workshop - Escritório de Projetos 2017	1º/11/2017	Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	-
I Workshop - Escritório de Projetos 2017	1º/11/2017	Brasília	Governança de TI	André Luiz Ribeiro	-

I Workshop - Escritório de Projetos 2017	1º/11/2017	Brasília	Governança de TI	Maria Carolina Cunha	-
I Workshop - Escritório de Projetos 2017	1º/11/2017	Brasília	Governança de TI	Viviane Januário Pereira Silva dos Santos	-
<u>Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)</u>	6 10/11/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Ana Cristina Teles	R\$2.560,00
<u>Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11)</u>	6 10/11/2017	ESR - Brasília	Governança de TI	Caetê Guerra	R\$2.560,00
Design Sprint	7 9/11/2017	ESR - Rio de Janeiro	Governança de TI	Gabriel Resende	-
Café com Projetos: Realizando a Gestão de Riscos em Projetos de TI	10/11/2017	ENAP	Governança de TI	André Luiz Ribeiro	-
Seminário DIÁLOGO PÚBLICO: GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES - EDIÇÃO DF	23/11/2017	TCU	Governança de TI	Edson Teles	-
Seminário DIÁLOGO PÚBLICO: GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES - EDIÇÃO DF	23/11/2017	TCU	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira	-
Seminário DIÁLOGO PÚBLICO: GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES - EDIÇÃO DF	23/11/2017	TCU	Governança de TI	Valdir Cássio Silvério	-
17º Encontro de Gerenciamento de Projetos	23/11/2017	PMOK	Governança de TI	André Luiz Ribeiro	-
Governança de dados	23/11/2017	Brasília	Governança de TI	Cláudio Florentino	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Adriana das Neves Barreto Silva <adas@indracompany.com>;	-

3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Adson Paulo Silva Borges <apsilvab@indracompany.com>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Alfredo Rodrigo Guaraná Filtsoff <alfredo.filtsoff@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Alisson Sousa <achagass@indracompany.com>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Andre Nunes Zardo <andre.zardo@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Arquimedes Jose Nogueira Fontes <ajfontes@stefanini.com>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Carlos Eduardo Borba Aguiar <carlos.borba@capes.gov.br>	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Carlos Henrique Honda <Carlos.honda@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Celia dos Santos Oliveira <Celia.Oliveira@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Daniel Ribeiro Bueno <daniel.bueno@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Danielle Gonçalves Lago <Danielle.lago@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Dayse Araujo Moreira Bezerra <dayse.bezerra@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Edmar de Lima e Silva Hoerhan Junior <edmar.junior@capes.gov.br>;	-

3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Fábio Nakatani <fabio.nakatani@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Fabricio Mussi Ferrari <fabricio.ferrari@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Fernando Gomes Pedrosa <fgomesp@indracompany.com>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Francisco Tiago De Paiva Santos (ftpaiva@indracompany.com);	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Frederico Augusto Camargo Benevides <frederico.benevides@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Frederico Neves Soares <frederico.soares@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Gabriel Resende	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Gustavo Tavares Seixas <gustavo.seixas@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Lorena Araujo Carnelocce <lacarnelocce@stefanini.com>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Marcelo de Carvalho Gemmal <marcelo.gemmal@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Marcos Renan Machado Rocha <marcos.rocha@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Marcus Vinicius Santana Poletti <marcus.poletti@capes.gov.br>;	-

3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha <maria.cunha@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Murilo Oliveira Ariston <murilo.ariston@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Patrícia Amaral (Patamar)	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Patrícia Ribeiro Martins <patricia.martins@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Théo Alves Monteiro <theo.monteiro@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Tiago Diniz Brasileiro Lira <tiago.lira@capes.gov.br>;	-
3ª Convenção CSAB	24/11/2017	MEC	Governança de TI	Wilson Lima Vieira <wilson.vieira@capes.gov.br>;	-
Oficina de Boas Práticas em Contratação de Service Desk	29/11/2017	ENAP	Governança de TI	Karoline Santos Lopes <karoline.lopes@capes.gov.br>	-
Seminário de Boas Práticas em Dados Abertos do MDS	30/11/2017	MDS	Governança de TI	Cláudio Florentino	-
					R\$69.280,00

Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Força de trabalho de TI	Quantidade em 1º/01/2017	Quantidade em 31/12/2017
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	0	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	9	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	3	3
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1	1
Terceirizados	0	0
Estagiários	0	0
Total	13	11

Fonte: Portal Integrado de Gestão

Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A Coordenação-Geral de Sistemas – CGS possui um processo robusto de desenvolvimento e manutenção de software. O desenvolvimento e a manutenção desses sistemas e aplicações utilizam como base a Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS, versão 3.1, formulada em 2015 e ajustada em 2016. A MDS tem a finalidade de descrever o processo padrão para desenvolvimento e manutenção de sistemas da CAPES, sendo um documento baseado no processo de desenvolvimento de software RUP (Rational Unified Process), customizado e adaptado à realidade da instituição, que visa atender às necessidades de padronização para as principais disciplinas e técnicas contempladas no ciclo de vida do projeto de desenvolvimento de sistemas.

A metodologia se divide em quatro grandes fases: Iniciação, Elaboração, Construção e Transição, sendo composta por diversos processos. Possui também uma definição sobre os documentos a serem elaborados em cada fase, de forma que as decisões, regras e informações relacionadas aos sistemas desenvolvidos sejam registradas e proporcionem manutenção adequada dos mesmos.

Na fase de Iniciação, tem-se como objetivo a formalização da área de negócios da CAPES, o estabelecimento do escopo e o planejamento do projeto ou demanda. Como principais artefatos, pode-se citar o documento de visão e o checklist de produtos a serem entregues. Na fase de Elaboração, o principal intuito é a definição e detalhamento do projeto, com a construção de casos de uso e arquitetura do sistema. Os principais entregáveis dessa fase são os diagramas de casos de uso, documento de arquitetura e protótipos de tela. A fase de Construção é destinada à codificação dos requisitos solicitados no sistema. O grande entregável dessa fase é o código executável, bem como seus testes unitários. Por fim, a fase de transição contempla a entrega do produto ao usuário final. Como artefatos resultantes dessa fase, temos a homologação do usuário, a implantação em produção e o encerramento formal da demanda ou projeto.

Atualmente a MDS passa por grandes e profundas reformulações, com a incorporação dos conceitos de Desenvolvimento Ágil, com o objetivo de diminuir a burocracia aumentar a produtividade no processo de desenvolvimento dos sistemas. Em 2017 foi constituído um corpo técnico para a reformulação da MDS contemplando as metodologias ágeis, resultando na versão 4.0.

A Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática – CGII conta com um processo de gestão de mudanças em produção. Esse processo é implementado através da ferramenta de gestão de processos de negócios.

Toda mudança em produção, antes de ser executada, deve ser detalhada, tanto quanto aos procedimentos que serão executados, quanto ao impacto e risco de execução da atividade. Estas mudanças só podem ser executadas após autorização do Coordenador-Geral de Infraestrutura de Informática, Coordenador-Geral de Sistemas ou Diretor, ou seus substitutos eventuais caso o titular esteja legalmente afastado.

Também há um processo de entrada de sistemas em produção, onde um sistema novo só será posto em produção após alinhamento das equipes de arquitetura de sistemas e infraestrutura. Para que um sistema vá para a produção a arquitetura preenche um formulário onde ela descreve as necessidades do sistema, monitoramento, gerente responsável e URL. Isto é avaliado pela CGII para ser feito um dimensionamento de recursos a serem alocados para o sistema e somente depois do ciclo de aprovações necessárias, o sistema é publicado.

Temos também monitoramento 24 horas/7 dias para rápida atuação em caso de incidentes relacionados ao ambiente computacional da CAPES. Este monitoramento é capaz de detectar rapidamente algum incidente e já executar ações básicas visando reestabelecer os serviços. Caso necessite de escalar o chamado, existe um segundo nível de plantão para atendimento. Neste ano o processo de monitoramento e as ferramentas utilizadas para tal fim foram atualizados e passaram por extensa revisão. Desta forma, os itens de configuração monitorados foram revistos e aprimorados e o processo tornou mais ágil tanto o atendimento a incidentes como a previsão de ocorrência de algum problema decorrente do uso dos recursos monitorados.

Além disso, o processo de atualização de aplicações em produção foi amplamente revisto de forma a atender às novas necessidades surgidas nos últimos anos com a evolução tecnológica dos serviços. Desta forma, ficaram mais claros os papéis e responsabilidades de cada área e seus respectivos gerentes, foram adequadas as agendas de execução dos procedimentos e os requisitos que cada nova versão de aplicação deverá atender para que seja publicada em produção.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
Aprimorar o sistema único de pagamento de bolsas e auxílios	CSAB	<p>Unificar os sistemas de pagamento de bolsas e auxílios, disponibilizando para todas as diretorias competentes, a partir de um profundo entendimento e padronização dos processos.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva 	1/2017	12/2019
Integrar os sistemas de pagamento com a base do SIPREC	CSAB	<p>Realizar a integração dos sistemas de pagamentos da CAPES com a base do SIPREC a fim de aprimorar o controle interno de pagamentos e adimplência dos Programas. Atualmente o SCBA integra sistemas de pagamento de bolsas, no entanto, é necessário ter a visão também dos repasses de recursos de custeio e capital para cada instituição. Por esse motivo, é preciso que todos os demais sistemas de pagamento sejam também integrados ao SIPREC.</p>	6/2017	12/2018
Integrar a Plataforma Sucupira aos demais sistemas da CAPES	CSAPG	<p>Integrar o Sucupira aos demais sistemas da CAPES, como o SGB, SisUAB, Banco de Teses e Dissertações, Memória da Pós, CadCons e outros, visando reduzir a intervenção humana, aumento a confiabilidade das informações.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sucupira Sustentação; • Reformulação do Portal Público do SUCUPIRA • SUCUPIRA – Fase 2 	6/2017	12/2019
Ampliar o sistema de consulta aos documentos históricos da pós-graduação	CSAPG	Desenvolver um sistema único alimentado pelo Sucupira, SEI e outros sistemas que geram os novos documentos, contendo, por exemplo, Cadernos de avaliação, fichas de avaliação, documentos de área, ofícios e cartas enviadas pelas instituições.	1/2017	6/2018

		Projetos vinculados à ação: <ul style="list-style-type: none"> • Memorá da Pós 		
Desenvolver sistema para lançamento de edital e seleção de bolsistas para os programas da CAPES	CSAE	Unificar todos os sistemas de lançamento de edital e seleção dos Programas da CAPES, mapeando as diversas especificidades dos inúmeros Programas da CAPES, oferecendo às Diretorias a possibilidade de criar módulos adicionais para novos Programas, sem a necessidade de se desenvolver um novo projeto específico para cada novo Programa. Projetos vinculados à ação: <ul style="list-style-type: none"> • Sicapes 3.0 • PAEP – Adequação SICAPES_SAP_SCBA 	1/2017	12/2019
Desenvolver Portal de Egressos da CAPES	CGS	Desenvolver sistema único de controle de egressos dos Programas da CAPES, integrado com bases de dados de outros órgãos, permitindo às Diretorias avaliarem o impacto das políticas públicas da CAPES.	6/2017	6/2019
Migrar bolsistas do SAC País para o SCBA	CSAB	O projeto tem por finalidade a migração dos bolsistas do sistema SAC País para o novo SCBA. Projetos vinculados à ação: <ul style="list-style-type: none"> • SCBA - Migração bolsistas SAC País 	1/2017	6/2018
Implementar melhorias no Cadastro de Consultores (CadCons)	CSAPG	Realizar diversas melhorias no CadCons, como a integração ao Sucupira, revisão do processo de cadastramento, checagem automática de CPF com outras bases de governo, automatização do envio e aceite de convites e outros. Projetos vinculados à ação: <ul style="list-style-type: none"> • Cadcons 	1//2017	6/2018
Desenvolver sistema que integre as bases de dados dos programas de formação docente da CAPES	CSAE	Sistema que integre a gestão, a concessão e o acompanhamento dos programas da DEB, como o PARFOR e o PIBID, integrado a bases de dados da educação básica de outros órgãos públicos e a sistemas de pagamento da CAPES.	1//2017	12/2018

		<p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SISUAB 2; • SGB - Manutenção evolutiva; • Sicapes 3.0; • SAP – manunteção evolutiva e corretiva; • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva 		
Adequar os sistemas de inscrição, análise, concessão e pagamento de bolsas e auxílios para o programa Mais Ciência Mais Desenvolvimento	CSAB	<p>Implantar o programa Mais Ciência, mais desenvolvimento nas etapas de inscrição, análise, concessão e pagamento de bolsas e auxílios.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sicapes 3.0; • SAP – manunteção evolutiva e corretiva; • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva 	1/2017	12/2018
Disponibilizar serviços digitais aos usuários externos por meio de dispositivos móveis e inteligentes	CGS	<p>Realizar prospecção contínua de necessidades dos usuários em ferramentas e soluções para implementá-las em dispositivos móveis e inteligentes.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • App Pesquisador CAPES; • App Bolsista Capes; • Barramento de serviço de bolsas. 	1/2017	12/2019
Sistematizar a notificação de solicitação de pagamento ao interessado	CSAB	<p>Enviar informação ao usuário de que o pagamento foi solicitado ao SIMEC/SICONV, de forma integrada ao SCBA e ao app do bolsista.</p>	1/2017	12/2018
Migrar inscrição, análise e pagamento do PIBID para o SICAPES 3, SAP e SCBA	CSAE	<p>O projeto têm por objetivo a migração dos processos de inscrição, análise, concessão e pagamento de bolsas e auxílios que ainda permanecem no SAC para a nova plataforma do SICAPES 3, SAP e SCBA.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sicapes 3.0; 	6/2017	12/2018

		<ul style="list-style-type: none"> • SAP – manunteção evolutiva e corretiva; • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva. 		
Migrar inscrição, análise e pagamento da UAB para o SICAPES 3, SAP e SCBA	CSAE	<p>O projeto têm por objetivo a migração dos processos de inscrição, análise, concessão e pagamento de bolsas e auxílios que ainda permanecem no SISUAB 1 e SGB para a nova plataforma do SICAPES 3, SAP e SCBA.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sicapes 3.0; • SAP – manunteção evolutiva e corretiva; • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva. 	6/2017	12/2019
Estudar a adoção de padrões internacionais de interoperabilidade	CGS	<p>Projeto de integração com ORCID e OCID</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução dos sistemas da CAPES para CRIS 	1/2017	12/2019
Implementar autenticação unificada em todos os sistemas da CAPES	CSAPG	<p>Implantar o SSO em todos os sistemas da CAPES, permitindo o acesso aos diversos sistemas após a realização de login em apenas um desses sistemas, evitando a necessidade de entrar individualmente em cada plataforma.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sadmin - evolução 	1/2017	12/2019
Refatoração e evolução do SAE	CSAPG	<p>Realizar a refatoração e evolução do Sistema de Avaliação Educacional - SAE para novas tecnologias.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Apoio a Avaliação Educacional - SAE 	1/2017	12/2019
Desenvolver e adaptar os conteúdos digitais da CAPES, em conformidade com a legislação em vigor, em especial ao modelo de acessibilidade de	CGS	Atendimento para conformidade legal. Ação coníntua em relação aos sistemas.	1/2017	12/2019

Governo Eletrônico				
Realizar manutenção contínua dos sistemas e aplicações da CAPES	CGS, CSAPG, CSAE, CSAB	<p>Realizar manutenção contínua dos sistemas e aplicações da CAPES.</p> <p>Projetos vinculados à ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Ordens de Serviço Portal de Gestão • Catálogo de Teses • Sistema de Apoio a Avaliação Educacional - SAE • Cadcons • Sadmin - evolução • Sucupira - Sustentação • Geocapes Evoluções • Memória da Pós – Manutenção 2015 • Segurança - manutenção evolutiva e corretiva • SAP - Manutenção corretiva e evolutiva • SCBA - Manutenção evolutiva e corretiva • EduCAPES - Manutenção evolutiva 2017 • SGB - Manutenção evolutiva • Sicapes 3 0 • SISUAB 2 - Manunteção evolutiva e corretiva • Portal EduCapes 	1/2017	12/2019
Implementar práticas ágeis de desenvolvimento de sistemas	CGS	<p>Implementar práticas ágeis de desenvolvimento de sistemas, coletando seus resultados e avaliando a necessidade de disseminar a metodologia e utilizá-la em outros projetos de desenvolvimento.</p> <p>Projetos vinculados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da nova MDS, versão 4.0. 	1/2017	12/2019
Modernização do serviço de backup e restore	CGII	<p>Implantação da nova solução de backup:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Implantação do SnapProtect; b. Nova Tape Library; 	21/09/2015	31/03/2017

		c. Reestruturação na execução do Backup.		
Adequação e institucionalização de norma de Backup	CGII	Definir Normas das cópias de segurança das informações da CAPES; Definir o nível necessário das cópias de segurança dos dados (avaliar: Backup em disco local, em mídia removível, fitas, e backup remoto); Definir critérios, locar para armazenado das fitas de Backup.	25/04/2016	31/03/2017
Modernizar solução da rede local sem fio da CAPES	CGII	Modernizar solução da rede sem fio da CAPES	09/01/2017	02/03/2017
Provimento de segurança de infraestrutura	CGII	Implantação de serviço de correlacionamento de logs e eventos de infraestrutura de TIC	02/01/2017	26/04/2017
Modernizar o serviço de correio eletrônico	CGII	Atualização tecnológica e migração do serviço de correio eletrônico institucional;	13/03/2017	30/08/2017
Atender as demandas e as necessidades dos usuários da CAPES, de forma proativa, oferecendo infraestrutura tecnológica adequada.	CGII	Aquisição e instalação de novos notebooks para atendimento da Avaliação Quadrienal;	10/01/2017	11/07/2017
Atender as demandas e as necessidades dos usuários da CAPES, de forma proativa, oferecendo infraestrutura tecnológica adequada.	CGII	Aquisição e troca de parte do parque computacional institucionais;	03/05/2016	30/11/2016
Reestruturação da plataforma de monitoramento de redes servidores e serviços	CGII	Modernização das ferramentas e processo de monitoramento dos ativos de TIC da CAPES	23/08/2016	03/03/2017
Implementar processo de análise de conformidade de segurança	CGII	Implementação de Sensor de Detecção de Intrusão via parceria RNP	31/03/2016	20/07/2017

nos sistemas de CAPES.				
Prover a sustentação e a continuidade dos serviços de infraestrutura e segurança de TIC	CGII	Melhorias Tecnológicas de Infraestrutura	29/08/2017	09/03/2018
Modernizar os recursos e a Infraestrutura de TIC	CGII	Unificação de plataformas de virtualização de servidores institucionais Projeto OS1 - Assessment do ambiente Projeto OS2 - Configuração e Parametrização do ambiente Projeto OS3 - Implantação do Site DR INEP.	09/02/2017	23/02/2018
Modernizar os recursos e a Infraestrutura de TIC	CGII	Finalização do projeto de modernização de solução de backup e restauração de dados institucionais.	02/02/2017	15/04/2018
Manter e monitorar os serviços de infraestrutura de TIC e Prestar serviços de suporte e atendimento técnico a usuários e eventos por meio de recursos de TIC (software e hardware);	CGII	Provimento de infraestrutura de servidores de análise de dados para Avaliação Quadrienal;	30/05/2017	30/08/2017
Implantação de solução para sistema de inventário (CMDB)	CGII	Evoluir o gerenciamento de endereços IPs (PHPIPAM)	01/02/2017	14/03/2017
Aprimorar a Segurança da Informação e Comunicações	CGII	Revisar a Política de Segurança da Informação e Comunicação - PoSIC	27/03/2017	30/04/2018
Painéis Gerenciais	DTI	Apurar, criar, acompanhar e disponibilizar informações e indicadores gerenciais através de painéis de controle (dashboards).	05/2017	12/2019

ADDCapes - orçamentário e financeiro	DTI	Integrar os sistemas orçamentários e financeiros ao ADDCAPES	07/2017	12/2018
Qualidade de Conteúdo de Dados	DTI	Realizar a limpeza da base e a revisão das entradas de diversos sistemas da CAPES, permitindo às diretorias que trabalhem com informações gerenciais e estatísticas confiáveis	12/2017	12/2019
Plano de Dados Abertos	DTI	Apoiar a implementação e promoção da abertura de dados, no âmbito da CAPES, de forma institucionalizada e sistematizada.	12/2017	12/2019
Indexação de Publicações	DTI	Coletar metadados de teses e dissertações para serem descobertos no Portal de Periódicos e identificar as publicações de autores nacionais que receberam fomento público para serem solicitadas aos editores e disponibilizadas em repositório de acesso livre após o período de embargo.	05/2017	12/2019
IPv6	DTI	Configurar o serviço de validação e autorização de IPs para suportarem o padrão IPv6 e permitir que, a partir de um endereço IPV6 no campus, o pesquisador acesse o conteúdo disponibilizado pelo Portal de Periódicos	05/2017	06/2018
Manter ADDCapes	DTI	Manter e organizar o Acervo de Dados Digitais da CAPES ADDCapes	05/2017	12/2019
Conteúdo Assinado	DTI	Aumentar a quantidade de títulos e editores onde a colheita de produções (artigos, capítulos de livros) e metadados de conteúdo assinado é realizada	05/2017	12/2019

		e expandir a capacidade de armazenamento para preservá-los digitalmente.		
Dados Abertos	DTI	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos	05/2017	12/2019
Qualidade de Conteúdo dos Dados	DTI	Implementar os critérios da qualidade dos dados usados e da classificação da informação	05/2017	12/2019
Disseminar ADDCapes	DTI	Disseminar o Acervo de Dados Digitais da CAPES ADDCapes	01/2018	12/2019
Portal de Periódicos - Estatísticas	DTI	Extrair, enriquecer e carregar os registros de acesso ao conteúdo de acesso livre dos sistemas de descoberta e entrega do Portal de Periódicos da Capes no sistema de estatísticas	05/2017	12/2017

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A DTI da Capes tem realizado ações específicas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços. São elas:

- Utilização da Wiki como repositório de documentação dos procedimentos de arquitetura de sistemas;
- Capacitação dos servidores;
- Estabelecimento do Escritório de Projetos (PMO) e acompanhamento dos indicadores.

6.3.1 Principais Sistemas de Informação

A seguir, serão apresentadas as informações consistentes na identificação dos sistemas computacionais utilizados na CAPES e suas descrições.

Nome da Aplicação	Sigla	Descrição
ADDCAPES - ACERVO DE DADOS DIGITAIS DA CAPES	ADDCAPES	PORTAL QUE AGREGA APlicações que por meio do acervo de dados digitais da CAPES disponibilizam um conjunto diversificado de relatórios, gráficos e informações institucionais.
SISTEMA DE AGENDAMENTOS DA CDP	AGENDAMENTOS CDP	SISTEMA CRIADO PARA O AGENDAMENTO DE SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELA CGGP/CDP.
ARIS BUSINESS PUBLISHER	ARIS	FERRAMENTA DE MODELAGEM DE PROCESSOS
ASSINADOR WEB	ASSINADOR-WEB	SISTEMA DE ASSINATURA DIGITAL DE DOCUMENTOS. A APLICAÇÃO UTILIZA WEBSERVICES. ENDEREÇO DO REST: HTTP://ASSINADOR.DES.CAPES.GOV.BR/ASSINADOR-WEB/API
ASSINADOR DIGITAL - WEBSTART	ASSINADOR-WEBSTART	SISTEMA DE ASSINATURA DIGITAL DE DOCUMENTOS
AMBIENTE DE TRABALHO DA UAB	ATUAB	AMBIENTE DE TRABALHO DOS COLABORADORES DO SISTEMA UAB, CRIADO NA PLATAFORMA MOODLE, OFERECENDO CURSOS, FÓRUNS, MATERIAIS, REPOSITÓRIOS.
BIBLIOTECA LIVRE	BIBLIVRE	O PROGRAMA BIBLIOTECA LIVRE (BIBLIVRE) É UM APLICATIVO QUE PERMITE A INCLUSÃO DIGITAL DO CIDADÃO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. TRATA-SE DE UM PROGRAMA PARA CATALOGAÇÃO E DIFUSÃO DE ACERVOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E PRIVADAS, DE VARIADOS PORTES, ALÉM DE POSSIBILITAR A CIRCULAÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDOS DE INFORMAÇÃO, TAIS COMO, TEXTOS, MÚSICAS, IMAGENS E FILMES OU QUALQUER OUTRO TIPO DE OBJETO DIGITAL.
BOLSISTAS CAPES - MOBILE	BOLSISTAS-MOBILE	APLICATIVO MOBILE DE BOLSISTAS DA CAPES.

CADASTRO DE DOCUMENTOS	CAD-DOC	SERVIÇO UTILIZADO PARA PERSISTÊNCIA DE DOCUMENTOS (ARQUIVOS) EM BASE DE DADOS ORACLE.
CADASTRO DE PESSOAS	CADASTRO DE PESSOAS	SISTEMA PARA CADASTRO E MANUTENÇÃO DE DADOS DE DISCENTES E DOCENTES.
CADCONS - SISTEMA DE GESTÃO DE CONSULTORES	CADCONS	SISTEMA RESPONSÁVEL POR CADASTRAR E MANTER AS INFORMAÇÕES DE CONSULTORES DA CAPES.
CARTA DE SERVIÇOS	CARTA DE SERVIÇOS	PORTAL PARA INFORMAR TODOS OS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELA CAPES PARA A SOCIEDADE.
CATÁLOGO DE SISTEMAS	CATALOGO	APLICAÇÃO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CATÁLOGO DE SISTEMAS DA CAPES.
CATALOGO DE TESES	CATALOGO DE TESES	SISTEMA DE CONSULTA E EDIÇÃO DE DADOS REFERENCIAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PAÍS, COM POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM COLETA, CADASTRO DE DISCENTES E SOLICITAÇÕES DE INSERÇÃO E EXCLUSÃO DE TESES.
CATI - CENTRAL DE ATENDIMENTO DA TI	CATI	SISTEMA CUSTOMIZADO A PARTIR DO SOFTWARE OTRS, SOFTWARE LIVRE DIRECIONADO PARA O REGISTRO DE PEDIDOS DE HELP DESK, GERENCIAMENTO DE CALL CENTERS E EQUIPES DE SUPORTE, GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI OU QUALQUER OUTRA CONFIGURAÇÃO QUE NECESSITE DE ATENDIMENTO EM EQUIPE, OU OUTROS PROCESSOS.
CADASTRO DE INSTITUIÇÕES	CIES	UNIFICAÇÃO DOS CADASTROS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO PAÍS E NO EXTERIOR, ESCOLAS DE GOVERNO, COM PLANO DE AMPLIAÇÃO PARA CADASTRAMENTO DE ESCOLAS, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADES CIENTÍFICAS. ENVOLVE 2 ÁREAS DEMANDANTES, DRI E DAV.
CADASTRO DE INSTITUIÇÕES-SERVIÇOS	CIES-SERVIÇOS	CRIAÇÃO DE ESTRUTURA PARA OS WS DO CIES.
CONSIAFI	CONSIAFI	FERRAMENTA PARA EXTRAÇÃO DE DADOS DO SIAFI.
SICAPES - CONTRA	CONTRA	SISTEMA QUE REALIZA A AUTENTICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO CENTRALIZADA DAS APLICAÇÕES CONFIGURADAS NO SICAPES.

COORDENADOR CSF	COORDENADOR CSF	ESTE CANAL FOI DESENVOLVIDO PARA ESTREITAR A COMUNICAÇÃO ENTRE CAPES / CNPQ E COORDENADORES INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. DISPÕE DE FERRAMENTAS PARA A CRIAÇÃO DE FÓRUNS DE DISCUSSÃO, A ORGANIZAÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDO, E OUTRAS FACILIDADES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS SELETIVOS DO CSF.
DADOS ABERTOS CAPES	DADOS ABERTOS	APLICAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS PARA OS USUÁRIOS.
EA - ENTERPRISE ARCHITECT	EA	PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO COLABORATIVA PARA MODELAGEM, DESIGN E GERENCIAMENTO BASEADA EM UML 2.1 E PADRÕES SIMILARES.
EDITAIS	EDITAIS	SISTEMA PARA MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE FOMENTO, FASES DE UM EDITAL E EDITAIS DE PROGRAMAS DE FOMENTO.
EDUCAPES	EDUCAPES	REPOSITÓRIO DE OBJETOS EDUCACIONAIS DA UAB.
PORTAL DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS	ESCRITORIO	PORTAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS DA CAPES.
ESTATÍSTICAS	ESTATÍSTICAS	SOLUÇÃO PARA COLETA DE DADOS DE ACESSO NOS EDITORES, CONSOLIDAÇÃO E VISUALIZAÇÃO. CONTROLA OS ENDEREÇOS DE ACESSO DOS SERVIÇOS DOS EDITORES.
FINANCEIRO SICAPES	FINANCEIRO	SISTEMA QUE CONTROLA TODA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA CAPES INTEGRADO COM O SIAFI E O BANCO DO BRASIL.
FINANCEIRO-SERVIÇOS	FINANCEIRO-SERVIÇOS	SERVIÇOS DE PAGAMENTO DISPONIBILIZADOS PARA AS APLICAÇÕES RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DE BOLSAS E AUXÍLIOS.
PROCESSAMENTO FOLHA SCBA	FOLHA SCBA	APLICAÇÃO RESPONSÁVEL EM REALIZAR O PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BOLSAS, AUXÍLIOS E AUXPE DOS PROCESSOS GERENCIADOS PELO SCBA.
PLATAFORMA FREIRE	FREIRE	SISTEMA QUE RECEBE O CADASTRAMENTO DE CURRÍCULOS DE PROFESSORES E A PRÉ-INSCRIÇÃO EM CURSOS.

PLATAFORMA FREIRE 2	FREIRE 2	A PLATAFORMA FREIRE (PF) TEM POR OBJETIVO REALIZAR A GESTÃO DOS PROGRAMAS DE FOMENTO À FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BEM COMO ARTICULAR-SE COM AS REDES DE ENSINO NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DE SUA UNIDADE ADMINISTRATIVA.
GESTÃO DE DEMANDAS DE IMPRENSA	GDI	APLICAÇÃO PARA GERENCIAMENTO DE DEMANDAS DE IMPRENSA DA CCS.
GEOCAPES	GEOCAPES	SISTEMA DE INDICADORES DE RESULTADOS GEORREFERENCIADOS.
GESTÃO INTEGRADA DE PROJETOS	GIP	GESTÃO INTEGRADA DE PROJETOS NAS INSTALAÇÕES DA CAPES, UTILIZANDO A APLICAÇÃO SHAREPOINT/EPM CUSTOMIZADA.
GOOGLE ANALYTICS	GOOGLE ANALYTICS	FERRAMENTA PARA MEDAÇÃO, COLETA, ANÁLISE E A PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE DADOS DE NAVEGAÇÃO E INTERAÇÃO COM O OBJETIVO DE ENTENDER E OTIMIZAR O USO DOS SITES E PÁGINAS EXTERNAS.
INFORME DE RENDIMENTOS	INFORME	SERVIÇO DE INFORME DOS RENDIMENTOS FORNECIDOS PELA CAPES PARA DECLARAÇÃO DE IRPF.
INROA	INROA	INFRAESTRUTURA NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM. É UM REPOSITÓRIO DE OBJETOS DISPONIBILIZADOS PARA CONSULTA.
INTRANET CAPES	INTRANET	AMBIENTE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES A ACESSO A SISTEMAS INTERNOS DA CAPES.
JBPM - GERENCIADOR	JBPM-GERENCIADOR	SISTEMA RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DOS FLUXOS DOS SISTEMAS DE PAGAMENTO (SAC) E ACOMPANHAMENTO DE DEMANDAS (SAD).
JENKINS	JENKINS	FERRAMENTA OPEN SOURCE ESCRITA EM JAVA QUE FORNECE SERVIÇOS DE INTEGRAÇÃO CONTÍNUA PARA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.
JLAUNCHER	JLAUNCHER	APLICAÇÃO CRIADA PARA SUBSTITUIR O LAUNCHER DA NOVELL - PERMITE EXECUÇÃO DE APlicativos cliente -servidor MAPEADOS NA REDE.

LINHA DIRETA	LINHA DIRETA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CAPES E SEUS BENEFICIÁRIOS POR MEIO DOS PROCESSOS DE BOLSAS E PROJETOS.
LINHA DIRETA-SERVIÇOS	LINHA DIRETA-SERVIÇOS	SERVIÇOS REFERENTE A COMUNICAÇÃO ENTRE A CAPES E SEUS BENEFICIÁRIOS POR MEIO DOS PROCESSOS DE BOLSAS E PROJETOS.
MAILING	MAILING	SISTEMA DE MALA DIRETA DA CAPES.
MANTIS - SISTEMA DE GESTÃO DE DEFEITOS	MANTIS	SISTEMA DE GESTÃO DE DEFEITOS (BUGTRACKER). FERRAMENTA CUSTOMIZADA PARA USO DA CAPES.
MBEX - MEMÓRIA BEX	MBEX	BUSCA EM ARQUIVOS HISTÓRICOS DA BOLSA EXTERIOR.
MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO	MEMORIA-POS	DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA, ESCANEADOS E INDEXADOS POR MEIO DE CONVÊNIO COM A UNB EM 2004. CADERNOS DE AVALIAÇÃO, FICHAS DE AVALIAÇÃO, CADERNOS DE APCN E OFÍCIOS E DOCUMENTOS ENVIADOS PELAS IES APÓS 2004.
MENSAGEIRO	MENSAGEIRO	É UM SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTANTÂNEA INTERNA PARA QUE ALGUMAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS EMITAM COMUNICADOS URGENTES QUE TAMBÉM PERMITE A TROCA DE MENSAGENS ENTRE OS COLABORADORES DA CAPES.
METADADOS - NESSTAR	METADADOS	SISTEMA DE METADADOS DO ADD.
METALIB	METALIB	SISTEMA DE BUSCA INTEGRADA NOS DIVERSOS EDITORES, FORNECEDORES DE CONTEÚDO.
MONITORIA UAB	MONITORIA	MONITORAMENTO DA VELOCIDADE DE CONEXÃO DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL.
MOODLE	MOODLE	FERRAMENTA PARA TREINAMENTO INTERNO
NEXUS	NEXUS	GERENCIADOR DE BIBLIOTECAS DEPENDENTES PARA OS APLICATIVOS CONSTRUÍDOS INTERNAMENTE.
METADADOS - OPERACIONAL	OPERACIONAL	SISTEMA DE METADADOS OPERACIONAL DO ADD.

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO FW	PAH-OS-FW	PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇO DEMANDAS PARA A FÁBRICA DE SOFTWARE.
PASEM	PASEM	PASEM - PROGRAMA DE APOIO AO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL. AMBIENTE DE TRABALHO (MOODLE).
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL	PAVN	PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS DENTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL, PARA OS SERVIDORES DA CAPES. REPRESENTA TODOS OS NÍVEIS DE APROVAÇÃO, DESDE A SOLICITAÇÃO ATÉ O GABINETE DA PRESIDÊNCIA.
PRÊMIO CAPES INTERFARMA DE TESES	PCI	SISTEMA QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE PREMIAÇÃO DO PRÊMIO CAPES-INTERFARMA DE INOVAÇÃO E PESQUISA, OFERECIDO PELA CAPES E ENTIDADES PARCEIRAS, PARA AS MELHORES TESES DEFENDIDAS NO PAÍS A CADA ANO.
PRÊMIO CAPES NATURA	PCN	APLICAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE INSCRIÇÕES DO PRÊMIO CAPES NATURA.
PRÊMIO CAPES DE TESE	PCT	SISTEMA QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE PREMIAÇÃO.
PORTAL DA DAV	PDAV	PORTAL DA DAV QUE SERÁ UTILIZADO PARA COMUNICAÇÃO DENTRO DA AVALIAÇÃO DA QUADRIENAL.
PORTAL DE PERIÓDICOS	PERIÓDICOS	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTEÚDO, ADMINISTRAÇÃO DE USUÁRIOS E PERMISSÃO DE ACESSO PARA O PORTAL DE PERIÓDICOS.
PORTAL DE PERIÓDICOS - MOBILE	PERIÓDICOS-MOBILE	PORTAL PARA ACESSO POR MEIO DE SMARTPHONES ÀS FUNCIONALIDADES DE BUSCAS POR ASSUNTO, POR TÍTULO DE PERIÓDICO E POR BASE. A APLICAÇÃO ESTÁ DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.PERIODICOS.CAPES.GOV.BR/MOBILE HTTPS://PLAY.GOOGLE.COM/STORE/APPS/DETAILS?ID=BR.GOV.CAPES.PERIODICOS HTTPS://iTUNES.APPLE.COM/BR/APP/.PERIODICOS./ID719655314?MT=8
PESQUISAS - LIMESURVEY	PESQUISAS	SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE PESQUISAS E ENQUETES. OPEN SOURCE LIMESURVEY.

PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE CURSOS DE CURTA DURAÇÃO	PICCD	PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CURSOS DE CURTA DURAÇÃO, POR SERVIDORES DA CAPES.
PIWIK	PIWIK	FERRAMENTA DE WEB ANALYTICS HOSPEDADA NA CAPES PARA MEDIDAÇĀO, COLETA, ANÁLISE E A PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DE DADOS DE NAVEGAÇÃO E INTERAÇÃO COM O OBJETIVO DE ENTENDER E OTIMIZAR O USO DOS SITES E PÁGINAS.
PNPG 2011/2020	PNPG 2011/2020	IMPLEMENTAÇÃO DO SITE DA COMISSĀO DO PNPG 2011-2020 UTILIZANDO O GOOGLE APPS PARA CENTRALIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE DOCUMENTOS.
PORTAL CAPES	PORTAL CAPES	AMBIENTE DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇĀOES DA CAPES.
PORTAL COMUNIDADES	PORTAL COMUNIDADES	REPOSITÓRIO DE PRODUTOS GERADOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DA DEB.
PORTAL DE PROCESSOS AUTOMATIZADOS	PORTAL PROCESSOS	PORTAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS PROCESSOS AUTOMATIZADOS PELA EQUIPE DO ESCRITÓRIO DE PROCESSOS.
PORTAL UAB	PORTAL UAB	AMBIENTE PARA DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇĀOES SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL TAIS COMO: NOTÍCIAS, LEGISLAÇÃO, POLOS, CURSOS, INSTITUIÇĀOES, SELEÇĀOES E EDITAIS ETC.
PORTAL DE GESTĀO	PORTAL_GESTAO	PORTAL QUE CONCENTRA O ACESSO AOS SISTEMAS DE GESTĀO DA CAPES (FINANCEIRO, SIGRH, CATI, PROCESSOS AUTOMATIZADOS, SAEL, SIPAC, SPARQ ETC.).
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE INVOICES	PPCI	SISTEMA PARA CONTROLE DOS CUSTOS DOS BOLSISTAS NO EXTERIOR, ONDE OS CUSTOS SĀO DE RESPONSABILIDADE DE PARCEIROS. O PROJETO INCLUI CADASTRO DOS VALORES COBRADOS PELOS PARCEIROS E NO FINAL A GERAÇÃO DE UM INVOICE PADRĀO. APÓS A SUBMISSĀO DOS CUSTOS VIA SISTEMA OCORRERÁ UM CONTROLE INTERNO E, POSTERIORMENTE, ORDENAÇÃO E LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO.
PRĒMIO VALE CAPES DE TESE	PVC	SISTEMA QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE PREMIAÇÃO.

QUESTIONÁRIOS CAPES	QC	SISTEMA DESENVOLVIDO PARA A CRIAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS COM A FINALIDADE DE REALIZAR PESQUISAS DE INTERESSE DA CAPES.
REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO	RBPG	SISTEMA DE GESTÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIDA UTILIZANDO-SE A FERRAMENTA DE GESTÃO DE CONTEÚDO OPEN JOURNAL SYSTEM OU OJS.
REDMINE	REDMINE	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO
SAC ACOMPANHAMENTO PAÍS	SAC-ACOMPANHAMENTO PAÍS	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES DE BOLSAS NO PAÍS.
SAC EGRESSO	SAC-EGRESSO	SISTEMA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DOS BOLSISTAS EGRESSOS.
SAC MANUTENÇÃO	SAC-MANUTENÇÃO	SISTEMA QUE PERMITE PARAMETRIZAR INFORMAÇÕES DE PAGAMENTOS DOS PROGRAMAS CADASTRADOS NA SOLUÇÃO SAC PAÍS.
SAC - PAGAMENTO PAÍS	SAC-PAGAMENTO PAÍS	SISTEMA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÃO E PAGAMENTO DE BOLSAS NO PAÍS.
SAC TRAMITE PAÍS	SAC-TRAMITE PAÍS	SISTEMA RESPONSÁVEL PELA TRAMITAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BOLSAS NO PAÍS.
SAE - SISTEMA DE AUXÍLIO EDUCACIONAL	SAE	SISTEMA INTEGRADO AO MEC QUE ACOMPANHA O PAGAMENTO DE AUXÍLIO EDUCACIONAL AOS CONSULTORES DA CAPES.
SAEL - SISTEMA DE ATESTE ELETRÔNICO DE LIGAÇÕES	SAEL	SISTEMA DE ATESTE ELETRÔNICO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS.
SAEP - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE ESCOLAS DO PIBID	SAEP	APRESENTAR, AOS COORDENADORES DE ÁREA, EM QUE ESCOLA OS BOLSISTAS DO PIBID ESTÃO ATUANDO.
SAP - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE	SAP	SISTEMA RESPONSÁVEL PELA CRIAÇÃO DE FLUXO PARA APROVAÇÃO DE BOLSAS. O SISTEMA PARAMETRIZA AS FASES DE CONCESSÃO POR EDITAL.

PROPOSTAS		
SAS	SAS	SISTEMA DE GERAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS POR MEIO DO ADDCAPES.
SCBA - SISTEMA DE CONTROLE DE BOLSAS E AUXÍLIOS	SCBA	SISTEMA PARA ACOMPANHAMENTO E PAGAMENTO DE BOLSAS E AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELA CAPES.
SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS DISCENTES	SCDISC-SERVICOS	OS SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS DISCENTES SE PROPÕE A PROVER TODAS AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS DISCENTES QUE PERTENCEM A ESSE ÓRGÃO.
SCPB - SISTEMA DE CONCILIAÇÃO E PAGAMENTO DE BOLSAS	SCPB	SISTEMA DE CONSULTA A DADOS DE BOLSA E PAGAMENTO, CONSULTA A DADOS DA RECEITA FEDERAL, CADASTRO DE INADIMPLENTES E LIBERAÇÃO DE PAGAMENTO DE BOLSA.
SCPB SERVIÇOS	SCPB-SERVICO	CAMADA DE SERVIÇOS DO SCPB
SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS PROJETOS DE PESQUISA	SCPP-SERVICOS	OS SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS PROJETOS DE PESQUISA SE PROPÕE A PROVER TODAS AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS PROJETOS DE PESQUISA QUE PERTENCEM A ESSE ÓRGÃO.
SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	SCPPG-SERVICOS	OS SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SE PROPÕE A PROVER TODAS AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE PERTENCEM A ESSE ÓRGÃO.
SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO	SCTC-SERVICOS	OS SERVIÇOS CORPORATIVOS DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO SE PROPÕE A PROVER TODAS AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO QUE PERTENCEM A ESSE ÓRGÃO.
SDI - SISTEMA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES	SDI	PORTAL UTILIZADO PARA DISSEMINAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DO ADDCAPES. ESSAS INFORMAÇÕES SÃO GERADAS A PARTIR DO SOFTWARE MICROSTRATEGY.
SADMIN	SEG	PROVER SERVIÇOS DE AUTENTICAÇÃO PARA USUÁRIOS E APLICAÇÕES.
SEGURANÇA-SERVIÇOS	SEGURANÇA-SERVICOS	SERVIÇO PARA CONSULTAR INFORMAÇÕES (GRUPOS, CASOS DE USO, APLICAÇÕES, TRANSAÇÕES, AUTORIZAÇÕES E ETC) DE UM USUÁRIO QUE ESTEJA CADASTRADO NA BASE DE DADOS.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES	SEI	O SEI FAZ GESTÃO ELETRÔNICA DE TODO O CICLO DE VIDA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DA CAPES.
PORTAL DE SEMINÁRIOS	SEMINARIOS	AMBIENTE PARA DISPONIBILIZAR OS SEMINÁRIOS REALIZADOS PELA CAPES.
SERVIÇOS ADD	SERVICOSADD	POOL DE SERVIÇOS CRIADOS PARA ACESSO ÀS BASES ADD. SERVIÇOS: MEO-WS: DADOS DE CANDIDATOS, DADOS DE INSCRIÇÃO; AVALIAÇÃO: BUSCAR INSTITUIÇÃO POR CÓDIGO EMEC, BUSCAR INSTITUIÇÃO POR CNPJ; BOLSISTAS: BUSCAR ULTIMO PAGAMENTO EFETUADO A UM BOLSISTA SUCUPIRA: BUSCAR ALUNO DE PÓS GRADUAÇÃO POR CPF
SERVIÇOS ADMINIP	SERVIÇOS ADMINIP	SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PARA GERENCIAR AS TRANSAÇÕES RESULTANTES DAS ATUALIZAÇÕES EM BASES DE DADOS HETEROGRÊNEAS, DOS SISTEMAS QUE INTEGRAM A SOLUÇÃO DO PORTAL DE PERIÓDICOS.
SFX	SFX	FERRAMENTA RESPONSÁVEL PELO GERENCIAMENTO DE LINKS DE ARTIGOS OU PERIÓDICOS, RESULTANTES DE PESQUISAS.
SGB - SISTEMA DE GESTÃO DE BOLSAS	SGB	SISTEMA PARA GERENCIAR O PAGAMENTO DE BOLSAS OFERECIDAS PELOS PROGRAMAS EAD-MOÇAMBIQUE, PARFOR, PRO-LIC E UAB DA DED.
SISTEMA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA PÓS GRADUAÇÃO	SIAPG	APLICAÇÃO WEB PARA AUXILIO NA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DA PÓS GRADUAÇÃO.
SICAPES	SICAPES	SISTEMA QUE REALIZA A INTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS DE FOMENTO DE BOLSAS, AUXÍLIOS E GESTÃO DE CONVÊNIOS DA CAPES, ALÉM DE PERMITIR A CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS E EDITAIS DE FORMA RÁPIDA E PADRONIZADA.
SICAPES - OBEDUC	SICAPES - OBEDUC	SISTEMA DE INSCRIÇÕES E CONCESSÕES DE BOLSAS PARA O PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO
SICAPES - PAEP	SICAPES-PAEP	AUTOMATIZAÇÃO DO FLUXO DE ATIVIDADES DO PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS NO PAÍS, QUE COMPREENDE AS FASES DE INSCRIÇÃO, ANÁLISE TÉCNICA, ANÁLISE DE MÉRITO, HOMOLOGAÇÃO, PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS.

SICAPES - PIBID	SICAPES-PIBID	SISTEMA DE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA.
SICAPES - PROCAD	SICAPES-PROCAD	SISTEMA DE INSCRIÇÃO, ANÁLISE DE MÉRITO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA.
SICAPES 3	SICAPES3	SISTEMA DE INSCRIÇÃO PARA PROGRAMAS DE FOMENTO CAPES.
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	SIGADMIN	REALIZA A ADMINISTRAÇÃO DOS MÓDULOS DOS SISTEMAS SIGRH E SIPAC.
SIGRH - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	SIGRH	CONTROLA TODA A ÁREA DE RECURSOS HUMANOS DOS SERVIDORES DA CAPES.
SISTEMA DE PERMISSÕES	SIP	O SIP É UM SISTEMA DE APOIO DA PLATAFORMA SEI, RESPONSÁVEL POR TODA A CONFIGURAÇÃO DE USUÁRIOS, PERMISSÕES DE ACESSO, SISTEMAS DE AUTENTICAÇÃO E ETC.
SIPAC - SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS	SIPAC	CONTROLA O PATRIMÔNIO, ALMOXARIFADO E OS CONTRATOS DA CAPES.
SIPREC - SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	SIPREC	SISTEMA PARA ATENDER AS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS BENEFICIÁRIOS DA CAPES.
SISREL - SISTEMA DE RELATÓRIOS	SISREL	SISTEMA RESPONSÁVEL PELA GERAÇÃO DE RELATÓRIOS DINÂMICOS DOS PROGRAMAS DA CAPES.
SISUAB 2	SISUAB 2	NOVA VERSÃO DO SISTEMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.
SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA	SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA	WEBSERVICE QUE SERÁ CONSUMIDO PELO SISTEMA FINANCEIRO PARA ATUALIZAÇÃO DO NÚMERO DO CARTÃO DE BOLSISTAS QUE SOLICITARAM A SEGUNDA VIA DO CARTÃO NA BASE DO SAC EXTERIOR.
SOLICITAÇÃO CARTÃO-1VIA	SOLICITAÇÃO CARTÃO-1VIA	JOB UTILIZADO PARA A SOLICITAÇÃO DA PRIMEIRA VIA DE CARTÃO DO BOLSISTA AO SISTEMA FINANCEIRO. UTILIZADO PARA OS SISTEMAS LEGADOS DA CAPES (SACEXTERIOR).

SONARQUBE	SONAR	PLATAFORMA DE CÓDIGO ABERTO PARA A INSPEÇÃO CONTÍNUA DA QUALIDADE DO CÓDIGO PARA REALIZAR REVISÕES AUTOMÁTICAS COM ANÁLISE ESTÁTICA DE CÓDIGO PARA DETECTAR ERROS, E VULNERABILIDADES DE SEGURANÇA.
SPARQ	SPARQ	SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA CAPES.
SEGURANÇA-SSO	SSO	PROVER SERVIÇOS DE AUTENTICAÇÃO PARA USUÁRIOS E APLICAÇÕES
PLATAFORMA SUCUPIRA	SUCUPIRA	COLETA: MÓDULO DE ENTRADA DE DADOS ANUAIS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO COM FUNCIONAMENTO ONLINE, QUE IRÁ SUBSTITUIR O ATUAL COLETA DE DADOS. CURSO NOVO: MÓDULO DE SOLICITAÇÃO DE CURSOS NOVOS E TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS. GESTÃO DE CURSOS: MÓDULO DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS E DE FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS E CURSOS DA PG. INDICADORES: MÓDULO DE GERAÇÃO DE INDICADORES E DIVULGAÇÃO DE DADOS PÚBLICOS. MINTER/DINTER: APLICATIVO DE PREENCHIMENTO DE PROPOSTA DE CURSOS NOVOS, ATENDIMENTO A DILIGÊNCIAS E RECONSIDERAÇÕES. QUALIS: SISTEMA RESPONSÁVEL PELA QUALIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E ARTÍSTICA EM RELAÇÃO A ÁREAS DE AVALIAÇÃO.
PLATAFORMA SUCUPIRA - CURSO NOVO	SUCUPIRA-CURSO-NOVO	MÓDULO DE SOLICITAÇÃO DE CURSOS NOVOS E TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS.
PLATAFORMA SUCUPIRA - GESTÃO DE CURSOS	SUCUPIRA-GESTAO	MÓDULO DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS E DE FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS E CURSOS DA PG.
PLATAFORMA SUCUPIRA - MOBILE	SUCUPIRA-MOBILE	MÓDULO DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS, TRAMITAÇÃO DE SOLICITAÇÕES, E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS E CURSOS, PARA COORDENADORES E PRO-REITORES.
SVN	SVN	FERRAMENTA PARA ARMAZENAMENTO E VERSIONAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E CÓDIGOS FONTES DAS APLICAÇÕES.
TESTLINK	TESTLINK	FERRAMENTA CUSTOMIZADA PELA CAPES PARA CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E GESTÃO DE CASOS DE TESTES.
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA SOBRE OS PAGAMENTOS DE BOLSAS DA CAPES.

PORTAL TRIENAL 2013	TRIENAL 2013	PORTAL CRIADO PARA COMPARTILHAR CADERNOS DE DADOS PARA A AVALIAÇÃO COM OS CONSULTORES CONFORME SUAS RESPECTIVAS ÁREAS DE AVALIAÇÃO.
VALIDADOR DE DOCUMENTOS	VALIDADOR DE DOCUMENTOS	SISTEMA QUE SERVE PARA VALIDAR AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS GERADOS NO SISTEMA LINHA DIRETA.
WIKI	WIKI	SISTEMA DE GESTÃO DE CONHECIMENTO DA DTI.

Fonte: Portal de Gestão. Acessado em 15/03/2018.

Atendimento à determinação constante do item 9.7 do Acórdão TCU 1003/2017 – Plenário:

(...)

9.7. determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultora em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação.

Anexo VI - Nota Técnica nº 2/2018/CGS/DTI, de 01 de fevereiro de 2018.

6.4 Gestão de fundos e de programas

Não se aplica.

6.4.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1 Canais de acesso do cidadão

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) possui vários canais de atendimento e relacionamento com o cidadão. Em setembro de 2009, foi implementada a Central de Atendimento ao Cidadão do Ministério da Educação, a qual contempla as fundações e autarquias vinculadas. Ela é composta pelos serviços de atendimento telefônico (0800 616161, opção 7 para assuntos e programas da Capes, e pelo Formulário Fale Conosco disponível na internet – www.capes.gov.br/faleconosco). O funcionamento da central é dividido em três níveis. Os atendimentos por telefone (nível 1 - 0800) são realizados na sede da Call Contact Center, empresa licitada pelo Ministério da Educação.

A empresa Call está localizada no SIA Trecho 1, Lotes 1730/1740 – Brasília-DF. Os atendimentos recebidos pelo formulário Fale Conosco e demandas não esclarecidas pelo telefone são realizadas pelas equipes de níveis 2 e 3, lotados, respectivamente, na sede da empresa contratada e no Térreo do edifício-sede da Capes. A equipe de nível 3 é responsável por atualizar a base de conhecimento, utilizada pelos operadores sobre os diversos programas da Capes e também pelo contato direto com os técnicos, assistentes e analistas de cada setor da instituição, além de realizar atendimento presencial.

A Coordenação de Comunicação Social (CCS) é o setor responsável pela fiscalização do contrato no âmbito da Capes. Todos os representantes que atuam como fiscais do contrato são nomeados por meio de portaria publicada pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA/MEC), em boletim de serviço interno do MEC, e compõem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços de Contact Center da Central de Atendimento do MEC.

Sendo assim, a CCS é responsável pela busca da qualidade do serviço e pela organização, junto às áreas técnicas, dos treinamentos necessários à equipe. A CCS realiza leitura diária, por amostragem, de atendimentos realizados e gerencia os números de atendimento a partir de relatórios periódicos enviados pela empresa Call. Relatórios mensais com os assuntos mais solicitados e o número total de atendimentos são publicados na intranet da Capes.

A porcentagem de atendimentos realizados é utilizada como indicador de avaliação de desempenho de servidores da Capes, no âmbito da Gratificação de Atividade de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (GADCT). Ver na Figura 10 o total de demandas da Central de Atendimento em 2017.

Figura 10

Relatório Quantitativo Anual 2017 - Principais Assuntos

Central de Atendimento ao Cidadão

Período: 1/1/2017 a 31/12/2017

Assunto	Quantidade
Formação de Professores da Educação Básica(Profic)	16.574
Programas Institucionais no País	9.459
Bolsas e Auxílios Internacionais	6.761
Outros*	6.630
Avaliação / Plataforma Sucupira	6.433
Sistemas da Pós-Graduação	6.125
My English Online – (Responsabilidade da SESU a partir de Outubro/17)	5.643
Educação a Distância	2.076
Ciências sem Fronteiras	2.021
Portal de Periódicos	1.750
Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu	1.487
Total	64.959

***Outros:**

- Assuntos de Competência do CNPQ
- Atendimento
- Telefonia / Transferências
- Denúncias
- Portal EduCAPES
- Programa para apoiar pesquisas em Educação e CT&I
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
- Sobre a CAPES"

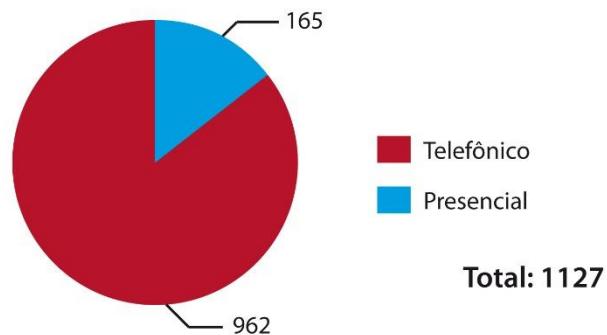
Além da Central de Atendimento, desde maio de 2012, a Capes conta com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme previsto na Lei nº 12.527/2011, para o atendimento presencial, online e telefônico das pessoas que procuram por informações sobre ações e programas da Capes. O solicitante pode optar pelo acesso ao sistema e-SIC (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>), pelo contato via telefone (61) 2022-6850, ou presencialmente no posto do SIC localizado Térreo do edifício-sede da Capes. O SIC/Capes também está sob a responsabilidade da Coordenação de Comunicação Social. Relatórios anuais são publicados na internet (<http://www.capes.gov.br/acesso-ainformacao/relatorios-anuais>). Ver no Gráfico 5 o total de atendimentos via e-SIC no ano de 2017 e sua respectiva classificação por tipo de solicitação.

Gráfico 5

Total de atendimentos sala SIC Presencial e Telefônico

Demanda sala SIC
Período: 1/1/2017 a 31/12/2017

Atendimentos sala SIC/CAPES
Quantitativo Anual - 2017



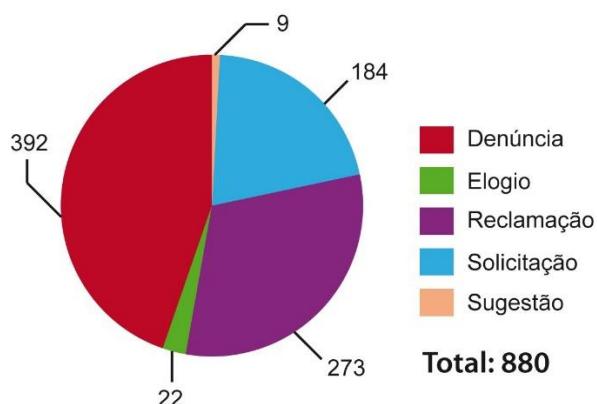
Denúncias

Em 1º de novembro de 2016, o antigo formulário de denúncias foi substituído pela ferramenta e-OUV – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, que passou a ser utilizado pela Capes em março de 2016, também por orientação da CGU. De janeiro a dezembro de 2017 foram registradas 880 demandas neste canal. Desses, 392 foram cadastradas pelo próprio cidadão como denúncia.

Gráfico 6 - 3 Manifestações e-OUV por tipo

Manifestações e-OUV por Tipo

Período: 1/1/2017 a 31/12/2017



7.2 Serviços

A Capes ainda disponibiliza em seu Portal a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme prevê o Decreto nº 6.932/2009. As informações estão disponíveis no link <http://cartadeservicos.capes.gov.br/>. A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar, de maneira clara e precisa, o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A partir de dezembro de 2016, com a publicação o Decreto nº 8.936 que institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a Coordenação de Comunicação Social iniciou a adequação do conteúdo da Carta ao portal <http://servicos.gov.br/>. O conteúdo foi repassado ao Ministério do Planejamento, responsável pela gestão do Portal e os serviços da Capes estão compilados no link [https://servicos.gov.br/orgao/250?nome=Funda%C3%A7%C3%A3o%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20Aperfei%C3%A7oamento%20de%20Pessoal%20de%20N%C3%ADvel%20Superior%20\(CAPES\)](https://servicos.gov.br/orgao/250?nome=Funda%C3%A7%C3%A3o%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20Aperfei%C3%A7oamento%20de%20Pessoal%20de%20N%C3%ADvel%20Superior%20(CAPES))

7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Central de Atendimento da Capes possui pesquisa de satisfação. Ela é feita somente no âmbito do nível 1 – atendimento por telefone (0800). Os dados são compilados em relatórios enviados à Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) do Ministério da Educação e suas unidades vinculadas. A pesquisa de satisfação da Central é realizada ao final de cada ligação. Ela é composta por duas perguntas. Ressalta-se que cabe ao cidadão decidir se responde ou não à pesquisa. Nas tabelas abaixo seguem os dados da referida avaliação.

Pesquisa de Satisfação - CAPES 2017						
01) Como classifica a qualidade do atendimento prestado através do contato telefônico?						
MÊS / ANO	Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	TOTAL
jan/17	432	277	71	35	38	853
fev/17	343	268	78	55	52	796
mar/17	658	399	105	68	69	1.299
abr/17	798	440	104	59	50	1.451
mai/17	617	369	103	58	58	1.205
jun/17	816	521	124	73	74	1.608
jul/17	667	434	111	71	63	1.346
ago/17	632	411	97	77	71	1.288
set/17	569	407	78	58	56	1.168
out/17	861	520	102	89	82	1.654
nov/17	1773	1050	197	121	133	3.274
dez/17	1122	641	136	89	93	2.081
Total						
	9.288	5.737	1.306	853	839	18.023

02) como classifica sua satisfação em relação à execução geral dos serviços?						
MÊS / ANO	Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	TOTAL
jan/17	303	270	88	67	36	764
fev/17	206	273	81	83	61	704
mar/17	433	424	118	86	93	1154
abr/17	543	480	123	82	68	1.296
mai/17	403	403	134	77	76	1.093
jun/17	569	533	159	105	90	1.456
jul/17	462	434	153	87	73	1.209
ago/17	444	413	115	101	85	1.158
set/17	392	408	94	78	69	1.041
out/17	633	514	137	103	85	1.472
nov/17	1282	1120	213	193	116	2.924
dez/17	794	660	171	114	93	1.832
Total						
	6464	5932	1586	1176	945	16.103

PESQUISA DE SATISFAÇÃO - CAPES						
MÊS / ANO	Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Total
jan/17	735	547	159	102	74	1.617
fev/17	549	541	159	138	113	1.500
mar/17	1.091	823	223	154	162	2.453
abr/17	1.341	920	227	141	118	2.747
mai/17	1.020	772	237	135	134	2.298
jun/17	1.385	1.054	283	178	164	3.064
jul/17	1.129	868	264	158	136	2.555
ago/17	1.076	824	212	178	156	2.446
set/17	961	815	172	136	125	2.209
out/17	1.494	1.034	239	192	167	3.126
nov/17	3.055	2.170	410	314	249	6.198
dez/17	1.916	1.301	307	203	186	3.913
Total						
	15.752	11.669	2.892	2.029	1.784	34.126

7.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

De acordo com o que prevê a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Portal de Capes disponibiliza como primeiro item do menu o botão “Acesso à Informação” que divulga informações institucionais e organizacionais da Capes, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, quem é quem, agenda do presidente, horários de atendimento e legislação da Capes.

Conforme portaria da Controladoria-Geral da União nº 262, de 30 de agosto de 2005, a Capes disponibiliza para divulgação pública em seu portal eletrônico os arquivos referentes aos relatórios de gestão, relatórios e certificados de auditoria, com pareceres do órgão de controle interno. Também estão disponíveis informações sobre licitações, contratos, convênios, despesas e servidores.

Em 2016, a Capes iniciou a construção do Portal de Dados Abertos da Capes (<http://dadosabertos.capes.gov.br>). Esta plataforma permite a consulta pública de dados e informações sobre a pós-graduação brasileira, sobre a formação de professores da educação básica e outros temas relacionados às ações da Capes. Esta iniciativa foi realizada amparada pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no Decreto Nº 8.638/2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

Com o Decreto nº 8.777/2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, a Coordenação de Comunicação Social e a Diretoria de Tecnologia da Informação desenvolveram, publicaram e iniciaram as atividades o Plano de Dados Abertos (PDA) para disponibilização dos dados atendendo às diretrizes da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). O Plano encontra-se disponível no link: <http://capes.gov.br/acessoainformacao/dados-abertos>

7.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No dia 3 de julho de 2014, a Capes lançou seu novo portal, que atende ao modelo do Portal Institucional Padrão do Governo Federal. Desta forma, no item disponível no próprio site <http://www.capes.gov.br/acessibilidade> está especificado que o “portal segue as diretrizes do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004”. Em 2018, a Coordenação de Comunicação Social e a Diretoria de Tecnologia da Informação vão trabalhar para ampliar a acessibilidade do portal e sistemas da Capes.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho financeiro no exercício

A dotação empenhada em 2017 foi de R\$ 4.705.922,379,84, alcançando o patamar de 94,89 de execução sobre a dotação autorizada. Os empenhos liquidados somaram R\$ 3.939.162.045,55, tendo em vista que o valor pago até 31/12/2017 somaram R\$ 3.935.995.581,89, podemos concluir que 100% das despesas liquidadas foram pagas.

Os Restos a Pagar, de dotação da CAPES, pagos em 2017 somaram R\$ 631.606.331,59, incluindo os empenhos inscritos pelas unidades gestoras recebedoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização, correspondendo 93,39%, excluindo o total cancelado de R\$ 18.272.541,43.

Cabe destacar que os ingressos financeiros se dão de forma mensal e os dispêndios acompanham os ingressos, não havendo algo relevante que se possa destacar nesse processo.

8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A gestão de patrimônio e almoxarifado na CAPES é realizada por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC –, que adota como metodologia de cálculo a macrofunção do SIAFI “020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações”, além das NBC T 16.9 e 16.10.

As metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo, do cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para estes cálculos são as mesmas apresentadas na macrofunção supracitada conforme o que segue:

Grupo de Material	Vida Útil Padrão (anos)	Valor Residual Padrão
5204 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10
5206 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20
5208 - APAR., EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP.	15	20
5212 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10
5218 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0
5224 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10
5230 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10
5232 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10

5233 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10
5234 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10
5235 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10
5236 - MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	10	10
5242 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10
5248 - VEICULOS DIVERSOS	15	10
5252 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do deferido foram realizadas de acordo com as orientações das NBC T 16.9 e 16.10.

Destacamos que todos os procedimentos citados estão em consonância com a legislação vigente, principalmente à Lei nº 4.320/64, à Lei complementar nº 101/2000 e à Lei nº 10.180/2001.

8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há definição de metodologia de mensuração de custos.

8.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão como anexos:

- a) Anexo VII – Balanço Financeiro;
- b) Anexo VIII – Balanço Orçamentário;
- c) Anexo IX – Balanço Patrimonial;
- d) Anexo X – Demonstrações de Fluxo de Caixa; e
- e) Anexo XI – Demonstrações das Variações Patrimoniais.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2017, o Egrégio Tribunal de Contas da União encaminhou à CAPES os seguintes Acórdãos com determinações/recomendações:

- Acórdão 1589/2017 – 2 Câmara

Representante: Procuradoria da República no Amapá.

Unidade: Universidade do Estado do Amapá - Ueap

Número do processo no TCU: TC 029.033/2016-0 (Representação)

Número da ata: 4/2017

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0072/2017-TCU/SECEX-AP, do dia 3.3.2017.

Recebido em: 16.03.2017

Tipo de deliberação: Determinação

As recomendações do Acórdão 1589/2017 – 2^a Câmara foram as seguintes:

(...)

1.8. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que, em prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias: (i) apure conclusivamente o andamento do Convênio 2/2010/Parfor/Capes/Ueap (Siafi 66991) e sua execução, verificando o cumprimento do objeto avençado, em face dos indícios de irregularidades na locação de imóvel; (ii) caso constatada ocorrência de danos ao erário, instaure e conclua processo de tomada de contas especial, observando a IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, regulamentada pela DN TCU 155/2016; (iii) comunique a esta Corte as medidas adotadas.

O teor da recomendação disposta ao item 1.8 do Acórdão ora tratado foi informado à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB/CAPES na data de 16 de março de 2017, por meio do Despacho AUD 0361088.

Em 27 de junho de 2017, por meio do Ofício nº 20/2017-AUD/GAB/PR/CAPES, o Senhor Secretário de Controle Externo no Estado do Amapá fora informado que a Universidade Estadual do Amapá encaminhou à CAPES os documentos referentes à prestação de contas do Convênio PARFOR 002/2010. Informamos à SECEX-AP, ainda,

que tão logo finalizada a análise da prestação de contas do Convênio em tela, a Secretaria seria informada.

Na data de 18 de julho de 2017, foi encaminhado à SECEX-AP o Ofício nº 26/2017-AUD/GAB/PR/CAPES, noticiando que o Convênio PARFOR 002/2010 teve a prestação de contas aprovada, de acordo com o Parecer Técnico nº 87/2017/CAF/CGDOC/DEB, de 12/07/2017, e também conforme o Termo de Aprovação nº 026-37/2017 – CGOF/DGES.

- Acórdão 1397/2017 – 1ª Câmara

Responsáveis: Adalberto Fazzio (098.449.371-91); Adalberto Grassi Carvalho (584.876.111-68); Adalberto Luis Val (823.590.328-87); Adriano Mendes de Almeida (702.810.681-00); Aloisio Nonato (050.380.067-87); Ana Maria Ferreira Leite (311.361.681-68); Arlindo Philippi Junior (077.958.749-91); Benedicto Fonseca Filho (239.968.891-00); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho (337.000.447-04); Carlos Roberto Jamil Cury (115.080.278-20); Carmen Moreira de Castro Neves (352.259.201-87); Denise de Menezes Neddermeyer (151.373.841-00); Fábio de Paiva Vaz (666.431.121-68); Glaucius Oliva (045.686.168-83); Glauco Antonio Truzzi Arbix (518.652.118-34); Gustavo Jardim Porte lia (785.517.491-53); Ildeu de Castro Moreira (166.541.456-15); Isac Almeida de Medeiros (396.664.414-20); Izabel Lima Pessoa (305.166.761-72); Jean Marc Georges Mutzig (145.926.811-34); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); Joao Carlos Teatini de Souza Climaco (056.063.901-59); Jorge Almeida Guimarães (048.563.847-91); Jouhanna do Carmo Menegaz (061.485.259-50); João Fernando Gomes de Oliveira (036.284.638-31); Livio Amaral (173.032.300-68); Luis Filipe de Miranda Grochocki (935.117.441-72); Luiz Davidovich (532.487.597-04); Luiz Fernandes Dourado (246.767.561-00); Marcio de Castro Silva Filho (467.482.886-49); Maria Beatriz Moreira Luce (014.210.180-04); Marilene Maria Augusto Viera (223.045.761-68); Mauro Antonio da Silva Sa Ravagnani (482.846.029-20); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87); Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho (037.642.907-06); Paulo Antonio Skaff (674.083.628-00); Paulo César Duque Estrada (550.092.717-53); Paulo Speller (244.242.691-91); Rita de Cássia Barradas Barata (007.316.628-65); Ricardo Menna Barreto Fellizola (210.532.510-68); Robson Braga de Andrade (134.020.566-15); Romeu Weliton Caputo (030.868.756-66); Sergio da Costa Cortes (489.499.577-87); Targino de Araujo Filho (020.111.718-57); Vivian de Almeida Gregori Torres (124.642.968-30); Wanderley de Souza (347.341.807-25); Weder Matias Vieira (577.367.151-49).

Órgão/Entidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Número do processo no TCU: TC 026.336/2015-4 (Prestação de Contas – exercício 2014)

Número da ata: 6/2017

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0099/2017-TCU/SecexEducação, do dia 16.3.2017.

Recebido em: 29.3.2017

Tipo de deliberação: Determinação

A Corte de Contas, nos termos do Acórdão 1397/2017 – 1^a Câmara determinou o que segue:

(...)

1.7. Determinar à CAPES que: 1.7.1. implemente procedimentos estruturados de verificação entre os bancos de dados da CAPES e do FNDE, a fim de se evitar a acumulação indevida de bolsas por parte dos bolsistas da CAPES, e informe a este Tribunal sobre as medidas adotadas; 1.7.2. adote medidas para reaver os valores pagos indevidamente aos bolsistas pela acumulação de bolsas da CAPES com as do FNDE, em infringência aos normativos vigentes, garantindo o contraditório e ampla defesa aos bolsistas, informando posteriormente a este Tribunal sobre os resultados obtidos

A Auditoria Interna da CAPES, em 03 de abril de 2017, por meio do Memorando nº 11/2017/AUD/GAB/PR deu ciência às (i) Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica – DEB, de (ii) Educação à Distância - DED, de (iii) Programas e Bolsas no País – DPB e, (iv) de Tecnologia da Informação – DTI das determinações exaradas pelo TCU no Acórdão 1397/2017 – 1^a Câmara.

Com vistas a consolidar as medidas adotadas pelas citadas Diretorias da CAPES, em cumprimento às determinações ora tratadas, em 19/02/2017, a Auditoria Interna expediu o Memorando nº 3/2018/AUD/GAB/PR, solicitando as informações atualizadas quanto ao atendimento às determinações, para fins de registro no presente Relatório de Gestão – exercício 2017.

Na data de 23/03/2018, de acordo com o Ofício nº 10/2018-AUD/GAB/PR/CAPES, foram encaminhados os seguintes expedientes à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto, acerca do cumprimento às determinações constantes nos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 1397/2017 – 1^a Câmara:

- Nota Técnica nº 16/2018/CAD/CGSI/DPB, e Despacho DPB 0634231;
- Memorando nº 7/2018/DED;
- Memorando nº 12/2018/DEB; e
- Nota Técnica nº 8/2018/CGS/DTI.

Cumpre registrar que a SecexEducação confirmou o recebimento da documentação supracitada em 23/03/2018, em resposta eletrônica à Auditoria Interna da CAPES.

- Acórdão 1003/2017 – Plenário

Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte.

Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Número do processo no TCU: TC 032.863/2012-8 (Representação)

Número da ata: 17/2017

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0489/2017-TCU/SECEX-RN, do dia 1.6.2017.

Recebido em: 14.6.2017

Tipo de deliberação: Determinação

Consta do Acórdão 1003/2017 – Plenário a determinação:

(...)

9.7. determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultora em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação.

Em 20/06/2017, esta unidade de auditoria interna, por meio do Despacho AUD 0448467, comunicou à Diretoria de Tecnologia da Informação da CAPES o teor da determinação contida no item 9.7 do Acórdão supracitado, no tocante à manifestação quanto à legalidade da contratação da empresa SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.

A DTI/CAPES, em cumprimento à determinação do Acórdão em comento, expediu a Nota Técnica nº 2/2018/CGS/DTI, de 01/02/2018, que foi juntada ao presente Relatório de Gestão – exercício 2017 (Item 6.3.1).

- Acórdão 1953/2017 – Plenário

Interessada: Não há.

Unidade: Entes do Estado do Rio Grande do Sul

Número do processo no TCU: TC 012.914/2017-7

Número da ata: 35/2017

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0947/2017-TCU/SECEX-RS, do dia 29.9.2017.

Recebido em: 3.10.2017

Tipo de deliberação: Determinação

O Acórdão 1953/2017 – Plenário determinou:

(...)

9.1. determinar aos entes indicados na planilha à peça 43 que: 9.1.1. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, adotem as providências necessárias para apurar a existência de inconsistências nos dados do Siconv relativos aos ajustes especificados e, em caso positivo, efetuar os registros de ajuste no sistema, conforme orientações constantes do Comunicado 12/2017 da Comissão Gestora do Siconv, de forma a garantir a fidedignidade das informações e a observância dos princípios constitucionais da transparência e do controle; 9.1.2. ao final do referido prazo, informem ao Tribunal o resultado das medidas implementadas.

Em cumprimento às determinações dos itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 1953/2017 – Plenário, foi encaminhado à SECEX-RS o Ofício nº 3/2018-AUD/GAB/PR/CAPES, de 29 de janeiro de 2018, o qual, por sua vez, encaminhou o Memorando nº 9/2018/CPE/CGPE/DPB, de 29/01/2018, com as informações relativas à aprovação dos convênios SICONV 811248, 811251, 811427, 811462, 811468, 811683 e 811727.

Em relação ao acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União, informamos que o Gabinete da Presidência da CAPES, assim que recebe os ofícios do TCU com as referidas deliberações, os encaminha à Auditoria Interna que, por sua vez, os remete às Diretorias responsáveis pelo assunto tratado nas deliberações.

As deliberações são encaminhadas, pela AUD/CAPES, às Diretorias por meio do sistema eletrônico de informações – SEI, com a informação do prazo para atendimento às recomendações/determinações exaradas pela Corte de Contas.

Esta unidade de auditoria interna monitora o atendimento de tais recomendações/determinações, por meio do SEI, e assim que recebe as respostas das Diretorias, as repassa ao Tribunal de Contas da União informando quanto ao cumprimento das deliberações.

Registrarmos que não há determinações e recomendações do TCU feitas em acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes.

9.2 Tratamento de determinações do Órgão de Controle Interno

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU encaminhou a CAPES, pelo sistema Monitor, no exercício de 20176, 27 recomendações, decorrentes das atividades de auditoria realizadas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal no âmbito desta Fundação.

Das 27 recomendações supracitadas, 14 (recomendações 175753 a 175766) se referem ao Relatório de Auditoria nº 201604639, cujo objeto foi o macroprocesso de concessão de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa – AUXPE.

Registrarmos que foi criado, pela Portaria CAPES nº 28, de 05/02/2018, Grupo de Trabalho cuja finalidade é o atendimento às recomendações exaradas pela CGU no Relatório de Auditoria supracitado. O referido grupo de trabalho é formado por servidores de todas as Diretorias desta Instituição.

Em relação às recomendações 175754, 175760, 175762 e 175763, cujos prazos de atendimento expiraram em 21/03/2018, informamos que as solicitações de prorrogação de prazo foram devidamente encaminhadas à CGU via sistema Monitor, com os motivos pelos quais ainda não foi possível atender tais recomendações.

Os prazos para atendimento às demais recomendações do trabalho de auditoria sobre o AUXPE ainda estão vigentes.

As 13 recomendações restantes (176344 a 176356) são oriundas do Relatório de Demandas Externas nº 201308876, que teve como objeto as contratações realizadas pela CAPES com a editora *Elsevier*, no âmbito do Portal de Periódicos.

Cabe, desde já, uma ressalva sobre as recomendações 176344 a 176356.

As recomendações ora tratadas só foram disponibilizadas a CAPES no sistema Monitor na data de 06/03/2018, pois, anteriormente, haviam sido incluídas em UG diversa à disponível para consulta por esta Fundação, no referido sistema.

Deste modo, somente no dia 06 de março de 2018, os gestores tomaram conhecimento das recomendações no sistema Monitor, em que pese haver a informação no citado sistema de que tais recomendações foram encaminhadas a CAPES em 30/01/2017.

Elucidada esta questão, o prazo para atendimento às recomendações dispostas no RDE nº 201308876 expira em 05/05/2018.

Em relação ao acompanhamento das recomendações da CGU/PR, informamos que esta Auditoria Interna consulta diariamente o sistema Monitor CGU, para verificar o status das recomendações presente no referido sistema.

Ocorrendo a inclusão de nova recomendação ou mudança no status de recomendação que já havia sido incluída, a AUD/CAPES informa a Diretoria responsável pelo assunto descrito na recomendação, com vistas ao atendimento e/ou esclarecimento de questão trazida pelo órgão de controle interno.

Esta unidade de auditoria interna realiza o monitoramento do atendimento das recomendações, por meio do sistema Monitor, observando o prazo estabelecido pela CGU/PR.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 24 – Medidas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito**	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
138	52	0	42	41	0	0	0	3

* Nos 42 casos indicados como “outros casos” ainda não foram esgotadas todas as medidas administrativas para a elisão do dano ao erário.

** 16 casos de dívidas liquidadas em 2017 e 25 casos de início de pagamento parcelado em 2017, por meio de celebração de Termo de Confissão de Dívida

Fonte: Auditoria CAPES

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Todos os prazos de pagamento de empresas contratadas pela CAPES encontram-se especificados em cláusulas contratuais e têm como regra geral o pagamento efetuado até o 10º (décimo) dia subsequente ao da prestação dos serviços através da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato, que é sempre um servidor. A regra pode variar de acordo com a especificidade do objeto contratado como, por exemplo, a definição de uma data fixa mensal no caso do contrato de locação de imóvel. Antes de se efetuar o pagamento, a CAPES observa se a empresa contratada encontra-se com as obrigações tributárias e a regularidade fiscal em dia.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No exercício de 2017, não houve revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento. Foram analisados o Contrato nº 30/2014 (Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S/A) e o Contrato nº 41/2016 (Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A). Em ambos os casos, a Procuradoria Federal na CAPES concluiu pela inviabilidade da revisão contratual.

9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Conforme orientações enviadas anualmente pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) aos órgãos do Poder Executivo Federal, a Capes é dispensada de apresentar o Plano Anual de Comunicação (PAC) àquela Secretaria. São dispensados os órgãos que não possuem recursos orçamentários de publicidade e os que não executam ações de mídia e/ou peças com tiragem superior a 150 mil unidades. Esclarecemos que todas as ações de divulgação da Capes se enquadram em divulgação de utilidade pública (Art. 3º, inciso II da Instrução Normativa nº 7 SECOM-PR de 19 de dezembro de 2014) e são feitas em peças abaixo de 20 mil unidades por meio de contrato de gráfica, feito por licitação pela Capes, ou por empresa de eventos, por meio de licitação via Ministério da Educação (MEC) que contempla as fundações e autarquias de sua estrutura.

Esclarecemos ainda que por ser um órgão subordinado ao MEC, as raras ações de publicidade relacionadas a programas da Capes são produzidas pelo próprio Ministério, que possui orçamento específico, uma coordenação de publicidade na estrutura da Assessoria de Comunicação Social e empresa licitada para prestação desse tipo de serviço.

ANEXO I - Macroprocessos Finalísticos – Diretoria de Avaliação - DAV

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Entrada no SNPGE	<p>Avaliação de propostas de cursos novos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inserção das propostas na Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições proponentes; <ol style="list-style-type: none"> a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica das propostas, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito das propostas, realizada pelas comissões de área, com emissão de parecer; 4. Relatoria e homologação dos pareceres e das notas, realizadas pelo CTC-ES; 5. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 6. Inserção de pedidos de reconsideração na Plataforma Sucupira, a critério das instituições; 7. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada pelas comissões de área correspondentes, com a emissão de parecer; 8. Análise e homologação pelo CTC-ES dos pareceres emitidos pelas comissões de áreas em relação aos pedidos de reconsideração; 9. Publicação dos resultados dos pedidos de reconsideração na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 10. Envio das listas de resultados e das fichas de recomendação ao Conselho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Critérios para apresentação de propostas de cursos novos (APCN); 2. Resultados da avaliação de propostas de cursos novos após cada reunião do CTC-ES; 3. Fichas de avaliação que incluem as notas e pareceres para cada proposta analisada; 4. Relação dos cursos recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e de Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país 7. Sociedade 	Diretoria de Avaliação (DAV)

	<p>Nacional de Educação - CNE para subsidiar os atos de reconhecimento das propostas de cursos novos recomendadas pela Capes.</p> <p>Análise de projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter e Dinter):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inserção dos projetos na Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições proponentes; <ol style="list-style-type: none"> a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito dos projetos, realizada pelas comissões de área; 4. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira; 5. Inserção na Plataforma Sucupira de pedidos de reconsideração, a critério das instituições; 6. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área; 7. Publicação dos resultados finais na Plataforma Sucupira. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resultados da avaliação dos projetos Minter/Dinter; 2. Fichas de avaliação com os pareceres para cada projeto analisado. 	<ol style="list-style-type: none"> 8. Diretoria de Programas e Bolsas no País 9. Instituições de Ensino e Pesquisa 10. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado nas modalidades Minter e Dinter 11. Sociedade 	
Permanência no SNPQ	<p>Avaliação e acompanhamento dos cursos em funcionamento</p> <p>Avaliação Periódica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inserção dos dados e informações no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições de ensino e de pesquisa que possuem Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela CAPES e em 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Documentos de área 2. Fichas de avaliação 3. Relatórios de Avaliação 4. Listas com a classificação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) 5. Planilhas de resultados da avaliação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país 7. Sociedade 	Diretoria de Avaliação (DAV)

	<p>funcionamento;</p> <p>a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV;</p> <p>2. Tratamento dos dados para conversão em relatórios e meios de divulgação de acordo com indicadores da avaliação (SDI e cadernos de indicadores), realizado pelas equipes de servidores da DAV;</p> <p>3. Atualização dos documentos de área para o novo ciclo de avaliação e divulgação desses documentos no Portal da CAPES, realizada pelas comissões de área com o suporte das equipes de servidores da DAV;</p> <p>4. Atualização das listas de classificação da produção intelectual informada pelos PPGs e publicação dessas listas no Portal da CAPES, realizada pelas comissões de área, com apoio técnico da DAV;</p> <p>5. Preparação da avaliação:</p> <p>a. Estabelecimento da logística, pelas equipes de servidores da DAV em parceria com a DGES;</p> <p>b. Seminários de preparação da avaliação organizados pela DAV;</p> <p>6. Reuniões presenciais das comissões para avaliação dos PPGs, com o acompanhamento e suporte técnico-logístico da DAV e da DTI;</p> <p>a. Elaboração dos relatórios de avaliação no âmbito das comissões de avaliação</p> <p>7. Tratamento dos dados para emissão dos pareceres e das fichas de avaliação dos PPGs;</p> <p>8. Publicação das notas e das fichas de</p>	<p>6. Tabelas e gráficos da avaliação consolidados na forma de Painéis de Indicadores</p>		
--	---	---	--	--

	<p>avaliação na Plataforma Sucupira (todos os PPGs) e no Portal da CAPES (PPGs com nota igual ou superior a 3);</p> <p>9. Inserção de pedidos de reconsideração das notas da avaliação na Plataforma Sucupira, a critério das instituições;</p> <p>10. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área;</p> <p>11. Análise dos pedidos de reconsideração e homologação dos resultados pelo CTC-ES;</p> <p>12. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira e no Portal da Capes.</p> <p>Acompanhamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Seminários de acompanhamento das áreas com os coordenadores de programas de pós-graduação, realizados pelos coordenadores de área com o apoio técnico-logístico da DAV; 2. Visitas de acompanhamento aos PPGs em funcionamento, realizadas por consultores designados pelas áreas, com apoio logístico da DAV. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Relatórios divulgados no Portal da CAPES; 2. Relatórios de visita elaborados pelos consultores e publicados na Plataforma Sucupira, acessíveis aos PPGs e pró-reitorias mediante login e senha. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas de pós-graduação em funcionamento no SNPQ
--	--	--	---	--

ANEXO II – Macroprocessos finalísticos – Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB

No quadro abaixo estão detalhados os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concessão de Bolsas de Estudo	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país e demais auxílios a elas vinculados, objetivando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas estratégicas e inovadoras para o país, bem como o estímulo à pesquisa.	- Bolsa de formação e de pesquisa.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações.	CGSI e CGPE/DPB
Fomento à Pós-graduação	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos, à realização de eventos científicos, culturais e tecnológicos, à participação em eventos científicos, à	- Financiamento de projetos conjuntos de pesquisa; - Financiamento das atividades de pesquisa dos programas de pós-graduação; - Financiamento de projetos que visem a melhoria da infraestrutura das IES;	- Discentes, docentes, pesquisadores brasileiros; - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações; - Sociedades	CGSI e CGPE/DPB

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	<p>edição de obras científicas e educacionais, à execução de projetos de cooperação entre grupos de pesquisa vinculados a diferentes instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa e demais atividades que contribuam para elevar a qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs).</p>	<p>- Apoio à realização de eventos científicos no país.</p>	<p>Científicas.</p>	
<p>Acesso à Informação Científica e Tecnológica</p>	<p>Manutenção do Portal de Periódicos, o qual congrega as principais coleções de revistas científicas e bases de resumos, referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer às universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-</p>	<p>- Informação científica e tecnológica atual, publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país.</p>	<p>- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.</p>	<p>CGPP/DPB</p>

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	graduação e a pesquisa do país, a mais qualificada e atual informação científica e tecnológica, necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa no país.			

ANEXO II – Macroprocessos finalísticos – Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB

No quadro abaixo estão detalhados os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB.

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concessão de Bolsas de Estudo	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país e demais auxílios a elas vinculados, objetivando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas estratégicas e inovadoras para o país, bem como o estímulo à pesquisa.	- Bolsa de formação e de pesquisa.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações.	CGSI e CGPE/DPB
Fomento à Pós-graduação	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de equipamentos e insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos, à realização de eventos científicos, culturais e tecnológicos, à participação em eventos científicos, à edição de obras científicas e educacionais, à execução de projetos de cooperação entre grupos de pesquisa vinculados a diferentes instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa e demais atividades que contribuam para elevar a qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs).	- Financiamento de projetos conjuntos de pesquisa; - Financiamento das atividades de pesquisa dos programas de pós-graduação; - Financiamento de projetos que visem a melhoria da infraestrutura das IES; - Apoio à realização de eventos científicos no país.	- Discentes, docentes, pesquisadores brasileiros; - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações; - Sociedades Científicas.	CGSI e CGPE/DPB
Acesso à Informação Científica e Tecnológica	Manutenção do Portal de Periódicos, o qual congrega as principais coleções de revistas científicas e bases de resumos, referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer às universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do país, a mais qualificada e atual informação científica e tecnológica, necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa no país.	- Informação científica e tecnológica atual, publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.	CGPP/DPB

Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB

Coordenação Geral de Programas estratégicos – CGPE

Coordenação Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI

Coordenação Geral do Portal de Periódicos – CGPP



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

NOTA TÉCNICA Nº 2/2018/CGS/DTI

PROCESSO Nº 23038.011592/2017-10

INTERESSADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

PROCESSO Nº 23038.011592/2017-10

INTERESSADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

1. ASSUNTO

1.1. Prestação de informações à Auditoria Interna da CAPES, para fins de inserção no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017, em atendimento ao Acórdão 1003/2017 TCU-Plenário, item 9.7.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Processo SEI nº 23038.011592/2017-10 e correlatos, nº 23038.005662/2012-96 e 23.038.000923/2013-62

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de manifestação que tem por objetivo prestar esclarecimentos técnicos acerca da contratação entre esta Coordenação-Geral de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a empresa **SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda**, (Contrato nº 27/2012), em atenção ao Despacho (Sei nº 0448467), datado de 20 de junho de 2017, por meio do qual a Auditoria Interna solicita o seguinte desta Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI:

(...)

Registrados que a CAPES celebrou, junto à empresa SIG Software Ltda., o contrato 27/2012, por inexigibilidade de licitação, cujo objeto é o "licenciamento e prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas integrados de gestão SIG: SIGAdmin, SIPAC e SIGRH".

Sendo assim, informamos que esta Instituição deverá, em observância ao disposto no item 9.7 do Acórdão ora tratado, incluir no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2017, avaliação da legalidade da contratação da empresa SIG Software Ltda.

(...)

3.2. Antes de adentrar na razão que levou à necessidade de elaboração desta Nota Técnica, cumpre anotar que, a análise processual que fundamentou a contratação em questão, está fartamente documentada no processo administrativo nº. 23038.005662/2012-96, do qual é possível extrair:

3.3. Que o objeto do contrato nº 27/2012, junto à Sig Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., referiu-se ao *"licenciamento e na prestação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação para atender as demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas Integrados de Gestão SIG: SIGAdmin, SIPAC e SIGRH para a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)"*, cuja necessidade foi apontada pela Diretoria de Gestão desta

3.4. Que o Objeto do contrato 27/2012, compôs-se de: Instalação e configuração inicial dos sistemas; Apoio a implantação dos módulos dos sistemas; Sustentação dos sistemas em produção; Apoio presencial, quando necessário, para dar mais agilidade na solução de eventuais problemas; Apoio negocial; Manutenção evolutiva e customização dos programas; Migração das bases de dados dos sistemas em produção na CAPES para os bancos de dados desses sistemas.; Implantação dos módulos **SIGAdmin**, **SIPAC**Protocolo (Documentos e Processos);Integração SIAFI; Catálogo de Materiais; Almoxarifado e Requisição de Material; Patrimônio; Compras e Licitações (incluindo requisição de Serviços); Contratos; Orçamento e Outras Requisições; Registro de Preços; Liquidação de Despesas; Boletim de Serviços; Infraestrutura (Manutenção, Obras); Transportes; Projetos e Convênios; Faturas; Auditoria e Controle Interno; **SIGRH**, Férias; Cadastro (Dados pessoais, funcionais, averbação (progressão, designação, dependentes, etc.), Consultas/Relatórios, Portal Público; Plano de Saúde; Serviços/Auxílios; Frequência; Capacitação; Financeiro; Atendimento ao Servidor; Aposentadoria; Assistência ao Servidor; Dimensionamento; Gestão por Competência; Comissões e Avaliação de Desempenho; e

3.5. Que a execução contratual tramitou no processo administrativo nº. 23038.000923/2013-62, e teve início a partir do ano de 2013, com o pagamento da primeira Ordem de Serviços emitida no final do ano de 2012, conforme anexado ao processo administrativo nº. 23038.000923/2013-62, fl. 227 a 239 (SEI 0016680).

4. ANÁLISE

4.1. Apontadas essas informações, quanto à modalidade em que se efetivou a contratação, ainda com base no processo nº 23038.005662/2012-96, em linhas gerais e salvo compreensão em contrário, esclareça-se que a escolha pela inexigibilidade de licitação deveu-se ao fato de a empresa Sig Software, à época da contratação, ser a única empresa licenciada pela UFRN com a outorga de direito de uso e exploração dos Sistemas SIGs, o que levou as autoridades competentes a enquadrarem a contratação dessa empresa na hipótese do art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993 (Ofício nº 386/12-R, de 13 de junho de 2012, da lavra da Magnifica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, exarado em resposta ao Ofício 263/2012/PR/CAPES, de 4 de junho de 2012, desta CAPES, fls. 15 e 16 do v.1 do processo 23038.005662/2012-96).

4.2. Nesse particular, é de nos parecer que o que consta da **Análise de Viabilidade da Contratação, fls. 40/49**, e do documento intitulado Estratégia da Contratação, fls. 60/82, ambos do processo administrativo já citado, apresentam todas as informações quanto às razões e interpretações que levaram à escolha pela inexigibilidade, a rigor do que dispõe o art. 25, I da Lei nº 8.666, de 1993. Por pertinente, cite-se trecho da Análise de Viabilidade:

"Embora o mercado apresente soluções comerciais para softwares administrativos, estas soluções, COMG descrito no artefato "Análise da Viabilidade da Contratação" (folha 41 e 41 – verso), não atendem em parte as necessidades e particularidades da área Administrativa da CAPES. Tais soluções demandariam adaptações e integrações para atender a CAPES. Análise de Projetos Similares em trabalho de busca de soluções que atendessem as necessidades da CAPES foi realizada pesquisa dos sistemas administrativos utilizados por outros órgãos do Governo Federal. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Justiça, Polícia Federal, Controladoria Geral da União (CGU), dentre outros; estão utilizando os Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos — SIPAC — e o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Recursos Humanos — SIPRH -, integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas — SIGAA — da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esta solução vem atendendo estes órgãos com qualidade e excelência, sendo caso de sucessos para outros órgãos da Administração Pública. Análise das alternativas de contratação 2.1. Soluções Similares na Administração Pública O Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos — SIPAC — e o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Recursos Humanos — SIPRH -, integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas — SIGAA — da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), já

utilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Justiça, Polícia Federal, Controladoria Geral da União (CGU), dentre outros; cujas características/funcionalidades atenderiam as necessidades da Diretoria de Gestão da CAPES: O SIGAA foi projetado e desenvolvido pela UFRN desde 2004, implantado gradativamente e, com isso, possui 8 anos de evolução. É desenvolvido em software livre, de acordo com a política do Governo Federal. Utiliza o banco de dados Postgre e linguagem de programação Java utilizando JBOSS. Informamos ainda que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG — elegeu-o como a melhor solução de gestão interna. O SIPAC possui os seguintes módulos: contratos; catálogo de bens permanentes e de consumo; almoxarifado; patrimônio; orçamento; compras; licitações; liquidação de despesas; infraestrutura; projetos; faturas de telefonia; gestão documental; transportes; boletim de serviço; requisições (passagens, diárias, suprimento de fundos, etc.); portal administrativo; portal do Página 2 de 5 - ••• 1/4. 't:' :31 o > a gestor; e portal de auditoria (Interna, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União. O SIPRH é subdividido nos módulos: administração de pessoal; cadastro; consultas funcionais; férias; aposentadoria; avaliação funcional; dimensionamento; metas; concursos; capacitação; colegiados; comissões; atendimento; chefe de unidade; portal da auditoria (Interna, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União); portal do docente; portal do plano de saúde; portal público; portal do servidor; serviços; financeiro; e frequência. Tabela de preços contratados pelos demais órgãos e entidades públicas Instituição Especificações Ano Período (meses) Valor Total (R\$) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Implantação dos sistemas integrados de gestão SIG no IFPR 2012 12 R\$ 397.775,36 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas Implantação dos sistemas integrados de gestão SIG no IFAL 2012 12 R\$ 1.248.500,00 Universidade Federal de Itajubá Implantação dos sistemas integrados de gestão SIG na Unifei 2012 12 R\$ 359.500,00 Obs.: verificar considerações gerais e observações descritas no processo (fl. 87 a 115). A pesquisa acima elucidada visa dar cumprimento à Orientação Normativa nº 17, de 01/04/2009, do Advogado-Geral da União (AGU), para os casos de inexigibilidades: O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95 resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993: É OBRIGATÓRIA A JUSTIFICATIVA DE PREÇO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE COMPARAÇÃO PROPOSTA APRESENTADA COM PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS OU PESSOAS PRIVADAS. REFERÊNCIA: art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Despacho do Consultor Geral da União nº. 343/2007; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, jun/07, Orientação 05; Decisão TCU 439/2009-Plenário, Acórdãos TCI 540/2003-Plenário, 819/2005-Plenário, 1.357/2005-Plenário, 1.796/2007-Plenário. "JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI". Fundamento Legal: Diante da indisponibilidade no mercado de produto similar ao solicitado que atenda aos requisitos demandados pela área solicitante e o fornecimento do material/ serviços serem realizados exclusivamente pelo fornecedor selecionado - conforme Licenciamento publicado no Diário Oficial da União - verifica-se a possibilidade da contratação com fundamento no art. 25, inciso I da Lei 8.666/93. O Licenciamento foi realizado através do contrato de parceria 01/2011, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 27/05/2011, com base no Artigo 7º do Decreto nº 5.563/2005, Artigo 24, Inciso XXV, da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 9.609/1998, Decreto nº 2.556/1998 com objeto de licenciamento para outorga de direito de uso e de exploração, conforme consta na folha 23. Esta contratação está adequada à IN SLTI/MPOG nº 4/2010 e posteriores alterações, conforme artefatos expostos da folha 36 a 86 do processo." (grifo nosso)

4.3. Acrescente-se que o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC - e o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Recursos Humanos - SIPRH -, integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA - da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), já era utilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Justiça, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União (CGU). Ademais, cabível anotar que outros órgãos públicos já haviam celebrado contratos semelhantes, por meio de inexigibilidade de licitação, com a empresa SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação, a saber:

- a) Processo 23411.003903/2011-77, Contrato Nº 03/2012 celebrado com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR;

b) Processo 23041.006848/2011-22, Inexigibilidade nº 87/2011, Contrato Nº 09/2012 celebrado com o Instituto Federal de Alagoas;

c) Termo de Contrato N.º 03/2012, celebrado com a Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI.

4.4. Finalmente, anote-se que, de acordo com o Parecer nº JL 467, de 28/86/2012/PF-Capes/PGF/AGU, fls. 2011 a 2015, aprovado pelo Procurador-chefe em exercício, por meio do Despacho PGF nº JT 459,3/9/2012/PF/AGU, de 10 de setembro de 2012, opina pela **adequação da contratação almejada às normas vigentes, desde que observadas as recomendações, cuja observância foi atestada na forma da Nota Técnica 12/2012 – CSUP/CGLOG/DEGES, de 21 de setembro de 2012, fls. 221/227.**

5. CONCLUSÃO

5.1. Pelo exposto, ainda que não compita a esta Coordenação-Geral de Sistemas-CGS, a priori, realizar “análise de legalidade”, nem mesmo de processos de contratação de soluções de tecnologia da informação, isso porque a atividade de análise de legalidade, *s.m.j.*, é eminentemente jurídica, propõe-se o encaminhamento Nota Técnica à Auditoria Interna desta CAPES, em resposta ao Despacho (Sei nº 0448467), datado de 20 de junho de 2017.

5.2. À avaliação da Sra. Coordenadora-Geral de Sistemas, substituta.

Daniel Carvalho Resende

Gestor do Contrato

À aprovação do Senhor Diretor de Tecnologia da Informação.

Gilene do Espírito Santo Borges Gomes

Coordenadora-Geral de Sistemas-Substituta

Aprovo os termos técnicos expostos. Encaminhe-se à Auditoria Interna.

Sandro de Oliveira Araújo

Diretor de Tecnologia da Informação



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Carvalho Resende, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 01/02/2018, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Gilene do Espírito Santo Borges Gomes, Coordenador(a)-Geral de Sistemas, Substituto(a)**, em 01/02/2018, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro de Oliveira Araújo, Diretor(a) de Tecnologia da Informação**, em 01/02/2018, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 25, inciso II, da Portaria nº 01/2016 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0609802** e o código CRC **DDEC7F5B**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 21/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	62.784.954,59	487.151.893,40	Ordinárias	4.546.451.910,34	5.579.616.626,37
Vinculadas	1.257.657,31	2.141.940,37	Vinculadas	233.350.178,84	224.530.453,85
Educação	63.827.733,54	674.654.481,99	Educação	4.313.101.731,50	5.355.086.172,52
Dotações	1.467.160,95	4.926.646,34	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.109.863.018,06	3.442.234.415,30
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	360.000,00	575.221.575,00	Dotações	17.608.177,05	369.063.763,80
(-) Deduções da Receita Orçamentária	62.000.572,59	94.506.260,65	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	66.538.392,20	77.180.671,29
	-2.300.436,26	-189.644.528,96	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.136.700.321,24	1.448.999.145,08
Transferências Financeiras Recebidas	5.135.834.344,00	7.714.904.793,13	Transferências Financeiras Concedidas	790.631.135,90	2.734.978.595,26
Resultantes da Execução Orçamentária	4.707.689.931,95	6.803.143.885,49	Resultantes da Execução Orçamentária	728.713.657,76	1.918.453.104,10
Repasso Recebido	4.084.197.360,29	4.986.979.567,16	Repasso Concedido	105.221.086,15	102.288.805,83
Sub-repasso Recebido	623.492.571,66	1.816.164.298,33	Sub-repasso Concedido	623.492.571,61	1.816.164.298,27
Independentes da Execução Orçamentária	428.144.412,05	911.760.927,64	Independentes da Execução Orçamentária	61.917.478,14	816.525.491,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	426.728.676,35	910.703.476,94	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	57.796.138,69	809.955.163,59
Demais Transferências Recebidas	186.437,40	1.057.450,70	Demais Transferências Concedidas	168.522,89	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.229.298,30		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.952.816,56	6.570.327,57
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS			Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	737.571.100,06	648.474.200,40	Despesas Extraorçamentárias	586.204.869,84	342.708.247,09
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	2.519.550,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.519.550,00	987.580,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	706.968.370,62	596.366.175,20	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	582.714.156,22	81.397.800,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	977.630,53	556.928,10	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	964.794,18	646.454,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários	29.625.098,91	49.031.547,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.369,44	259.676.412,52
Passivos Transferidos	0,01	145.047,10	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	6.369,44	111.976,63
Valores em Trânsito		48.886.500,00	Ajuste Acumulado de Conversão		69.188.378,77
Ajuste Acumulado de Conversão	4.585.830,33		Demais Pagamentos		190.376.057,12
Demais Recebimentos	25.039.268,57				
Saldo do Exercício Anterior	500.550.525,63	307.323.107,42	Saldo para o Exercício Seguinte	513.453.008,20	500.550.525,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	500.550.525,63	307.323.107,42	Caixa e Equivalentes de Caixa	513.453.008,20	500.550.525,63
TOTAL	6.436.740.924,28	9.157.853.994,35	TOTAL	6.436.740.924,28	9.157.853.994,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2017	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO	21/03/2018	PAGINA	1
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES					
Receitas Tributárias					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
Receitas de Contribuições					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.					
Receita Patrimonial					
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado					
Valores Mobiliários	27.440.784,00	27.440.784,00	15.034.684,65		-12.406.099,35
Delegação de Serviços Públicos	27.440.784,00	27.440.784,00	15.034.684,65		-12.406.099,35
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Receitas Patrimoniais					
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.107,00	1.107,00	1.457,05		350,05
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	1.107,00	1.107,00	1.457,05		350,05
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes					
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	31.994.462,00	31.994.462,00	45.631.852,89		13.637.390,89
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	266.758,00	266.758,00	-		-266.758,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	28.568.576,00	28.568.576,00	40.493.001,27		11.924.425,27
Demais Receitas Correntes	3.159.128,00	3.159.128,00	5.138.851,62		1.979.723,62
RECEITAS DE CAPITAL					
Operações de Crédito					
Operações de Crédito - Mercado Interno					
Operações de Crédito - Mercado Externo					
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2017	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO	21/03/2018	PAGINA	2
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS	59.436.353,00	59.436.353,00	62.784.954,59		3.348.601,59
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	59.436.353,00	59.436.353,00	62.784.954,59		3.348.601,59
DEFÍCIT					4.483.666.955,75
TOTAL	59.436.353,00	59.436.353,00	4.546.451.910,34		4.487.015.557,34
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	4.811.675.700,00	4.811.307.774,00	4.480.506.847,97	3.804.284.539,03	3.804.284.539,03	330.800.926,03
Juros e Encargos da Dívida	90.258.222,00	89.696.742,00	89.203.383,43	89.203.383,43	89.203.383,43	493.358,57
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	4.721.417.478,00	4.721.611.032,00	4.391.303.464,54	3.715.081.155,60	3.715.081.155,60	330.307.567,46
Inversões Financeiras	148.000.983,00	148.000.983,00	65.945.062,37	35.199.000,69	35.199.000,69	82.055.920,63
Amortização da Dívida	148.000.983,00	148.000.983,00	65.945.062,37	35.199.000,69	35.199.000,69	82.055.920,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.959.676.683,00	4.959.308.757,00	4.546.451.910,34	3.839.483.539,72	3.839.483.539,72	412.856.846,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERÍODO Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/03/2018	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.959.676,683,00	4.959.308.757,00	4.546.451.910,34	3.839.483.539,72	3.839.483.539,72	412.856.846,66
TOTAL	4.959.676,683,00	4.959.308.757,00	4.546.451.910,34	3.839.483.539,72	3.839.483.539,72	412.856.846,66

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.374.241,83	579.898.244,50	562.393.078,86	562.393.078,86	8.047.892,34	19.831.515,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.374.241,83	579.898.244,50	562.393.078,86	562.393.078,86	8.047.892,34	19.831.515,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.799.112,96	20.255.326,02	20.321.077,36	20.321.077,36	986.345,87	747.015,75
Investimentos	1.799.112,96	20.255.326,02	20.321.077,36	20.321.077,36	986.345,87	747.015,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.173.354,79	600.153.570,52	582.714.156,22	582.714.156,22	9.034.238,21	20.578.530,88

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.519.550,00	2.519.550,00	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.519.550,00	2.519.550,00	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2.519.550,00	2.519.550,00	-	-



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 21/03/2018	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO		
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	519.566.642,43	1.484.025.119,64	PASSIVO CIRCULANTE	12.836,35	2.519.550,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	513.453.008,20	500.550.525,63	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.881.939,29	983.287.016,22	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	231.694,94	187.577,79	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	12.836,35	2.519.550,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	139.002.830,60	110.345.375,78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.642.248,99	7.596.505,75	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.554.490,07	7.554.490,07	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	7.554.490,07	7.554.490,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	87.758,92	42.015,68	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	12.836,35	2.519.550,00
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	72.973.202,39	63.175.946,00	Resultados Acumulados	658.556.636,68	1.591.850.945,42
Bens Móveis	68.888.852,19	59.091.595,80	Resultado do Exercício	76.344.407,67	453.664.809,71
Bens Móveis	89.855.480,57	76.033.902,97	Resultados de Exercícios Anteriores	1.596.554.662,26	1.201.551.149,59
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-20.966.628,38	-16.942.307,17	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.014.342.433,25	-63.365.013,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	658.556.636,68	1.591.850.945,42
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	58.387.379,22	39.572.924,03			
Softwares	58.386.339,22	39.572.480,03			
Softwares	58.386.339,22	39.572.480,03			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2017	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO	21/03/2018	PAGINA	2
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO			
	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	
			Diferido			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.040,00	444,00				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.040,00	444,00				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-				
TOTAL DO ATIVO	658.569.473,03	1.594.370.495,42	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		658.569.473,03	
					1.594.370.495,42	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	513.453.008,20	500.550.525,63	PASSIVO FINANCEIRO	727.559.737,85	611.058.989,53
ATIVO PERMANENTE	145.116.464,83	1.093.819.969,79	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL	68.990.264,82		SALDO PATRIMONIAL		983.311.505,89

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	118.401.394,43		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.690.411.703,93
Execução dos Atos Potenciais Ativos	118.401.394,43	139.836.850,72	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.690.411.703,93
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	70.969.950,42	80.474.865,70	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	47.240.440,01	59.170.981,02	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	845.344.758,15
Direitos Contratuais a Executar	191.004,00	191.004,00	Obrigações Contratuais a Executar	845.066.945,78
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-
TOTAL	118.401.394,43	139.836.850,72	TOTAL	1.690.411.703,93
				3.033.787.495,03

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFÍCIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-28.308.521,40
Recursos Vinculados	-185.798.208,25
Educação	-231.535.520,66
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-55.540,20
Doações	838.560,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	224.200.502,40
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-179.246.209,86
TOTAL	-214.106.729,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2017	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO	21/03/2018	PAGINA	1
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO				VALORES EM UNIDADES DE REAL

		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		46.484.682,34	242.258.828,96
INGRESSOS		5.229.222.028,03	8.251.645.161,73
Receitas Derivadas e Originárias		60.667.994,59	100.375.443,40
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		1.457,05	5.460,18
Remuneração das Disponibilidades		15.034.684,65	26.827.765,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias		45.631.852,89	73.542.217,81
Transferências Correntes Recebidas		2.116.960,00	386.776.450,00
Intergovernamentais		6.960,00	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		6.960,00	-
Intragovernamentais		1.750.000,00	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		360.000,00	386.776.450,00
Outros Ingressos das Operações		5.166.437.073,44	7.764.493.268,33
Ingressos Extraorçamentários		977.630,53	556.928,10
Passivos Transferidos		0,01	145.047,10
Transferências Financeiras Recebidas		5.135.834.344,00	7.714.904.793,13
Valores em Trânsito			48.886.500,00
Ajuste Acumulado de Conversão		4.585.830,33	
Demais Recebimentos		25.039.268,57	
DESEMBOLSOS		-5.182.737.345,69	-8.009.386.332,77
Pessoal e Demais Despesas		-4.265.720.210,09	-4.848.906.838,54
Legislativo		-	-1.120,38
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-71.603,20	-1.775.444,12
Defesa Nacional		-540.000,00	-600.000,00
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-21.469.701,56	-19.199.644,66
Saúde		-	-1.124.203,80
Trabalho		-	-
Educação		-4.232.756.219,72	-4.800.375.208,21
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-999.900,00
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-2.704.500,00	-4.410.009,53
Ciência e Tecnologia		-3.949.850,74	-15.701.596,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2017	PERÍODO	Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO	21/03/2018	PAGINA	2
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

		2017	2016
Agricultura		-	-4.719.711,25
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-4.228.334,87	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-125.414.836,08	-165.178.031,94
Intergovernamentais		-101.849.256,68	-140.130.075,14
A Estados e/ou Distrito Federal		-101.789.856,68	-140.040.975,14
A Municípios		-59.400,00	-89.100,00
Intragovernamentais		-14.357.435,30	-13.472.956,80
Outras Transferências Concedidas		-9.208.144,10	-11.575.000,00
Outros Desembolsos das Operações		-791.602.299,52	-2.995.301.462,29
Dispêndios Extraorçamentários		-964.794,18	-646.454,51
Transferências Financeiras Concedidas		-790.631.135,90	-2.734.978.595,26
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-6.369,44	-111.976,63
Ajuste Acumulado de Conversão			-69.188.378,77
Demais Pagamentos			-190.376.057,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-33.582.199,77	-49.031.410,75
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-33.582.199,77	-49.031.410,75
Aquisição de Ativo Não Circulante		-2.448.356,24	-3.201.536,66
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-31.133.843,53	-45.829.874,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERÍODO Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/03/2018	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.902.482,57	193.227.418,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	500.550.525,63	307.323.107,42
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	513.453.008,20	500.550.525,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERÍODO Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/03/2018	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		5.421.933.298,41	8.459.199.592,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.457,05	5.460,18
Venda de Mercadorias		40,00	16,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.417,05	5.444,18
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		231.556.100,51	183.793.057,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		486.150,96	116.095,98
Variações Monetárias e Cambiais		210.806.479,33	153.672.739,54
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		20.263.470,22	30.004.221,97
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		5.137.951.304,00	8.101.681.243,13
Transferências Intragovernamentais		5.135.834.344,00	7.714.904.793,13
Transferências Intergovernamentais		1.756.960,00	-
Transferências das Instituições Privadas		360.000,00	386.776.450,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		-	98.084.298,74
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	98.084.298,74
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		52.424.436,85	75.635.532,67
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERÍODO Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/03/2018	PAGINA 2
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		52.424.436,85	75.635.532,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		5.345.588.890,73	8.005.534.782,48
Pessoal e Encargos		74.517.052,79	70.650.057,89
Remuneração a Pessoal		56.829.331,95	53.866.477,13
Encargos Patronais		13.832.038,26	12.995.376,96
Benefícios a Pessoal		3.755.746,85	3.788.203,80
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		99.935,73	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21.480.419,96	19.213.151,69
Aposentadorias e Reformas		19.797.357,61	17.582.914,94
Pensões		1.672.343,95	1.616.729,72
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.718,40	13.507,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		412.158.088,95	558.049.889,40
Uso de Material de Consumo		251.509,66	422.504,28
Serviços		407.151.526,05	553.032.358,85
Depreciação, Amortização e Exaustão		4.755.053,24	4.595.026,27
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		185.592.437,70	344.067.595,80
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		1.661,28	-
Variações Monetárias e Cambiais		185.589.993,29	343.993.275,92
Descontos Financeiros Concedidos		783,13	74.319,88
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		872.929.713,30	2.735.658.459,24
Transferências Intragovernamentais		790.631.135,90	2.734.978.595,26
Transferências Intergovernamentais		82.083.419,84	245.212,95
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		215.157,56	434.651,03
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.326.158,77	59.096.804,76
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		873,39	-
Incorporação de Passivos		-	0,03
Desincorporação de Ativos		2.325.285,38	59.096.804,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2017	PERÍODO Anual
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO	EMISSAO 21/03/2018	PAGINA 3
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2017	2016
Tributárias		377.869,23	341.100,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		375.738,51	341.100,03
Contribuições		2.130,72	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.776.207.150,03	4.218.457.723,67
Premiações		-	330,00
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		3.775.487.765,46	4.216.756.361,63
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		719.384,57	1.701.032,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		76.344.407,68	453.664.809,73

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		2017	2016